

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Alessandra Medeiros

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: A SAÍDA PARA A SAÍDA
Um estudo sobre pessoas que saíram da rua

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

**São Paulo
2010**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Alessandra Medeiros

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: A SAÍDA PARA A SAÍDA

Um estudo sobre pessoas que saíram da rua

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de DOUTORA em Serviço Social, sob a orientação da Professora Doutora Mariangela Belfiore Wanderley.

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

**São Paulo
2010**

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Difícil elencar todos os nomes que contribuíram para a concretização deste processo de crescimento e aprendizagem acadêmica, profissional e pessoal. O medo de esquecer traz a cautela da recuperação do caminho percorrido até aqui e, mesmo assim, não me eximirá de cometer alguma falha.

Assim, de antemão, agradeço a todas as pessoas que me incentivaram a ingressar no doutorado e, nesses cinco anos, com palavras amigas e reconfortantes, suportaram meus “altos e baixos”, me apoiando em muitos momentos que pensei em desistir.

Dessa maneira, agradeço:

- a todos aqueles que sobrevivem nas ruas de São Paulo e que, diuturnamente, me instigam a pensar e a agir;
- aos trabalhadores sociais que contribuem para a saída da situação de rua;
- àqueles que, com coragem e apoio, mudaram essa condição e, neste trabalho, contribuem para a reflexão da saída da rua, com seus depoimentos;
- aos professores das disciplinas e atividades programadas cursadas neste período, sobretudo pela contribuição na fase crucial de delimitação do objeto de estudo, principalmente à professora Doutora Maria Lucia Carvalho da Silva, em Seminários de Tese;
- à brilhante orientação e disponibilidade da professora Doutora Mariangela Belfiore Wanderley, que, além de ser exemplo profissional, esteve presente contribuindo com sua palavra amiga em momentos importantes de minha vida;
- aos membros da Banca de Qualificação: professora Bader Sawaia, Camila Giorgetti e Maria Lúcia Martinelli, pelas valiosas contribuições;
- aos membros da Banca Examinadora, pela disponibilidade e avaliação deste trabalho, que, antes de ser um produto, é resultado de um processo de amadurecimento profissional e intelectual;
- à CAPES e ao CNPq, que, em momentos diferentes, subsidiaram este estudo, sem os quais não seria possível sua conclusão;
- à Vania, secretária do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social; à Kátia, secretária do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais; à

Fátima, secretária do CEDPE;

- ao apoio de amigos, sempre presentes, mesmo às vezes distantes: Flávia Cristina de Paula Gomes Pires, André Vieira, Beatriz Ramsthaler, Adriana Aleixo, Emanuel Jones Xavier, Larri Viega, Cristiane Miller, Ana Cristina Mendes, Gabriel Tacco, Silvia Carbone, Márcio Santiago, Valéria Gonelli, Nivaldo Costa, Carlos Eduardo Carneiro, Juliana Reis, Adalgisa Pereira, e tantos outros;
- às minhas atuais chefes: Solange Rolo (pela paciência e apoio), Célia, Selma Amaral, Sonia Ribeiro, Viviane Diniz, Viviane Delgado, especialmente Ana Paula Roland Medeiros, também amiga.
- às minhas mais que companheiras e companheiros de trabalho, companheiras e companheiros de luta: Eliane Nicoletti, Michelly Wiese, Malu Ventura, Rita Oliveira, Sonia, Elaine Gass, Cecília Homem de Melo, Deise Oliveira, Edinael Rocha, Maria Helena dos Santos, Milena Matos, Márcia Franzini, Anúncia, Fátima, Rosângela, Edna, Lilian, Alessandra, Valéria, Paulo Nakazone, Sérgio Vieira e muitos outros
- aos alunos, pela experiência de aprendizagem constante, especialmente: Fernanda Vinco, Mayara Ramos Pires, Edna Maria Pereira, Flávio Souza, Jackson Pereira, Felipe, Jayna, Monica, Vanessa Parra, Jô, Valéria Lelis, Valdice, Waldênia Machado, Anabel, Regiane, Kelly, Simone e tantos outros.
- aos futuros assistentes sociais: Viviane Canadá, Solange, Dalva, Ellen, Kelda, Vinícius, Fernanda e Daniela.
- aos meus pais, Alcides e Sandra, pela compreensão de minha ausência; especialmente minha mãe, que sempre esteve presente, separando reportagens e discutindo a temática comigo. Aos meus companheirinhos de estimação, presentes em todos os momentos: Pedrinho, Mu e Loro.
- a Valmir Mendes dos Santos Junior, que me inspira a cada dia e me ajuda a querer ser uma pessoa melhor.

Muito obrigada a todos!

*“Vocês, artistas, que fazem teatro em grandes casas,
sob a luz de sóis postiços,
ante a platéia em silêncio,
observem de vez em quando esse teatro que tem na rua o seu palco:
cotidiano, multifário, inglório,
mas tão vivido e terrestre, feito da vida em comum dos homens
- esse teatro que tem na rua o seu palco. [...]*
*Adiante, um bêbado imita o padre no sermão abrindo aos pobres as ricas recompensas
do Paraíso.*
Tão sério e engraçado, e tão digno esse teatro!
Não são como papagaios e macacos que representam por representar,
*Indiferentes ao que estão representando, apenas para dizerem que sabem: têm ao
contrário,*
propósitos em vista.
Oxalá, possam vocês, artistas maiores, imitadores exímios,
não ficar nisso abaixo deles! Não se afastem,
por mais que se aperfeiçoem na arte,
desse teatro de todos os dias
que tem na rua o seu palco! [...]
Nosso intérprete, no canto da rua,
Não é nenhum sonâmbulo a quem ninguém se deva dirigir;
Não é nenhum supremo sacerdote em seu divino ofício...
Podem interrompê-lo a qualquer hora,
e ele responde com toda a calma, e depois prossegue com a sua exibição.
Não digam: “Esse homem não é artista!” – Erguendo tal barreira entre vocês e o mundo,
ficarão vocês fora do mundo: não lhe dão o título de artista, e ele a vocês talvez não dê
o título de homens.... E essa restrição dele será mais grave ainda. Digam, antes: é um
artista, porque é um ser humano.
Podemos fazer tudo o que ele faz e sentirmo-nos muito honrados, pois o que nós
fazemos é algo de humano e universal que a toda hora sucede no burburinho das ruas,
quase tão caro aos homens como alimentar-se e respirar!
[...] Fiquemos, pois, entendidos: ainda quando aperfeiçoem o que faz o homem do canto
da rua, vocês ainda estarão fazendo menos do que ele, se ao teatro de vocês derem
menos sentido, com motivos menores, participando menos da vida do público e com
menos serventia.”

(Sobre o teatro de todos os dias – um aviso aos atores, Bertolt Brecht)



A todos aqueles que ainda moram nas ruas de São Paulo e, principalmente, àqueles que, como um artista, sobrevivem e não perdem a capacidade de sonhar....

RESUMO

O presente trabalho, “Pessoas em situação de rua: a saída para a saída”, de autoria de Alessandra Medeiros, apresenta um estudo sobre pessoas que saíram da rua.

Partindo do objetivo geral de conhecer e identificar quais são os fatores que contribuem para a saída da situação de rua, visa responder a pergunta central desta tese: quais fatores objetivos e subjetivos contribuem para o processo de saída da rua?

Dessa maneira, os objetivos específicos desta pesquisa foram:

Compreender qual foi o significado da saída dessa condição apontado pelos entrevistados e em que medida a política de assistência social vem colaborando nesse processo;

Propor princípios metodológicos que contribuam no atendimento de adultos em situação de rua, considerando a bibliografia estudada e o olhar daqueles que saíram dessa condição.

Este tema justifica-se pelo crescimento do número de pessoas vivendo nessas condições, principalmente nas grandes metrópoles e, ainda, pela pouca produção sobre a saída da rua, uma vez que a maioria dos estudos pesquisados discute o processo que leva à situação de rua e não à saída dela .

Assim, foram testadas as seguintes hipóteses:

- Assim como existem momentos/ fatos (processos) que culminam na “situação de rua”, existem momentos/fatos/estímulos (processos) que incentivam a saída da “situação de rua”;
- Esses momentos podem ser estimulados, de acordo com a metodologia de trabalho adotada no atendimento a esse público.

Para tanto, foram realizados dois levantamentos. O primeiro, por meio de entrevistas com trabalhadores sociais de alguns serviços que atendem essa população; e, o segundo, em que foram coletados depoimentos de oito pessoas que saíram da situação de rua, sendo esta uma pesquisa qualitativa.

Por tratar-se de um estudo qualitativo, não passível de generalizações, o presente trabalho apresenta a percepção daqueles que saíram da situação sobre o processo que vivenciaram a fim de contribuir para a construção da política pública a esse segmento.

Palavras-chave: pessoas em situação de rua, trabalhadores sociais, assistência social.

ABSTRACT

This paper provides an overview of people who have overcome homelessness. It also seeks to identify and analyze factors – of both objective and subjective order - that might have effectively contributed to that outcome.

The purpose of this study was, in the first place, to hear some people who have experienced the process mentioned before. By doing so, our aim was not only to comprehend their perception on what happened to them, but also to verify if nowadays social assistance policy can claim any impact on those events. Secondly, we tried to propose methodological principles - based on those perceptions and also with the support of literature that has already been produced on that theme - which might be applied on programs devised for homeless adults.

This theme justifies itself by the growing number of people living in those conditions, especially in large cities ; and also because most discussions have their focus on the reasons that could lead to homelessness, ignoring the factors that might help successfully overcome it.

Thus, the following hypotheses were tested:

- As there are moments / events (processes) that might culminate in the homelessness phenomenon, are there moments / events / stimuli (processes) that encourage people to leave the streets?
- If so, can such moments be stimulated by the methodology applied to social assistance ?

In order to address those questions, two surveys were conducted: the first interviewed some social workers who deal with that population; the latter is a qualitative research that brings statements from eight people who have overcome homelessness. Although not susceptible to generalization – due to its nature -, this paper believes that the perceptions of those who have overcome homelessness should be regarded as a major contribution to further development of public policy.

Keywords: homelessness, social workers, social assistance

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
 CAPÍTULO I - EXCLUSÃO, POBREZA E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO PAULO – COMPREENDENDO O UNIVERSO DA PESQUISA.....	 20
1.1 A CONCEPÇÃO DE POBREZA/EXCLUSÃO SOCIAL NA BIBLIOGRAFIA FRANCESA	24
1.2 A CONCEPÇÃO DE POBREZA/EXCLUSÃO SOCIAL NA BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA	34
1.3 O PROCESSO DE EXCLUSÃO E A ESPECIFICIDADE DA CIDADE DE SÃO PAULO: UMA REFLEXÃO SOBRE A POBREZA URBANA.....	38
1.3.1 São Paulo: dados gerais.....	44
1.4 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.....	56
 CAPÍTULO II - PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: RESGATE HISTÓRICO DO ATENDIMENTO A ESSE PÚBLICO EM SÃO PAULO E O RESPALDO LEGAL EXISTENTE.....	 78
2.1 O HISTÓRICO DO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	79
2.2 A POLÍTICA DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO: 2000-2010.....	93
2.2.1 Entre 2000 e 2004: a padronização dos serviços de atendimento às pessoas em situação de rua.....	94
2.2.2 Entre 2005 e os dias atuais.....	97
2.3 SERVIÇOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PESQUISADOS.....	106
2.3.1 Limites e possibilidades da função exercida.....	110
2.3.2 Opinião sobre o trabalho das Casas de Acolhida.....	115
2.3.3 Concepção do trabalho realizado e do público atendido.....	117

CAPÍTULO III - SAÍDAS PARA A SAÍDA DA SITUAÇÃO DE RUA.....	125
3.1 APRESENTANDO OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	128
3.2 OS FATORES SUBJETIVOS E OBJETIVOS QUE INCENTIVARAM O PROCESSO DE SAÍDA DA RUA	132
3.2.1 Os fatores objetivos apontados nos depoimentos.....	133
3.2.2 Os fatores subjetivos apontados nos depoimentos.....	141
3.3 A AVALIAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL APONTADA NOS DEPOIMENTOS.....	151
3.4 APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS.....	165
3.4.1 Fatores estruturais.....	165
3.4.2 Pressupostos ao atendimento.....	167
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 175
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 180

LISTA DE TABELAS E MAPAS

Tabela 01 - São Paulo - Território e dados de população.....	46
Tabela 02 - São Paulo - qualidade de vida.....	47
Tabela 03 - Dados comparativos São Paulo e Região Metropolitana.....	49
Tabela 04 - Comparação de indicadores por região – São Paulo.....	54
Tabela 05 - Esquema das situações de permanência na rua.....	58
Tabela 06 - Distribuição de vagas – serviços durante a noite.....	103
Tabela 07 - Distribuição de vagas – serviços durante o dia.....	103
Tabela 08 - Vagas noturnas, segundo a Relação dos Serviços – Proteção Especial.....	104
Tabela 09 - Vagas diurnas, segundo a Relação dos Serviços – Proteção Especial.....	104
Tabela 10 - Pessoas em situação de rua na região Central (Subprefeitura Sé).....	105
Tabela 11 - Quanto ao sexo dos funcionários pesquisados.....	106
Tabela 12 - Quanto à escolaridade dos funcionários pesquisados.....	107
Tabela 13 - Quanto ao tempo de trabalho no local da entrevista dos funcionários Pesquisados.....	108
Tabela 14 - Quanto ao tempo de trabalho com pessoas em situação de rua dos funcionários pesquisados.....	108
Mapa 01 - Mapa da Vulnerabilidade Social.....	53
Mapa 02 - Total de pessoas em situação de rua (2000) e distribuição espacial.....	69

APRESENTAÇÃO

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas para viver é preciso comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais [...]. (MARX, ENGELS, 1987:39)

O presente estudo aborda **as condições necessárias para que indivíduos que vivem em situação de rua possam sair dessa condição**. A expressão “algumas coisas mais”, citada por Marx e Engels, reúne condicionantes que, isolados ou somados, conferem estímulos à saída da situação de rua.

O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida [...]; uma vez satisfeita a primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento já adquirido com essa satisfação levam a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico. (MARX, ENGELS, 2002:21-22)

Quais as necessidades supridas nas ruas que levam pessoas a viverem nessa situação e, a partir de qual momento, buscam satisfazer novas necessidades fora dela? O que impulsionou a busca de uma nova (outra) alternativa?

O caminho percorrido para tentar definir alguns dos fatores que contribuem para a saída da condição de rua deu-se por meio de depoimentos daqueles que superaram as adversidades da rua e hoje encontram-se em outra condição.

Assim, o retorno à família, em função da retomada de um vínculo, a garantia de um emprego e/ou moradia, o acesso viabilizado à educação, são apenas alguns exemplos do que aqui chamaremos de “saídas para a saída da situação de rua”.

Vale recuperar a trajetória percorrida até a delimitação do objeto de pesquisa acima apresentado.

Esse trabalho é resultado da inserção em um “universo familiar de problemas”, que consistiu em “[...] leituras, cursos, participação em seminários e outras atividades [...]” (SEVERINO, 2002:157) que culminou na problematização aqui exposta.

Destacamos a preocupação em garantir, nesta tese, as características qualitativas exigidas nos trabalhos realizados nos cursos de pós-graduação, como aponta Severino (2002:145) “[...] a necessária procedência de um trabalho de pesquisa e de reflexão que seja *pessoal, autônomo, criativo e rigoroso*”.

Nesse sentido, este trabalho cumpre as exigências acima, já que se trata de um trabalho *pessoal*, no qual “[...] qualquer pesquisa, em qualquer nível, exige do pesquisador um envolvimento tal que seu objetivo de investigação passa a fazer parte de sua vida” (CINTRA apud SEVERINO, 2002:145). É também autônomo, pois “[...] é fruto de um esforço do próprio pesquisador [...] [na] capacidade de estabelecer um inter-relacionamento enriquecedor, portanto dialético, com outros pesquisadores [...]” (SEVERINO, 2002:146).

[...] não se trata mais de apenas aprender, de apropriar-se da ciência acumulada, mas de colaborar no desenvolvimento da ciência, de fazer avançar este conhecimento aplicando-se o instrumental da ciência aos objetos e situações, buscando-se seu desvendamento e sua explicação. (SEVERINO, 2002:148)

Dessa maneira, desvendar os fatores determinantes que contribuem para a saída da situação de rua é o **eixo temático norteador desta pesquisa**. Para tanto, foram utilizados alguns autores que embasaram este estudo, dentre os quais destacamos Serge Paugam e Camila Giorgetti.

Permito-me realizar uma paráfrase, elaborada a partir da leitura do livro “Produzir sua obra – O momento da tese”, de Remi Hess. Logo na apresentação, o autor escreve “este livro tem uma história e essa história necessita ser contada” (HESS, 2005:11), tomo a liberdade para dizer, essa tese tem uma história, e ela necessita ser contada.

Desvendar o trabalho socioeducativo que poderia ser realizado na própria rua é tema de interesse desde meus primeiros trabalhos desenvolvidos como assistente social, ou ainda como educadora social, há mais de 10 anos. Nesse sentido, o estudo dos livros “Pedagogia da Autonomia”, de Paulo Freire, e “Pedagogia da Presença”, de Antônio Carlos Gomes da Costa; a metodologia de trabalho empreendida pela Fundação Projeto Travessia, com crianças e adolescentes “de e na rua”; e a tentativa de experimentar essas discussões no

atendimento à população adulta, como assistente social de um albergue, foram sempre instigantes para mim.

Vale destacar que essa temática permeou minha atuação profissional, direta ou indiretamente, ao longo de todo esse tempo, mas foi a partir de 2005, ao ingressar na Proteção Especial de Adultos e Idosos, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), da cidade de São Paulo, que a trajetória desta pesquisa começou a ser esboçada.

Ao participar da equipe que deveria normatizar e monitorar os serviços a esse público, como também propor metodologia de intervenção, acompanhar o setor responsável pelas abordagens nas ruas, vários questionamentos foram surgindo. O primeiro a nortear esta pesquisa, inicialmente, foi: por que trabalhadores sociais que atuam junto a esse público manifestam sentimentos frustrados e descrentes quanto à saída da situação de rua de pessoas adultas? Esse sentimento não condicionaria uma prática pouco pedagógica, influenciando de maneira negativa o atendimento desenvolvido?

Frases comuns que escutei em capacitações ou visitas a albergues afirmavam: “trabalhar com esse público é secar gelo, empacotar fumaça”, “com criança e adolescente ainda se dá jeito, agora com adulto não dá, eles já não aprendem mais nada”, “Aqui, de 100, só se salva um”, entre outras colocações.

Esses comentários foram me motivando cada vez mais a pensar e estudar a saída para a saída da rua. Por que algumas pessoas saem e outras não? O que diferencia a trajetória de uma e outra? De alguma maneira, eu queria provar que, mesmo diante de toda a complexidade do assunto, haveria algo a ser feito. Essa então seria a “tese” que eu gostaria de levantar e provar. Como Hess (2005:27) esclarece, “defender uma tese significa defender um ponto de vista, e isso implica, eventualmente, se inscrever em uma luta de vida ou morte”¹. Essa tornou-se a minha luta.

Dessa maneira, a escolha pela temática e a elaboração desta pesquisa teve como premissa um “universo epistemológico e político” (SEVERINO, 2002:159). Partiu do cotidiano profissional e contou com a observação como primeira técnica de coleta de dados.

¹ Aqui o autor faz uma referência ao conceito de “luta moral” desenvolvido por Hegel, quando o enfrentamento físico da luta de vida ou morte supõe uma superação. (HESS, 2005:27)

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção das hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. (GIL, 1999:110)

A partir da observação atenta e constante, algumas premissas foram levantadas. Há vários estudos sobre os motivos que levam para as ruas e as características desse público, mas pouco se tem publicado sobre a saída ou o processo de saída da rua. Essa primeira premissa já torna o presente estudo de grande relevância.

[...] o momento da tese é, antes de tudo, um momento de reflexão. É uma tentativa de elaboração de um discurso construído, que se apóia sobre uma certa erudição em relação a trabalhos anteriores que trataram, em graus diferentes, da problemática na qual a gente se inscreve. (HESS, 2005:29)

Assim, esta pesquisa apresenta como **temática central** o processo de saída da rua. Segundo Parra Filho e Almeida (1996:60),

O tema é o assunto, ou seja, a questão vital da pesquisa. Ele pode ser identificado a partir de uma necessidade pessoal ou externamente, da curiosidade do pesquisador ou do coordenador da pesquisa ou dos desafios da própria teoria ou das propostas de outros trabalhos científicos.

Outra premissa construída a partir da observação e dos levantamentos dos primeiros dados, tanto bibliográficos quanto empíricos, é que se trata de um processo que requer um conjunto de fatores, sendo alguns subjetivos e outros objetivos.

De acordo com Parra Filho e Almeida (1996:62), um objetivo geral “possui como finalidade dar uma visão geral do assunto da pesquisa. Mostrar o significado desse assunto em relação ao conhecimento do conteúdo mais abrangente e está relacionado à apresentação do tema”.

A partir disso, esta pesquisa teve como **objetivo geral** conhecer e identificar quais são os fatores que contribuem para a saída da situação de rua.

Objetivos específicos são, segundo Amado e Bervian (2002:83),

A definição de objetivos específicos nos leva a um aprofundamento das intenções expressas nos objetivos gerais. O estudante se propõe a mapear, identificar, levantar e diagnosticar o perfil ou historiar determinado assunto específico dentro de um tema com que finalidade? Ele pode com isso querer apontar novas relações para o mesmo problema, identificar novos aspectos, ou utilizar os conhecimentos adquiridos com a pesquisa para instrumentalizar sua prática profissional ou intervir em determinada realidade onde ocorre o problema.

Os **objetivos específicos** desta pesquisa são:

- Compreender qual foi o significado da saída dessa condição apontado pelos entrevistados e em que medida a política de assistência social vem colaborando nesse processo;
- Propor princípios metodológicos que contribuam no atendimento de adultos em situação de rua, considerando a bibliografia estudada e o olhar daqueles que saíram dessa condição.

Dessa forma, os objetivos descritos acima visam responder a **pergunta central** desta pesquisa:

**Quais fatores objetivos e subjetivos contribuem
para o processo de saída da rua?**

Para responder a essa pergunta, além do levantamento bibliográfico, foram aplicados questionários com trabalhadores sociais dessa área e colhidos os depoimentos daqueles que já saíram dessa situação para verificar as seguintes hipóteses:

- Assim como existem momentos/ fatos (processos) que culminam na “situação de rua”, existem momentos/fatos/estímulos (processos) que incentivam a saída da “situação de rua”;
- Esses momentos podem ser estimulados, de acordo com a metodologia de trabalho adotada no atendimento a esse público.

Como técnica de coleta de dados, optamos pela pesquisa qualitativa por meio da história oral que “[...] é um instrumento de pesquisa que privilegia a coleta de informações contidas na vida pessoal de um ou vários informantes”, como explica Chizzotti (2001:95). “É uma técnica que permite recuperar valores, comportamentos não quantificáveis. A história de vida reflete o comportamento do indivíduo dentro de uma coletividade, ou grupo [...]”, como esclarece Rojas (1999:93).

Nesse sentido, foram colhidos depoimentos pessoais, já que “[...] se concentram ou sobre um lapso de tempo mais reduzido [...], ou sobre uma série de acontecimentos marcantes que permita aprofundar informações e aumentar os detalhes a respeito de algo que foi bastante delimitado” (QUEIROZ, 1991:60).

A escolha dessa abordagem deu-se pelo “contato direto com o sujeito da pesquisa”, requisito para essa metodologia de pesquisa, como esclarece Martinelli (1999:22).

[...] podemos afirmar que, nessa metodologia de pesquisa, a realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele são atribuídos. [...] Não se trata, portanto, de uma pesquisa com um grande número de sujeitos, pois é preciso aprofundar o conhecimento em relação àquele sujeito que estamos dialogando. (MARTINELLI, 1999:23)

Dessa forma, “[...] não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm em função do que estamos buscando com a pesquisa” (MARTINELLI, 1999:24).

Destacamos ainda que

A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudos de caso; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevistas; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais, históricos, interativos e visuais – que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. (DENZIN, LINCOLN, 2006:17)

Finalmente, esclarecemos que os depoimentos apresentados neste trabalho foram colhidos de acordo com as técnicas aqui descritas, sendo fruto de um roteiro dirigido, de acordo com os interesses aqui delimitados, por meio de entrevistas curtas, não passíveis de generalizações, mas que proporcionam a reflexão e alguns

caminhos possíveis de serem adotados visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem em situação de rua.

Ressaltamos ainda que este trabalho foi redigido conforme o Novo Acordo Ortográfico e que a transcrição dos depoimentos não se preocupou em retextualizá-los à Norma Padrão da Língua Portuguesa, mas apenas pontuá-los para orientar a leitura.

Assim esta tese divide-se em três capítulos: no **primeiro** contextualizamos o universo da pesquisa, trazendo os principais conceitos inerentes à problemática estudada, ou seja, o entendimento sobre a exclusão social que vive essa população, como também compomos o cenário de quem vive nessa condição, respondendo quem são e como vivem as pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo.

No **segundo capítulo**, apresentamos um resgate histórico do atendimento a esse público em São Paulo e o respaldo legal existente, bem como o resultado de um levantamento realizado junto a alguns serviços que prestam atendimento direto a essa população com o objetivo de descrever o cotidiano vivido por esses profissionais e, ainda, os desafios, dificuldades e características do serviço prestado.

No **terceiro capítulo**, apresentamos os resultados obtidos por meio dos depoimentos daqueles que saíram da rua e explicamos quais são os fatores subjetivos e objetivos analisados a partir da fala daqueles que saíram dessa situação.

Este capítulo também apresenta alguns princípios metodológicos no atendimento a pessoas adultas em situação de rua, sugeridos a partir do estudo aqui realizado, uma vez que “quando escrevemos, não podemos nos impedir de pensar que o nosso trabalho pode ser útil a outros” (HESS, 2005:69).

Desejamos que esse trabalho seja útil aos trabalhadores sociais que atuam com pessoas em situação de rua, um instrumento de reflexão e, quiçá, de transformação de práticas.

Hess (2005:68) afirma que escrever “é também um trabalho de construção de vestígios” e nos desperta o questionamento sobre “para quem queremos produzir esses vestígios?”

Se um estudante percebe que o trabalho, no qual ele está engajado, tem sentido para os próximos, isso é uma fonte de motivação importante. Aqui, a idéia de próximos é menos a de uma família biológica e mais de um grupo de pertencimento intelectual. Esse grupo pode ser um “colégio invisível”, composto por pessoas em quem pensamos ao escrever, mas que obrigatoriamente não se reconhecem entre eles: colegas de trabalho, estudantes ou pesquisadores. Esse colégio invisível, diferente para cada mestrando ou doutorando, representa o destinatário de nosso trabalho de escrita [...]. (HESS, 2005:69)

Que os vestígios aqui apontados fomentem a reflexão dos que trabalham nessa área e inspirem a luta por melhores condições de vida daqueles que, hoje, se encontram em situação de rua.



CAPÍTULO I - EXCLUSÃO, POBREZA E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO PAULO – COMPREENDENDO O UNIVERSO DA PESQUISA

Ó prazer de começar! Ó alvorada!
 A primeira grama, quando parece esquecido.
 O que é o verde! Ó primeira página do livro.
 Tão esperado, surpreendente! Leia.
 Devagar, muito rápido.
 A parte não lida ficará pequena! E o primeiro jato d'água
 no rosto suado! A camisa
 Fresca! Ó começo do amor! Olhar que desvia!
 Ó começo do trabalho! Colocar óleo
 Na máquina fria! Primeiro movimento e
 Primeiro ruído do motor que pega.
 A primeira fumaça enchendo os pulmões!
 E você, pensamento novo!

Bertolt Brecht

Ao pensarmos nas pessoas que utilizam as ruas como espaço de sobrevivência e moradia, fatalmente, estabelecemos a relação direta com o conceito de exclusão social, uma vez que é a expressão mais adequada para adjetivar o que presenciamos cotidianamente nas ruas, principalmente nas grandes metrópoles.

Por essa razão, este primeiro capítulo tem como objetivo caracterizar o universo teórico desta pesquisa, ou seja, apresentar os principais conceitos adotados para a compreensão do universo deste estudo: pessoas que vivem nas ruas na cidade de São Paulo.

Para compreender o processo que leva uma pessoa a viver nas ruas, caracterizando-a como um “excluído social”, tornam-se necessários alguns esclarecimentos preliminares. Um primeiro ponto a ser frisado é a preocupação deste trabalho em não responsabilizar o indivíduo pela situação em que vive, em razão de representar o resultado de uma situação excludente, que se configura como consequência de um perverso sistema capitalista, neoliberal, que, além de uma injusta distribuição de renda, desigualando oportunidades de acesso a bens, também não garante a universalidade ao acesso e à garantia da efetivação de direitos básicos para uma vida digna. Neste contexto, pessoas vivem nas ruas e escancaram uma situação-limite, chamando a atenção de muitos de nós, diuturnamente.

Tão próximos e tão visíveis - mas, ao mesmo tempo, tão distantes e tão invisíveis. É como se fizessem parte de uma outra nação, tivessem diferentes códigos, costumes, línguas. Amedrontam mais por serem tão diferentes e tão próximos, mesclando a visibilidade com a invisibilidade. A exclusão se presta como uma linha, em todo o “nosso” território, criando fronteiras imaginárias. (CHIAVERINI, 2007:09)

Visando facilitar a compreensão e o entendimento acerca do que leva uma pessoa a viver nessa condição, recorreremos aos conceitos de pobreza, vulnerabilidade social e, ainda, exclusão social para descrever e qualificar a situação de viver nas ruas. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica sobre esses conceitos demonstra quão ambíguos, imprecisos e frágeis podem se tornar tais explicações, dependendo dos referenciais teóricos adotados ou ainda a própria “saturação da utilização indiscriminada dessa noção” (WANDERLEY, 2007:17).

Entre as representações da pobreza, é possível estudar, por exemplo, o modo como os indivíduos de um país ou de uma região explicam esse fenômeno. Algumas pesquisas realizadas recentemente na Europa distinguiram dois grandes tipos de explicação: pela preguiça e a explicação pela injustiça. A primeira remete a uma concepção moral fundada no sentido do dever e na ética do trabalho. Segundo essa ótica, cada indivíduo é responsável por si mesmo e somente sua coragem pode evitar que ele conheça a pobreza. A explicação de pobreza pela injustiça remete, ao contrário, a uma concepção mais global da sociedade. Neste espírito, os poderes públicos têm um dever: o de ajudar os pobres no sentido de conquistar uma maior justiça social. Assim, as explicações pela preguiça e pela injustiça correspondem a opiniões contrastadas cujo sentido ideológico e político, dependem de cada um. (GIORGETTI, 2006:9-10)

Como Giorgetti (2006) esclarece acima, as explicações acerca de conceitos como o de pobreza assinalam posicionamentos políticos e ideológicos. Mesmo com uma realidade bem diferente da européia, no Brasil, explicar a pobreza não é tarefa fácil. Dessa maneira, ressaltamos a preocupação em garantir, nesta pesquisa, a questão da pobreza e da exclusão social por meio de uma compreensão mais global dos processos vividos e não como uma escolha individualizada, ou seja, a explicação pela injustiça social.

Outra preocupação, nesta conceituação, é valer-se de uma característica em detrimento das demais, como exemplifica Sawaia (2007:07) quando aponta a existência de

[...] análises centradas no econômico, que abordam a exclusão como sinônimo de pobreza, e as centradas no social, que privilegiam o conceito de discriminação, minimizando o escopo analítico fundamental da exclusão, que é o da injustiça social.

A dificuldade em conceituar o termo exclusão justifica-se pela recorrência da temática na atualidade e, ao mesmo tempo, a necessidade de explicação do crescente número de pessoas vivendo em condições indignas.

Exclusão é o tema da atualidade, usado hegemonicamente nas diferentes áreas do conhecimento, mas pouco preciso e dúbio do ponto de vista ideológico. Conceito que permite usos retóricos de diferentes qualidades, desde a concepção de desigualdade como resultante de deficiência ou inadaptação individual, falta de qualquer coisa, um sinônimo do sufixo sem

(less), até a de injustiça e exploração social. (SAWAIA, 2007:07)

Nesta pesquisa, trabalharemos na perspectiva da exclusão como “[...] processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas” (SAWAIA, 2007:09). No entanto, ter essa compreensão de exclusão social ainda não nos possibilita a total compreensão de sua relação e a qualificação quando falamos daqueles que vivem nas ruas.

Wanderley (2007:16) destaca que “[...] é mais precisamente a partir dos anos 90 que uma nova noção – a de exclusão – vai protagonizar o debate intelectual e político” para o entendimento dos problemas sociais que, historicamente, atravessam séculos. A autora ainda esclarece que a invenção dessa noção é atribuída a René Lenoir, em 1974, e que, embora possuísse teses que emanassem do pensamento liberal, contribuiu para a análise da concepção da exclusão enquanto fenômeno de ordem social e não mais individual “[...] cuja origem deveria ser buscada nos princípios mesmos do funcionamento das sociedades modernas”.

Esse deslocamento da análise individual para a social na explicação da exclusão foi um avanço também na compreensão da situação de rua, que, durante muito tempo, foi explicada como vadiagem ou malandragem, culpabilizando-se o indivíduo por essa condição, como veremos adiante.

No Brasil “[...] a noção de exclusão social aparece na segunda metade dos anos 80 [...]” (WANDERLEY, 2007:20) com a discussão de Hélio Jaguaribe e importantes trabalhos como o Mapa de Exclusão/Inclusão na cidade de São Paulo, de Aldaíza Sposatti, em 1996.

Lavinas (2003:02) afirma:

[...] falar de exclusão social é tomar um registro mais amplo do que o da carência ou do déficit de renda para informar o debate da pobreza. É transitar do universo restrito do não atendimento das necessidades básicas e vitais para o espaço da equidade, da emancipação e do pertencimento.

Visando complementar o debate aqui empreendido acerca dos conceitos de exclusão, pobreza e vulnerabilidade social, recorreremos a referências francesas, destacando o conceito de “desqualificação” a partir da análise de Paugam e de “desfiliação” de Robert Castel e outros autores. Salientamos que, embora esses

conceitos tenham sido cunhados na sociedade francesa, bem diferente da brasileira, eles podem contribuir na compreensão da análise do processo de pobreza e exclusão vivenciado no Brasil.

A escolha pela bibliografia francesa como suporte teórico para este trabalho justifica-se pela concepção dos autores dessa nacionalidade na compreensão da exclusão social e vulnerabilidade social como responsabilidade do Estado (e não do indivíduo). Esse esclarecimento está presente na recente publicação de Lúcio Kowarick (2009), que apresenta um estudo sobre a questão da pobreza e da marginalização nas sociedades americana e francesa, e sobre a vulnerabilidade no Brasil. Diferente dos americanos, que discutem a culpa ou não do indivíduo, na França “[...] a vulnerabilidade massiva é de responsabilidade do Estado” (KOWARICK, 2009:48).

1.1 A CONCEPÇÃO DE POBREZA/EXCLUSÃO SOCIAL NA BIBLIOGRAFIA FRANCESA

Maura Pardini Vêras esclarece, no prefácio do livro “Desqualificação Social - ensaio sobre a nova pobreza” (PAUGAM, 2003:14-15), que:

[...] o conceito de exclusão permanece até hoje amplo, difuso, implícito à questão das desigualdades sociais; continua sendo um motivo de angústia, demandando tanto pesquisas científicas quanto soluções ou, em outros termos, modos de intervenção que realmente auxiliem os julgados desfavorecidos.

Segundo Vêras,

[...] Paugam apresenta três idéias que se associam ao conceito de exclusão: a noção de trajetória, ou seja, de que há um processo que deve ser visto longitudinalmente, o que permite apreender o percurso temporal de indivíduos em confronto com o ambiente mais ou menos permeável; em segundo lugar, o conceito de identidade, positiva ou negativa, de crise e de construção dessa identidade; e o aspecto da territorialidade, ou seja, a base espacial que abriga processos excludentes, incluindo a segregação. (PAUGAM, 2003:15)

[...] nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela

corresponde, igualmente, a um status social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência. O pobre sempre foi portador de uma condição humilhante [...]. (PAUGAM, 2003:45)

Destacamos da definição de Paugam, o processo (trajetória), a construção da identidade e a territorialidade (segregação), que complementam o conceito de desqualificação. Paugam (2003) contribui também com este estudo na medida em que estabelece a relação dos indivíduos em estado de privação e a assistência pública.

De acordo com pesquisas desenvolvidas pelo autor na Europa, o conceito de desqualificação social permite compreender como indivíduos em estado de privação (não apenas material) estão relacionados aos Serviços de Assistência Pública. Em abordagem tipológica, Paugam distingue diferentes tipos: os assistidos (que denotam dependência dos serviços), os fragilizados (que guardam ainda distância dos Serviços) e os marginalizados (que rompem com os vínculos sociais). Assim, as políticas sociais cumprem o papel de “integrar” os assistidos, mas podem também contribuir para a estigmatização dessas pessoas e pesar na construção de identidades. (VÉRAS in PAUGAM, 2003:15)

Assistidos, fragilizados e marginalizados são classificações estabelecidas pelo autor na relação existente entre os indivíduos em estado de privação e uma analogia realizada de acordo com a utilização dos serviços públicos.

De acordo com a tipologia acima descrita, podemos arriscar classificar as pessoas em situação de rua já como sendo marginalizados nesse processo de desqualificação social, uma vez que já romperam vínculos sociais, impossibilitando até que recorram à assistência pública. No entanto, o grupo daqueles que vivem nas ruas não é homogêneo, ou seja, nesse grande grupo de pessoas, também encontramos aqueles que utilizam os albergues (centros de acolhida), classificados por Paugam como assistidos, já pertencendo à rede de atendimento há anos e também aqueles chegados recentemente à situação de rua e que recusam atendimento (fragilizados).

Vale ainda levantar a questão de como a política social brasileira responde às necessidades daqueles que estão em situação de rua: fortalecendo o estigma ou de fato contribuindo para a autonomia?

Nesse sentido, “o conceito de desqualificação permite compreender a trajetória segundo a qual esses indivíduos se tornam usuários da Assistência de diferentes formas” (VÉRAS in PAUGAM, 2003:16)

Paugam (2003) explica essas três fases do processo de desqualificação social. Para o autor, a fragilidade

[...] corresponde ao aprendizado da desqualificação social. As pessoas deslocadas socialmente após um fracasso profissional aos poucos tomam consciência da distância que as separa da grande maioria da população. Sentem que o fracasso que as oprime é visto por todos. Supõem que todos os seus comportamentos cotidianos são interpretados como sinais de inferioridade do seu status, até mesmo de uma incapacidade social. Quando devem explicar em público as razões de seus problemas, os desempregados têm a impressão de serem vistos como indivíduos “pestilentos”. [...] Quando, por força das circunstâncias, são obrigados a solicitar auxílio dos serviços de assistência social, a inferioridade conferida por esta situação lhes é insuportável. Preferem manter distância em relação aos assistentes sociais. O ingresso nas redes de assistência é percebido por eles como uma “renúncia” a um “verdadeiro” status social e como perda progressiva da dignidade. (VÉRAS in PAUGAM, 2003:34-35)

Um exemplo dessa fase é “[...] não ter residência fixa e ser obrigado a morar na casa de amigos, em alojamentos transitórios e sem conforto ou em albergues, isso também provoca, freqüentemente, um sentimento de angústia quanto ao futuro: o medo de cair ainda mais” (VÉRAS in PAUGAM, 2003:34).

Nesse sentido, podemos observar, dentre aqueles que são recém-chegados à situação de rua, uma espécie de diferenciação de sua condição perante “os outros”. Mesmo ocupando coletivamente as dependências de um albergue, por exemplo, a fragilidade ainda permite que ele se distinga da condição vivida “pela maioria”.

A fragilidade é dividida por Paugam (2003:94) em interiorizada e negociada. A primeira, materializada no sentimento de

[...] humilhação, perturbação, isolamento, ressentimento e, até mesmo, condenação de uma ordem social que lhes parece injusta [...] [e] o segundo tipo de experiência é vivido por pessoas que tentam evitar o fracasso elaborando projetos e multiplicando tentativas para “sair dessa”.

Esses últimos consideram a situação como temporária e frequentemente se sentem constrangidos ao utilizarem os serviços sociais.

Na fragilidade interiorizada, com relação ao uso dos serviços sociais,

[...] a frequência a essas instituições provoca, geralmente, dentro deles, um certo mal-estar, que reaviva o sentimento de decadência e a angústia do fracasso [...] a humilhação ressurgente a cada esforço efetuado para conseguir um emprego, obter um seguro financeiro ou uma cesta básica de alimentos. Para as pessoas que conhecem a fragilidade interiorizada, a frequência aos serviços sociais se impõe, conseqüentemente, como uma penosa provação. (PAUGAM, 2003:99)

[...] Eles têm também a impressão de ser sempre julgados e rotulados pelos serviços sociais, que formulam sempre as mesmas perguntas. [...] As famílias que passam pela experiência da fragilidade interiorizada adotam sempre uma estratégia de distanciamento quando entram em contato com o serviço social do setor [...]. A atitude mais freqüente consiste em evitar manter contatos regulares com um assistente social e esperar atingir o limite extremo para pedir auxílio financeiro. (PAUGAM, 2003:104-105)

A fragilidade negociada é vivida, em geral, por jovens com menos de 25 anos de idade. Esses, ao contrário dos primeiros, têm muito mais confiança em si mesmos e

Multiplicam seus esforços, elaboram projetos e sonham com um status social superior. Essa atitude os libera do peso do fracasso e da inferioridade social. Conscientes também de sua fragilidade, adotam um comportamento pragmático na utilização dos serviços sociais. (PAUGAM, 2003:115)

Já a fase da dependência refere-se a como o indivíduo torna-se assistido². Como explicar que alguns possam se habituar a frequentar os serviços sociais e ainda chegarem a reivindicar que a coletividade se encarregue de melhorar/ resolver os seus problemas? (VÉRAS in PAUGAM, 2003:37)

[...] é sempre depois de uma fase mais ou menos longa de desmotivação e abatimento que os indivíduos que conheceram

² Essa terminologia foi adotada na França, uma vez que, tradicionalmente, os usuários da assistência social eram aqueles considerados incapazes de prover as suas próprias necessidades e inúteis produtivamente para a sociedade.

uma deslocalização social recorrem aos assistentes [sociais]. Não encontrando outras alternativas, aceitam a idéia de depender e de manter relações constantes com os serviços assistenciais para obter uma garantia de renda e auxílios diversos. Enquanto considerarem a possibilidade de encontrar um emprego adotarão uma atitude de distância em relação aos agentes encarregados de ajudá-los. Após muitas tentativas, que se revelam inúteis, e mesmo de ter seguido sem sucesso vários estágios de formação, essas pessoas constatarem que sua esperança de se inserir verdadeiramente no mundo do trabalho é diminuta. (VÉRAS in PAUGAM, 2003:37-38)

Dessa forma,

[...] resta a esses indivíduos apenas aceitar as obrigações do status de assistido, iniciando-se, então, para eles, uma nova carreira, durante a qual a personalidade transforma-se rapidamente. Vivem o aprendizado dos papéis sociais que correspondem às expectativas específicas dos assistentes [sociais]. É a partir desse momento que começam a justificar e a racionalizar a assistência da qual se beneficiam. (VÉRAS in PAUGAM, 2003:38)

Os indivíduos que vivem a experiência de dependência procuram compensações para suas frustrações tentando valorizar sua identidade parental [...]. As relações que mantêm com os assistentes sociais podem ser muito cordiais, na medida em que tentam cooperar com eles. A assistente social, em alguns casos, pode tornar-se uma confidente, aquela que compreende e busca soluções apropriadas. Entretanto, o status de assistido muitas vezes gera insatisfações. (VÉRAS in PAUGAM, 2003:38-39)

Podemos exemplificar certo senso comum existente na análise dos indivíduos que se encontram há muito tempo ocupando a rede socioassistencial, “pipocando de albergue em albergue” há mais de 10 anos. Esses recebem o rótulo de acomodados — tanto por parte dos trabalhadores sociais, como dos recém-chegados, ou seja, aqueles que estão há menos tempo em situação de rua —, ou ainda, de um indivíduo que, intencionalmente, ou seja, por opção, quer tirar vantagens do Estado, “ocupando o lugar de quem de fato precisaria estar ali”.

Paugam também nos traz o conceito de ruptura, sendo caracterizada pelo

[...] acúmulo de dificuldades (afastamento do mercado de trabalho, problemas de saúde, falta de moradia, perda de contatos com a família etc). Trata-se da última fase do

processo, produto de uma soma de fracassos que conduzem à acentuada marginalização. Não nutrido mais nenhuma esperança de sair, verdadeiramente, dessa situação, essas pessoas sentem-se inúteis para a sociedade. Perderam o sentido de suas vidas. Procuram, então, muitas vezes na embriaguez, a compensação para seus infortúnios ou suas derrotas. Os assistentes sociais que tentam reinseri-los salientam que o maior problema com que se defrontam é o do álcool ou da droga. (VÉRAS in PAUGAM, 2003:39)

É preciso ressaltar, também, que o modo de vida desses andantes implica formas de resistência à miséria que podem passar como provocação e, em alguns casos, como reivindicação da liberdade de viver à margem da sociedade. Tais comportamentos correspondem ao último estágio de inversão simbólica do estigma. Quando se dirigem aos assistentes sociais, eles sabem que não têm nada a perder e adotam um tom agressivo. Trata-se de um mecanismo de defesa. Sentem-se ameaçados ou observados com reprovação por esses profissionais do setor social, que vivem em um outro mundo. Assim manifestam seu direito à palavra. Esses comportamentos não são sempre compreendidos. Eles não facilitam os contatos com a administração e com as pessoas que gostariam de ajudá-los. (VÉRAS in PAUGAM, 2003:41)

Vale destacar que Paugam estabelece também uma carreira moral dos assistidos, tipificando as diferentes formas que famílias vivenciam a experiência de proteção social na França.

Assim, divide essa assistência em: assistência postergada, assistência instalada e assistência reivindicada.

Esse modelo pode ser também utilizado no estudo do processo pelo qual uma pessoa assistida torna-se cada vez mais dependente dos serviços sociais, perde progressivamente sua motivação para o trabalho, elabora racionalizações ou auto-justificativas acerca da assistência e aprende a negociar com trabalhadores sociais [...]. (PAUGAM, 2003:127)

O autor explica que circunstâncias particulares poderão interromper ou adiar as fases, não sendo essa uma análise determinista.

A assistência postergada é marcada pela busca de um emprego e pela dificuldade em aceitar a atual situação. As chances de encontrar um emprego vão se reduzindo progressivamente. “Quando solicitam os serviços sociais, é sempre por causa de dificuldades financeiras. [...] todo esforço realizado para solicitar um auxílio financeiro reaviva o sentimento de fracasso social.” (PAUGAM, 2003:132)

Acrescenta ainda que “a assistência postergada corresponde ao aprendizado do status de assistido [...]. Por enquanto, a assistência é postergada. Para aceitar esse status, é preciso passar pela experiência da assistência instalada” (PAUGAM, 2003:135).

Já a assistência instalada é marcada pela pouca motivação para o emprego, pela elaboração de racionalizações para justificar a assistência e estratégias hábeis na relação com os assistentes sociais.

Na assistência reivindicada, Paugam (2003:153) explica que, entre as tendências observadas, aponta-se nenhuma motivação para o emprego e grande dependência em relação aos serviços sociais, além do surgimento de conflitos, passageiros ou duradouros, na relação com os assistentes sociais.

Paugam caracteriza da seguinte forma os que chama de marginalizados:

Os marginalizados não dispõem nem de rendas ligadas ou derivadas de um emprego regular, nem de benefícios assistenciais. Trata-se de pessoas que não mais recebem – ou jamais receberam – indenizações por desemprego, e por essa razão não são objeto de uma intervenção social regular de caráter assistencial. (PAUGAM, 2003:163)

Explica, ainda, que os marginalizados

[...] são desacreditados em razão dos fracassos que marcaram suas vidas. Estigmatizados por seu meio social e confrontados com essa “diferença vergonhosa” de que fala E. Goffman, esses indivíduos “à margem” devem suportar cada dia a experiência da reprovação social. (PAUGAM, 2003:164)

Paugam divide em dois os tipos de experiência de marginalidade: a renegada e a organizada. A marginalidade renegada

[...] revela as tentativas de integração social dos que estão tão atormentados por sua infelicidade que sonham encontrar um equilíbrio e pôr fim à sua vida marginal. É possível antever, através dessa experiência, as condições necessárias para a promoção social das pessoas sem status. (PAUGAM, 2003:177)

A marginalidade renegada é uma experiência na qual é possível constatar, ao mesmo tempo, uma firme vontade de “sair dessa” e também modificações profundas que exercem

influência na personalidade e nas representações do indivíduo. (PAUGAM, 2003:181)

Já a marginalidade organizada

[...] corresponde à reconstrução simbólica de um contexto cultural tolerável em um espaço controlado pela experiência das trocas e das atividades cotidianas e, às vezes, graças aos recursos do imaginário. Por meio do espaço vivido, que contém potencialmente a história de seus conflitos e fracassos, mas também de festas e momentos felizes, essas pessoas acabam tendo acesso a uma forma de identidade positiva. Não se trata, porém, de um anseio de mudança de status, mas, antes, de uma adaptação individual a uma condição que pode ser considerada como no limite da exclusão social. (PAUGAM, 2003:177)

[...] os que passam pela experiência da marginalidade organizada sentem necessidade de dar um sentido à sua vida e de se identificar com valores. A moradia, mesmo uma cabana, é muitas vezes, para eles, um lugar onde podem dar livre curso à imaginação e reconstruir o panorama de vida simbólico necessário ao seu equilíbrio. (PAUGAM, 2003:191)

Ainda segundo a bibliografia francesa, outro importante autor é Robert Castel (2008:21) que aponta para a necessidade do uso controlado do termo exclusão, uma vez que “[...] vem se impondo pouco a pouco como um *mot-valise* para definir todas as modalidades de miséria do mundo: o desempregado de longa duração, o jovem da periferia, o sem domicílio fixo etc, são excluídos”.

Esse uso controlado do termo é explicado por Castel (2008) em função de várias características. A primeira é a heterogeneidade de seus usos, em número imenso de situações diferentes, no entanto, encobrindo a especificidade de cada uma. Chamar essas situações diferentes, nomeando-as como exclusão, não garante compreendê-las. “[...] Falar em termos de exclusão é rotular com uma qualificação puramente negativa que designa a falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém.” (CASTEL, 2008:25)

A segunda razão é a ideia de a palavra “exclusão” ser associada a situações limites, que só têm sentido se resultantes de diferentes processos e trajetórias, como se uma situação vulnerável viesse antes da exclusão em si. “Na maior parte dos casos ‘a exclusão’ nomeia, atualmente, situações que traduzem uma degradação relacionada a um posicionamento anterior.” (CASTEL, 2008:27) Por causa disso,

Castel (2008:28) esclarece que “na maior parte dos casos, ‘o excluído’ é de fato um desfilado cuja trajetória é feita de uma série de rupturas”.

Quando Castel (2008) explica a terceira razão, chama-nos a atenção acerca da armadilha da palavra exclusão tanto para a reflexão como para a ação. Para a reflexão, uma vez que o uso da palavra leva à economia da necessidade do entendimento ou mesmo da interrogação dos processos que levaram à condição de exclusão. Para a ação, a partir do desenvolvimento de um duplo discurso. O primeiro, que reabilita a empresa, os méritos da competitividade e da eficácia a qualquer preço; e o segundo, sobre o destino dos excluídos “[...] como se o discurso sobre a exclusão tivesse representado um adendo associado a uma política que aceitava a hegemonia das leis econômicas e os ditames do capital financeiro” (CASTEL, 2008:30).

Outras razões colocadas por Castel (2008:33) remetem à forma como as ações de inserção se dão, já que se torna necessário “[...] intervir sobre o processo que produz essas situações”, além do problema da focalização da ação social, e a redução da questão social à questão da exclusão.

Assim, a exclusão não é nem arbitrária nem accidental. Emana de uma ordem de razões proclamadas. [...] a exclusão, no sentido próprio da palavra, é sempre o desfecho de procedimentos oficiais e representa um verdadeiro status. É uma forma de discriminação negativa que obedece a regras estritas de construção. (CASTEL, 2008:45-46)

Finalmente, Castel adverte sobre três cuidados necessários: “Primeiramente, não chamar de exclusão qualquer disfunção social, mas distinguir cuidadosamente os processos de exclusão do conjunto dos componentes que a constituem, hoje, a questão social na sua globalidade.” (CASTEL, 2008:51-52)

Castel apresenta-nos, então, o conceito de desfiliação, analisado por Kowarick (2009) como

[...] perda de raízes e situa-se no universo semântico dos que foram desligados, desatados, desamarrados, transformados em sobranes e desabilitados para os circuitos básicos da sociedade. Não se trata, convém lembrar, de um estado ou condição, mas de um processo que é preciso perseguir para delinear suas transformações, pois a questão social só pode

ser equacionada através da perspectiva histórica. (KOWARICK, 2009:86)

Kowarick (2009), ainda sobre esse conceito, acentua que falar em desenraizamento social e econômico significa considerarmos, de um lado, o enfraquecimento de laços de sociabilidade primária (família, parentela, bairro, vida associativa e do próprio mundo do trabalho); de outro lado, o desemprego de larga duração, os trabalhos irregulares, informais, ou seja, a não inserção no sistema produtivo.

Lavinas (2003) ao analisar a produção europeia, resgata a concepção de exclusão de importantes autores como a definição instituída pelo Conselho da Europa, em 1994, que conceitua como excluídos “os grupos de pessoas que se encontram parcialmente ou integralmente fora do campo de aplicação efetiva dos direitos humanos” (BLANDINE, SALAMA apud STROBEL, 1996). Acrescenta, ainda, que exclusão é o avesso da cidadania³.

Também devemos considerar o processo de exclusão das pessoas em situação de rua uma manifestação da questão social, uma vez que “a questão da exclusão torna-se então ‘questão social’ por excelência” (CASTEL, 2008:22).

Lavinas (2003) esclarece que uma definição mais criteriosa vai conceber pobreza como um estado de carência, de privação, que pode colocar em risco a própria condição humana, pois ser pobre é ter sua humanidade ameaçada, seja pela não satisfação de necessidades básicas (fisiológicas e outras), seja pela incapacidade de mobilizar esforços e meios em prol da satisfação de tais necessidades.

[...] falar de exclusão implica considerar também aspectos subjetivos, que mobilizam sentimentos de rejeição, perda de identidade, falência dos laços comunitários e sociais, resultando numa retração das redes de sociabilidade, com quebra dos mecanismos de solidariedade e reciprocidade. (LAVINAS, 2003:15)

Lavinas (2003:05) explica que “na América Latina, a extrema desigualdade, de caráter estrutural, continua sendo a razão primeira da pobreza”. Essa autora

³ Aldaíza Sposati discorre sobre essa compreensão da exclusão em “Exclusão Social abaixo da Linha do Equador”. In: VERAS, M. P. B. (Org.). **Por uma sociologia da exclusão social** - O debate com Serge Paugam. São Paulo : Educ, 1999.

refere-se ainda à contribuição de Paugam quando afirma que pobreza não é apenas o estado de uma pessoa que carece de bens materiais, mas corresponde também a um status social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade daqueles que a vivenciam. (LAVINAS, 2003:16)

Na verdade, moradia e mercado de trabalho constituem-se nas duas categorias referenciais na conceituação da pobreza, ou seja, inserção espacial e inserção ocupacional se combinam como as duas faces indissociáveis do fenômeno da pobreza na moderna sociedade urbano-metropolitano brasileira. A primeira fase remonta à virada do século XIX-XX, quando o pobre, morador dos cortiços ou vivendo na rua, era associado ao vadio, àquele que se recusava a trabalhar, que permanecia “fora do universo fabril”, pobreza sendo, portanto, sinônimo de “resistência ao assalariamento”. Embora fortemente ideologizada, essa concepção do pobre é reveladora do seu não-lugar no mundo do trabalho, pois toda inserção produtiva fora dos marcos da relação predominante do novo mundo de produção capitalista implica exclusão. Ser pobre é, assim, praticamente auto-excluir-se do padrão dominante de inclusão, como se fosse dado a todos tal escolha. (LAVINAS, 2003:21)

1.2 A CONCEPÇÃO DE POBREZA/EXCLUSÃO SOCIAL NA BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA

Muitos autores brasileiros discutem essa questão, dentre eles, Simões (2007:309-310) trata sobre a amplitude do conceito de exclusão social, “porque abrange o rompimento das relações sociais e comunitárias; o expurgo, absoluto ou relativo, da vida social, em seus vínculos básicos”.

Faria afirma que a exclusão é o resultado do processo social que impossibilita o acesso de parte da população aos bens e recursos disponibilizados pela sociedade, gerando a privação, o abandono e a expulsão dessa população da convivência social. Ao corroer os mecanismos de formação de identidades coletivas, propicia uma cultura de desagregação, banaliza a violência e leva ao risco de sobreposição do privado ao público (FARIA apud SIMÕES, 2007:311).

Martins (2003) esclarece que a exclusão social não é um fenômeno novo e sim a tentativa de transformá-la em categoria que explique todos os males sociais de nosso tempo.

[...] Todos os problemas sociais passam a ser atribuídos mecanicamente a essa coisa vaga e indefinida a que se chama de exclusão [...]. De repente, essa categoria tão extremamente vaga (no sentido de imprecisa e vazia), que é a de exclusão, substitui a idéia sociológica de processos de exclusão [...]. (MARTINS, 2003:16)

Além da preocupação da palavra exclusão suprimir os processos que levam a ela, MARTINS aponta ainda outra dificuldade indicada por essa palavra

[...] mais que uma certeza – revela uma incerteza no conhecimento que se pode ter a respeito daquilo que se constitui objeto de nossa preocupação – a preocupação com os pobres, os marginalizados, os excluídos, os que estão procurando identidade e um lugar aceitável na sociedade. Portanto, a palavra exclusão nos fala, possivelmente de um lado, da necessidade prática de uma compreensão nova daquilo que, não faz muito, todos chamávamos de pobreza. (MARTINS, 2003:28)

Martins (apud KOWARICK, 2009:74) afirma que discutir o tema exclusão implica analisar “[...] a proposital inclusão precária e instável, marginal. [...] Discutimos a exclusão e, por isso, deixamos de discutir as formas pobres, insuficientes, e, às vezes, até indecentes de inclusão”.

“O termo exclusão social reveste-se, no Brasil, de uma roupagem diferente, pois, ao contrário da Europa, onde ele aparece como algo novo, surpreendente, vem somar-se às velhas contradições não resolvidas na nossa condição de Terceiro Mundo.” (GIORGETTI, 2006:34) Aldaíza Sposati acrescenta que a “impossibilidade de universalização do emprego é a primeira grande e universal manifestação de exclusão social sob o capitalismo” (SPOSATI, 1999:126).

Assim, mesmo com todas as dificuldades conceituais do termo exclusão, pessoas em situação de rua podem ser consideradas excluídas socialmente. Nesse sentido, quando falamos do processo de exclusão vivido por essas pessoas, não podemos esquecer que

[...] tema do debate público e alvo privilegiado do discurso político, a pobreza sempre foi notada, registrada e documentada. Poder-se-ia dizer que, tal como uma sombra, a pobreza acompanha a história brasileira, compondo o elenco de problemas, impasses e também virtualidades de um país que fez e ainda faz do progresso (hoje formulado em termos de

uma suposta modernização) um projeto nacional. (TELLES apud WANDERLEY, 2007:19)

Yasbek (2008:16-17) explica que a pobreza brasileira é produto dessas relações que, em nossa sociedade, a produzem e reproduzem, quer no plano socioeconômico, quer nos planos político e cultural, constituindo múltiplos mecanismos que “fixam” os pobres em seu lugar na sociedade. Abordar aqueles que, socialmente, são constituídos como pobres é penetrar num universo de dimensões insuspeitadas. Universo marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação, pela fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação, pela resistência e pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo. Embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a bens, recursos e serviços sociais ao lado de outros meios complementares de sobrevivência precisa ser considerado para definir situações de pobreza.

É importante considerar que pobreza é uma categoria multidimensional e, portanto, não se expressa apenas pela carência de bens materiais, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças. (MARTINS apud YAZBEK, 2008:17)

Pochmann (2003:15,19), ao tratar as raízes da exclusão, explica que:

A questão se coloca, portanto, em patamar diferente do habitual: a exclusão social que realmente importa não se refere ao indivíduo, suas opções ou fraquezas naturais, e sim às diferentes formas históricas encontradas pelos povos para construir sua sociedade. [...] é preciso ter claro que a exclusão social está intimamente ligada à “negação de direitos na trama das relações sociais.

Esse autor contribui também para a reflexão de um novo perfil de pessoas excluídas, sendo um grupo composto por pessoas que, um dia, foram incluídas; pensamento em consonância ao apontado por Telles (apud WANDERLEY, 2007:19) quando fala da nova exclusão registrada no empobrecimento dos trabalhadores urbanos, deterioração salarial, degradação dos serviços públicos afetando

diretamente a qualidade de vida das pessoas nas cidades, além do alto índice de desemprego no setor formal da economia.

Wanderley (2009:73) aponta que “nas questões sobre pobreza, existem concordâncias de que podemos observar várias formas de pobreza e que elas estão associadas ao mercado de trabalho, à situação familiar, à estrutura etária etc”.

Na relação existente entre a pobreza e a questão social, podemos considerar esta última como a expressão de um

[...] conjunto de desigualdades sociais engendradas pelas relações sociais constitutivas do capitalismo contemporâneo. Sua gênese pode ser situada no século XIX quando os trabalhadores reagem à exploração de seu trabalho resultante da Revolução Industrial. (YASBEK, 2008:05)

Este estudo não visa o aprofundamento desse conceito, nem tampouco discutir se há ou não uma nova questão social, diferenciada do período de sua gênese. No entanto, vale destacar que o conceito de questão social adotado nesta pesquisa é definido por YASBEK como

[...] apesar de suas novas manifestações e indicadores [a questão social], permanece estruturalmente a mesma por se constituir em uma questão estruturante de relações sociais desiguais que configuram o sistema capitalista. [...] Questão que, na contraditória conjuntura atual, com seus impactos devastadores sobre o trabalho, assume novas configurações e expressões entre as quais destacamos: as transformações das relações de trabalho; e as transformações nos padrões de proteção social. (YASBEK, 2008:08)

Como principais manifestações e expressões da questão social, autores apontam as transformações no mundo do trabalho, as transformações na Política Social e as múltiplas expressões da pobreza e da desigualdade social. Nesse sentido, a situação de rua é mais uma manifestação da questão social, já que essa condição “[...] faz parte do conjunto de trabalhadores desatendidos em seus direitos sociais mínimos e que, sem emprego e sem moradia, se encontram no limite da sobrevivência e dignidade humanas” (SOUSA apud VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 2004:11).

Dessa maneira, “quando se fala de população de rua ninguém tem dúvida de que este segmento social expressa uma situação limite de pobreza, por mais

diferente que seja a conceituação que se desenvolva” (LOPES apud VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 2004:17).

Assim, por mais consenso que seja associarmos a situação de rua a uma condição de pobreza e exclusão social, convém delimitarmos ainda mais o objeto de estudo desta pesquisa, apresentando os recortes que daremos neste trabalho, compreendendo as peculiaridades dos processos excludentes vividos na cidade de São Paulo.

1.3 O PROCESSO DE EXCLUSÃO E A ESPECIFICIDADE DA CIDADE DE SÃO PAULO: UMA REFLEXÃO SOBRE A POBREZA URBANA

Qualquer estudo sobre a exclusão deve ser contextualizado no espaço e tempo ao qual o fenômeno se refere. (WANDERLEY, 2007:18)

Por tratar-se de um estudo sobre a exclusão, nesse sentido, como aponta Wanderley (2007), é absolutamente necessário delimitarmos a localização espacial e temporal de nosso objeto de pesquisa. Assim, esta investigação está delimitada na cidade de São Paulo e na caracterização das pessoas em situação de rua na última década.

[...] Toda definição estática da pobreza contribui para agrupar, num mesmo conjunto, populações cuja situação é heterogênea, ocultando a origem e os efeitos a longo prazo das dificuldades dos indivíduos e de suas famílias. (PAUGAM, 2003:68)

Dessa maneira, não basta compreendermos as implicações conceituais quando nos referimos à pobreza, torna-se também necessário apresentar algumas considerações sobre a especificidade de uma metrópole como São Paulo, ainda mais porque alguns autores atrelam a questão da pobreza a um fenômeno urbano, uma vez que “a pobreza, enquanto questão, nasce com o selo urbano” (LAVINAS, 2003:02).

[...] pobreza é urbana não apenas porque a maioria dos pobres vive nas cidades e zonas metropolitanas, ou porque a reprodução da pobreza é mediada pela reprodução do modo urbano das condições de vida, através da dinâmica do

mercado de trabalho, da natureza do sistema de proteção social e do pacto de coesão social que é, na verdade, o que estrutura o conjunto de relações e interações entre a sociedade civil, o Estado e o mercado. Ela também é urbana porque desafia a governabilidade urbana, exige dos governos locais, soluções rápidas e efetivas, inscreve no território da cidade marcas indeléveis das contradições sociais que a reconfiguram e recontextualizam a cada momento. Ela é urbana porque cada vez mais as formas de regulação de pobreza são mediadas por compromissos instituídos no processo de construção da cidadania urbana. (LAVINAS, 2003:02)

A esse respeito, Marques (2005:40) acrescenta que “o conceito de pobreza só pode ser entendido como uma construção social, já que as sociedades sancionam coletivamente o conjunto de bens e serviços ao qual todos os seus cidadãos devem ter acesso” (MARQUES, 2005:40).

Esse mesmo autor aponta que analisar a pobreza urbana não é uma tarefa fácil, porque é um tema carregado de conteúdos ideológicos e é objeto de disputas acirradas entre atores políticos, pois seu reconhecimento social define a atribuição de benefícios e custos relativos ao desenvolvimento de políticas voltadas para combatê-la. Esclarece que são múltiplas as dimensões das situações de pobreza. (MARQUES, 2005:39)

Acrescenta, ainda, que:

Ao contrário de uma única forma de pobreza, portanto, podemos observar muitas formas variadas associadas a conjuntos de características sociais distintas ligados à composição familiar, à inserção no mercado de trabalho etc. A distribuição espacial dessas formas de pobreza aumenta ainda mais a complexidade, já que associa o acesso a bens, serviços e oportunidades de formas diferenciadas aos vários grupos sociais distintos, a partir de suas características. (MARQUES, 2005:41)

Percebemos, dessa forma, a heterogeneidade da pobreza. O que são desigualdades sociais? Wanderley (2009:76) explica que desigualdade é um processo complexo e contraditório e vincula-se “[...] à cidadania política, à renda, ao acesso à justiça, à saúde, à escola, à cultura, ao lazer, à segurança etc”.

Neste trabalho, adotaremos a definição: “Por desigualdade social entende-se genericamente a existência de características sociais distintas entre grupos sociais

estabelecidos a partir de alguma clivagem contínua ou dicotomia/categorial.” (MARQUES, 2005:41)

Para exemplificar uma situação de desigualdade social, de acordo com a definição acima, o autor cita as diferenças salariais entre homens e mulheres. Atrelado ao conceito de desigualdade social, principalmente na relação com o espaço urbano, uma clivagem a ser adotada é que os grupos são definidos em bases territoriais, ou seja, existe uma relação direta entre a desigualdade social e os espaços urbanos ocupados por determinados grupos sociais.

Esse elemento é importante porque, como as desigualdades sociais tendem a ser cumulativas, o território pode cumprir um papel importante em sua produção e reprodução, reforçando circuitos e cristalizando situações de pobreza e destituição, mesmo contra esforços em contrário desenvolvidos pelo Estado, por exemplo. (MARQUES, 2005:42)

Nesse sentido, a associação da desigualdade social a espaços territoriais remete-nos a desigualdades de acesso, ou seja, dentre as desigualdades sociais estão as desigualdades de acesso, que podem ser, por exemplo, o acesso ao mercado de trabalho e o acesso a políticas públicas.

Dois conjuntos principais de diferenciais de acesso estão aqui presentes – acesso ao mercado de trabalho (que gera oportunidades diferenciadas) e acesso às políticas públicas (que geram as amenidades e os serviços que caracterizam a vida urbana). Esses elementos influenciam fortemente as possibilidades de alcançar bem-estar individual e coletivo ou ingressar em situação de vulnerabilidade e pobreza, embora os dois tipos de acesso digam respeito a elementos diferentes. Nas palavras de Rúben Kaztman, o primeiro tipo de acesso se liga primeiramente “às estruturas de oportunidades”, enquanto o segundo se associa a parte do que Caroline Moser denomina “vulnerabilidade de ativos”. (MARQUES, 2005:42)

Um exemplo de estruturas de oportunidades seria o sentimento de pertencimento a determinado grupo ou comunidade. Atrelado a esse, a ideia de ativos também complementa o exposto acima, uma vez que

[...] destaca que as áreas habitadas pela população de piores condições sociais têm sido sempre definidas pelos elementos que não possuem e não pelo que efetivamente têm. [Assim] tirar proveito dos ativos de uma dada população se torna a

estratégia mais relevante de combate às situações socialmente precárias. (MARQUES, 2005:43)

Podemos perceber, dessa forma, que, mesmo em situações de extrema desigualdade social, seja por condições diferenciadas de acesso a serviços, podem ser diferentemente vivenciadas pelos grupos, de acordo com a maneira que se organizam e ainda como desenvolvem sentimentos de pertencimento e sociabilidade. Nesse sentido, autores trazem a discussão sobre a segregação territorial e ainda a função das redes sociais.

A segregação territorial reduz o contato entre as pessoas, estreitando possibilidades e oportunidades, inclusive de construção de redes sociais capazes de potencializar a comunidade em suas relações internas e externas.

A segregação urbana é atribuída a algumas causas, segundo Marques (2005:45), dentre elas:

- A dinâmica econômica, o mercado de trabalho e a estrutura social, ou seja, tudo é pensado a partir dos interesses do sistema capitalista, agravando os padrões de segregação e as condições de vida das periferias;
- A dinâmica do mercado de terras, as ações dos produtores do espaço urbano e da produção de moradia: aqui apontam estudos dos incorporadores e suas lógicas e ainda a maneira como o mercado de terras distribui os grupos sociais e as atividades econômicas das cidades; O Estado e as políticas públicas: poder regulatório do Estado sobre o território das cidades, além da própria legislação de zoneamento, ou ainda o aumento do valor de determinadas regiões da cidade, pela construção de obras públicas, por exemplo, e a construção de conjuntos habitacionais socialmente homogêneos em áreas periféricas;
- A ordem jurídica brasileira e sua relação com nossa sociedade em suas dimensões de tradicionalismo, hierarquia social e preconceito: “[...] a segregação e a pobreza urbana são produzidas e reproduzidas pela lei e sua aplicação” (MARICATO apud MARQUES, 2005:48).

Dessa maneira, esses quatro grupos indicados “[...] tem sua parcela de responsabilidade na produção e reprodução da segregação e das desigualdades no espaço urbano” (MARQUES, 2005:48).

Wanderley (2009:70), para explicar o fenômeno segregação, recorre a alguns autores, dentre os quais destacamos Caldeira (2000), que, ao definir a segregação de natureza social e a de natureza espacial, aponta, nos últimos anos, novos padrões em função da falta de cidadania, da violência e do crime organizado, alterando formas de relacionamento entre o centro e a periferia a partir dos anos 1980.

A segregação social cresce desarticulando as áreas comuns de convivência, por razões da violência. E a segregação espacial, para além da disseminação das periferias, atinge outros níveis com o que ela denomina enclaves fortificados – espaços ocupados por membros das classes alta e média, fechados e monitorados, com medo da violência crescente. Por outra parte, as ruas são ocupadas pelos pobres, os “sem teto”, pessoas que vivem de “bicos”, segregando bairros e espaços públicos. (WANDERLEY, 2009:70)

Complementando os conceitos trabalhados neste capítulo, a compreensão de vulnerabilidade social é também necessária, uma vez que “[...] a partir da década de 1990, a vulnerabilidade parece emergir como um conceito que veio para substituir o da pobreza. Os vários autores que trabalham com ele argumentam que esse novo conceito acrescenta elementos que o conceito de pobreza não tinha” (ARREGUI, WANDERLEY, 2009:149).

De certa maneira, o que vem acrescentar ao conceito de pobreza é que a vulnerabilidade contempla as necessidades, mas também o que as pessoas possuem enquanto recurso ou, por que não dizer, potencialidade.

Ao contrário do enfoque da pobreza, este caminho analítico permite trabalhar não apenas com as necessidades das pessoas carentes, mas também com recursos e ativos de que elas dispõem para enfrentar os riscos pelas privações vivenciadas. (CUNHA apud ARREGUI, WANDERLEY, 2009:149)

No entanto, Arregui e Wanderley (2009) concluem, em artigo intitulado “A vulnerabilidade social é atributo da pobreza?”, que a discussão de ativos e passivos como dimensão inovadora da concepção vulnerabilidade não é uma novidade. Nesse sentido, apontam a necessidade de se

[...] avançar na construção de grades analíticas que deem conta do caráter multidimensional do fenômeno da pobreza e das inter-relações existentes, incorporando as necessidades, demandas e potencialidades da população [...] [Sendo o desafio] poder trabalhar as condições de pobreza não como constatação da situação da população, mas como informações-chave para orientar a proteção social. (ARREGUI, WANDERLEY, 2009:161)

Kowarick (2009:67-68) apresenta recente estudo sobre vulnerabilidade socioeconômica e civil, resgatando a vulnerabilidade no Brasil urbano. Traz, assim, a vulnerabilidade associada a direitos básicos, “na medida em que os sistemas públicos de proteção social não só sempre foram restritos e precários como também, em anos recentes, houve desmonte de serviços e novas regulamentações legais que se traduziram na perda de direitos adquiridos”. Acrescenta ainda:

Quanto à vulnerabilidade civil, não obstante alguns intentos de tornar certos grupos – crianças, jovens, mulheres ou idosos – mais protegidos nos seus direitos, basta olhar as notícias e as estatísticas estampadas na imprensa acerca de atos criminais perpetrados por bandidos e pela polícia, muitas vezes impunes, que revelam a fragilidade do Estado em um atributo básico, o monopólio legítimo da violência.

Para sabermos qual a relação desses conceitos quando estamos nos referindo às pessoas em situação de rua, apontamos algumas considerações.

A primeira consideração a ser feita refere-se à relação existente, no Brasil, entre a pobreza, a exclusão social e a questão social como caso de polícia, forma essa como as pessoas em situação de rua vêm sendo tratadas novamente em São Paulo.

O segundo fator é que vivemos em um sistema capitalista perverso que, “enquanto a produção social e o trabalho são coletivos, a apropriação de seus frutos fica com apenas parcela da sociedade” (IAMAMOTO, 1998:48-49). Podemos, então, afirmar que a pobreza e a exclusão no Brasil são decorrentes de um problema estrutural, nesse sentido, reiteramos o posicionamento desta pesquisa em considerar a situação de rua como resultado de um processo de exclusão coletiva e não de responsabilidade individual.

A terceira e última consideração remete-se ao desafio proposto por Arregui e Wanderley: até que ponto as constatações acerca do modo de vida, ou ainda do perfil, dos que estão em situação de rua vêm sendo considerados no planejamento das políticas públicas oferecidas a essa população?

É importante também considerar como esses conceitos materializam-se na cidade de São Paulo, por isso recorreremos a alguns números que nos servirão como exemplos.

1.3.1 São Paulo: dados gerais

Pochmann (2003:24) aponta que:

São Paulo, como outras grandes cidades do Brasil, vem sofrendo, especialmente depois de 1980, com o declínio do crescimento econômico e a pressão das políticas neoliberais, a gestação e o nascimento de um quadro muito mais complexo de exclusão social.

Wanderley (2009:69) coloca que:

É conhecida a argumentação de que São Paulo é uma mistura de Nova York com Calcutá. Ela vivencia, historicamente, problemas de toda ordem, típicos da colonização, industrialização e urbanização que a identificam, ademais de causas históricas e estruturais que a condicionaram por séculos [...], a cidade paulistana mostra situações de pobreza, desigualdade, exclusão e violência espantosas.

Vejamos, então, alguns números.

O município de São Paulo compreende uma área de 1.509 km², com população de 11.188.646 habitantes, e estima-se 11.320.329⁴ de pessoas vivendo na cidade de São Paulo em 2010.

A cidade de São Paulo constitui o núcleo central da mais importante região metropolitana do Brasil e sua área de influência tem um alcance que ultrapassa o âmbito regional e mesmo o nacional, colocando-a como um dos pólos de destaque entre as denominadas cidades globais. Seu desenvolvimento urbano, relativamente recente, pois data de pouco mais de cem anos, esteve estreitamente relacionado à ocupação do território paulista desencadeada pela expansão das atividades agroexportadoras especialmente o cultivo do café e, ao longo do século XX, ao processo de industrialização brasileiro. Este último teve seu principal foco em São Paulo e em alguns de seus municípios vizinhos (região do ABC), impulsionando o crescimento da cidade e determinando a formação de uma área metropolitana que comanda ampla e diversificada rede urbana, hierarquicamente estruturada a partir da capital. (OLHAR SÃO PAULO, 2007:07)

Administrativamente, estrutura-se em 96 distritos municipais, divididos em 31 subprefeituras. Da área total da cidade, 1000 km² são urbanizados. De acordo com a Fundação Seade/SMDU/DIPRO, São Paulo apresenta uma densidade demográfica de 7.288,81 (Habitantes/km²/2009). Acrescentam ainda outras informações, segundo a tabela abaixo:

⁴ Fonte: IBGE - Censo demográfico de 1991 e Sinopse Preliminar do Censo 2000. Secretaria Municipal do Planejamento - SEMPLA/ DEINFO - Estimativas, 1997, 1998, 1999, 2001e 2010 com base.

Tabela 01 - São Paulo - Território e dados de população

Território e Dados de População		Ano	Fonte
Taxa de Crescimento Demográfico - 2000/2009 (em % a.a.)	0,59	2009	Fundação Seade/SMDU/Dipro
Índice de Envelhecimento - Pop. Total	32,2	2009	Fundação Seade/SMDU/Dipro
Índice de Envelhecimento - Homens	24,5	2009	Fundação Seade/SMDU/Dipro
Índice de Envelhecimento - Mulheres	40,1	2009	Fundação Seade/SMDU/Dipro
População de 0 a 14 anos (em %)	24,1	2009	Fundação Seade/SMDU/Dipro
População de 15 anos a 24 anos (em %)	14,8	2009	Fundação Seade/SMDU/Dipro
População de 25 anos a 59 anos (em %)	49,6	2009	Fundação Seade/SMDU/Dipro
População de 60anos e + (em %)	11,5	2009	Fundação Seade/SMDU/Dipro
Razão de Sexos (homem/mulher)	91,3	2009	Fundação Seade/SMDU/Dipro

Dos dados especificados na Tabela 1, destacamos os 49,6% da população entre 25 e 59 anos.

Ainda de acordo com a Fundação Seade, a taxa de natalidade na cidade, por mil habitantes, em 2007, foi de 15,77. A taxa de mortalidade geral no mesmo ano, por mil habitantes, foi 6,04. Os principais indicadores de qualidade de vida estão sintetizados na tabela a seguir:

Tabela 02 - São Paulo - qualidade de vida

Qualidade de Vida		Ano	Fonte
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM	0,841	2000	IBGE/PNUD/IPEA/FJP
Renda per Capita (em salários mínimos)	4,03	2000	IBGE
Domicílios com Renda per Capita até 1/4 do Salário Mínimo (em %)	5,02	2000	IBGE
Domicílios com Renda per Capita até 1/2 do Salário Mínimo (em %)	9,48	2000	IBGE
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS	Grupo 1	2002	Fundação Seade
	Grupo 1	2004	Fundação Seade
	Grupo 1	2006	Fundação Seade

Com relação à infraestrutura urbana, o IBGE (2000) aponta que 98,62% dos domicílios possuem rede de água; 87,23%, rede de esgoto; e 99,2%, seus lixos coletados.

A média de anos de estudo da população de 15 a 64 anos, de acordo com o IBGE (2000), é de 8,37, o que garante o ensino fundamental completo. Esse órgão ainda aponta que 46,62% da população de 25 anos ou mais tem menos de 8 anos de estudo (IBGE, 2000). Acrescenta que, entre a população de 18 a 24 anos, 45,83% concluiu o ensino médio (IBGE, 2000).

Dados relacionados a emprego e rendimento demonstram que a taxa de desemprego é de 11,2 (Fundação Seade, jan. 2009). Segundo a Secretaria Municipal do Trabalho, a PEA – população economicamente ativa, em novembro de 2007, era de 5.872 mil pessoas, estando 5.056 mil ocupadas e 816 mil desempregadas. Dentre os ocupados, apenas 1.300 mil com o registro formal, ou seja, com a carteira assinada.

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego PED foram desagregados para oito regiões da cidade, indicando a sobreposição de situações de dificuldade para inserção no mercado de trabalho. Há de início uma questão etária, já que os dados mostram maiores taxas de desemprego na faixa entre 18 e 24 anos. Depois, acrescenta-se a condição de gênero: as mulheres aparecem com maior nível de desemprego. Por fim, a variável regional mostra uma piora importante à medida que o foco se desloca de regiões mais centrais para as áreas periféricas da cidade. Sobrepondo essas dimensões, tem-se um quadro alarmante referente ao jovem de periferia: nas regiões norte 2 e leste 2 as taxas de desemprego entre os jovens ultrapassam o patamar de 25%, muito superior à taxa de desemprego geral no município. (OLHAR SÃO PAULO, 2007:59)

Dados referentes à economia da cidade levantados pela Fundação Seade/IBGE apontam um PIB de 282.852 milhões de reais correntes (2006), representando 35,24% de participação no PIB do Estado de São Paulo.

Com um PIB ao redor de US\$ 55 bilhões em 2004 (cerca de R\$ 160,6 bilhões), São Paulo destaca-se como o principal pólo econômico entre os municípios brasileiros e constitui o núcleo dinâmico da maior região metropolitana do país. O PIB per capita correspondia a US\$ 5.067,00, em 2004, valor significativamente acima da média nacional (US\$ 3.326,00). A economia paulistana caracteriza-se por múltiplas interações intersetoriais e pela formação de cadeias produtivas complexas. Seu setor terciário é tão heterogêneo - abrange desde simples serviços domésticos até grandes redes de televisão passando por serviços de consultoria de software - que tem sido difícil enumerar propriedades comuns a todas as divisões que o compõem. A indústria, apesar de grandes perdas ao longo da década de 90, ainda ostenta números expressivos em termos de valor adicionado, estabelecimentos e empregos. Além disso, a presença de suas sedes dinamiza os serviços prestados às empresas, tanto técnicos (assessorias e consultorias) como auxiliares (contratação de serviços de segurança e limpeza). (OLHAR SÃO PAULO, 2007:17)

Olhar São Paulo, Contrastes urbanos, publicado em outubro de 2007, pela Secretaria de Planejamento – Departamento de Estatística e Produção de Informação, traz informações da cidade sob o enfoque das desigualdades socioterritoriais. Inicialmente, trazem uma comparação da cidade com a Região Metropolitana.

Tabela 03 - Dados comparativos São Paulo e Região Metropolitana

Região Metropolitana de São Paulo	Município de São Paulo
• 20 milhões de habitantes em 2007, dos quais 55,4% no Município de São Paulo. • É uma das cinco maiores aglomerações urbanas do mundo. • Seu núcleo principal, a cidade de São Paulo, constitui uma das poucas municipalidades do mundo com mais de 10 milhões de habitantes. • 8.051 km², dos quais 18,74% no Município de São Paulo. • 39 municípios, dois deles com população superior a 1 milhão de habitantes: São Paulo e Guarulhos. • PIB de R\$ 275,1 bilhões, equivalente a US\$ 94 bilhões, em 2004. • A RMSP responde por 15,57% do PIB brasileiro (eram 18,17%, em 2000).	• 11 milhões de habitantes, em 2007. • Crescimento demográfico estimado de 0,5% ao ano entre 2006 e 2007 (menos da metade da taxa observada entre 1980 e 1991, de 1,16% ao ano). • PIB de R\$ 160,6 bilhões, equivalente a US\$ 55 bilhões, em 2004. • É o 4º maior PIB entre as unidades federativas do Brasil, após SP, RJ e MG. • A participação no PIB brasileiro passou de 11,57%, em 2000, para 9,09%, em 2004. • Taxa de crescimento do PIB entre 2003 e 2004: 9,3% em valores correntes. • PIB <i>per capita</i> de R\$ 14.821,00, equivalente a US\$ 5.067,00, em 2004. • Cerca de 3,5 milhões de domicílios permanentes. • 17.260 km de vias públicas. • 5 milhões de veículos matriculados no município, dos quais 3,8 milhões são automóveis e 490 mil são motocicletas. • 61,3 km de metrô. • 112,9 km de linhas ferroviárias. • 111,5 km de corredores exclusivos para ônibus. • 974 linhas urbanas de ônibus (frota: 15 mil veículos).

Fonte: IBGE; Fundação Seade; Emplasa; Cia. do Metropolitano de São Paulo-Metrô; CPTM; São Paulo Transporte-SPTrans; Sempla. Tabela elaborada a partir da publicação Olhar São Paulo, p.8.

A publicação apresenta a tendência da periferização do crescimento demográfico não só na cidade de São Paulo, mas em toda a região metropolitana.

A presença de grandes contingentes populacionais nas áreas periféricas indica que houve um avanço da área urbanizada sobre zonas frágeis do ponto de vista ambiental, sejam aquelas situadas na região dos mananciais Guarapiranga e Billings, ao sul do município, sejam as localizadas ao norte, nas encostas da Serra da Cantareira. São áreas em que a maioria da população vive em precárias condições de moradia, saneamento, transportes e acesso a serviços públicos. O

distrito de Grajaú, localizado ao sul, entre as duas represas, é o mais populoso da capital, com mais de 300 mil habitantes, contingente comparável à população de uma cidade de médio porte. (OLHAR SÃO PAULO, 2007:11)

Com relação às faixas etárias, nos últimos anos, a partir dos dados do Censo de 2000, há um reduzido contingente de crianças e jovens em relação aos adultos (resultado da diminuição das taxas de crescimento demográfico dos 20 anos anteriores) e também um significativo aumento das pessoas com mais de 60 anos, inerentes ao processo de envelhecimento da população.

Nota-se, ainda, a ocorrência de um processo de “feminilização” da população, já que há excedentes de mulheres em praticamente todas as faixas etárias acima de 15 anos. Tendo-se em conta que as migrações já não têm peso determinante no crescimento demográfico de São Paulo, esse excedente pode ser explicado pelo diferencial de mortalidade observado entre os gêneros, por razões próprias a cada grupo etário. Nas faixas de idade mais avançadas, a sobremortalidade masculina ocorre sobretudo por causas naturais, enquanto naquelas correspondentes aos jovens e adultos, há que se levar em consideração as mortes por causas externas e, entre estas, especialmente aquelas decorrentes do fenômeno da violência urbana, que vitimiza especialmente a população masculina nestas faixas de idade. O excedente masculino na infância é explicado pela sobrenatalidade que ocorre para este gênero, por razões naturais. (OLHAR SÃO PAULO, 2007:16)

Ainda de acordo com a publicação, a questão habitacional em São Paulo apresenta dimensões que afetam a qualidade de vida urbana, já que a cidade convive com um expressivo déficit de habitações e/ou de melhorias do ambiente urbano, conforme revelam dados do IBGE e da Secretaria Municipal de Habitação - Sehab: 402 mil domicílios vagos – 14,25% do total de domicílios na cidade (Censo 2000); cerca de 3,4 milhões de habitantes, vivendo em assentamentos precários (Sehab, 2003), dos quais: - 1,6 milhão em moradias precárias localizadas em loteamentos irregulares; - 1,2 milhão em favelas; - 600 mil em cortiços. (OLHAR SÃO PAULO, 2007:55)

Os dados apresentados demonstram o grande contraste presente na cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo uma potência econômica nacional, São Paulo é palco de desigualdades sociais. E, para minimizar essa questão, uma transformação no território é importante e necessária a partir da oferta de políticas públicas, já que

no conjunto de fatores que se estabelecem “como causadores da exclusão nas áreas periféricas são elencados: precariedade habitacional, altas taxas de mortalidade infantil e de homicídios, limitada escolaridade, subemprego e desemprego estrutural” (WANDERELY, 2009:74).

O lugar que as pessoas ocupam no território reflete a posição dos indivíduos na sociedade; portanto, se desejamos transformar as condições de vida da população mais carente devemos intensificar a transformação do seu habitat.

Toda ação do poder público transforma direta ou indiretamente o território, de forma positiva ou negativa. As políticas públicas ganham em efetividade e eficiência quando adotam um recorte territorial, uma escala e um escopo adequados. É importante explorar mecanismos de desenvolvimento urbano para promover uma desconcentração espacial das oportunidades econômicas. A criação de novas oportunidades passa por aproximar o emprego do local de moradia, diminuindo os custos de transportes e os problemas da monofuncionalidade residencial em amplas áreas periféricas. (OLHAR SÃO PAULO, 2007:51)

O IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social é utilizado para medir as condições de vida da população, combinando variáveis como: renda, escolaridade e ciclo de vida familiar.

A publicação - Espaços e Dimensões da Pobreza nos Municípios do Estado de São Paulo - esclarece a variação entre nenhuma vulnerabilidade e vulnerabilidade muito alta utilizada por este índice:

Grupo 1 – Nenhuma Vulnerabilidade: engloba os setores censitários em melhor situação socioeconômica (muito alta), com os responsáveis pelo domicílio possuindo os mais elevados níveis de renda e escolaridade. Apesar de o estágio das famílias no ciclo de vida não ser um definidor do grupo, seus responsáveis tendem a ser mais velhos, com menor presença de crianças pequenas e de moradores nos domicílios, quando comparados com o conjunto do Estado de São Paulo.

Grupo 2 – Vulnerabilidade Muito Baixa: abrange os setores censitários que se classificam em segundo lugar, no Estado, em termos da dimensão socioeconômica (média ou alta). Nessas áreas concentram-se, em média, as famílias mais velhas.

Grupo 3 – Vulnerabilidade Baixa: formado pelos setores censitários que se classificam nos níveis altos ou médios da dimensão socioeconômica e seu perfil demográfico caracteriza-se pela predominância de famílias jovens e adultas.

Grupo 4 – Vulnerabilidade Média: composto pelos setores que apresentam níveis médios na dimensão socioeconômica, estando em quarto lugar na escala em termos de renda e escolaridade do responsável pelo domicílio. Nesses setores, concentram-se famílias jovens, isto é, com forte presença de chefes jovens (com menos de 30 anos) e de crianças pequenas.

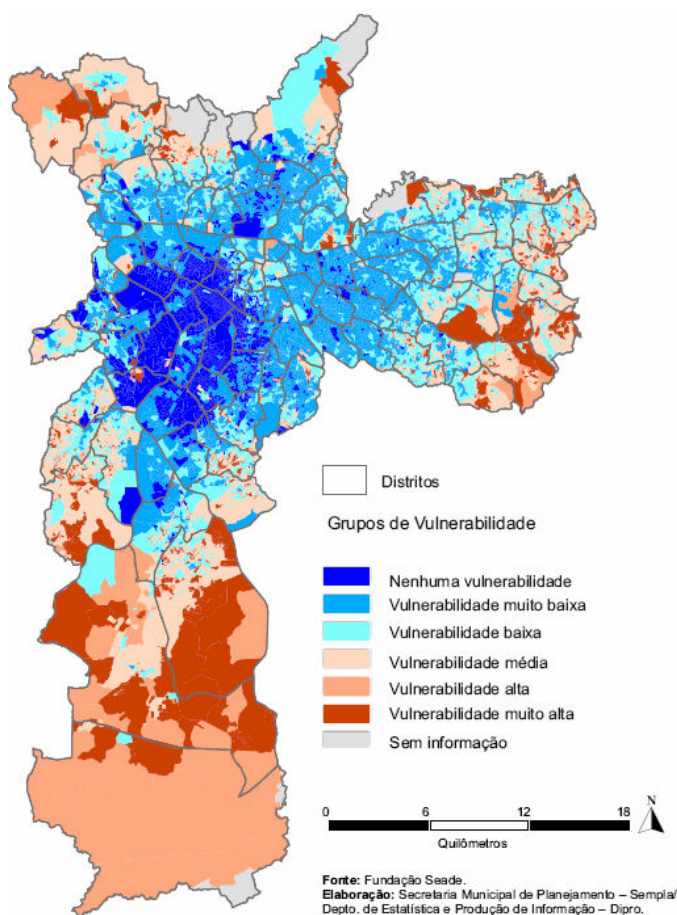
Grupo 5 – Vulnerabilidade Alta: engloba os setores censitários que possuem as piores condições na dimensão socioeconômica (baixa), estando entre os dois grupos em que os chefes de domicílios apresentam, em média, os níveis mais baixos de renda e escolaridade. Concentra famílias mais velhas, com menor presença de crianças pequenas.

Grupo 6 – Vulnerabilidade Muito Alta: o segundo dos dois piores grupos em termos da dimensão socioeconômica (baixa), com grande concentração de famílias jovens. A combinação entre chefes jovens, com baixos níveis de renda e de escolaridade e presença significativa de crianças pequenas permite inferir ser esse o grupo de maior vulnerabilidade à pobreza.

Destacamos, ainda, que a concepção de vulnerabilidade presente no mapa a seguir está em consonância com a concepção de pobreza adotada neste trabalho, já que

A vulnerabilidade à pobreza não se limita em considerar a privação de renda, central nas medições baseadas em linhas de pobreza, mas também a composição familiar, as condições de saúde e o acesso a serviços médicos, o acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequadas, a existência de garantias legais e políticas etc. (Fundação Seade).

Mapa 01 - Mapa da Vulnerabilidade Social



Este mapa permite-nos visualizar a alta concentração de vulnerabilidade nas extremidades periféricas da cidade de São Paulo.

O Mapa da Vulnerabilidade Social da cidade de São Paulo é uma contribuição importante que possibilitou a compreensão sobre a situação de pobreza e exclusão em São Paulo. Merece destaque porque trata da vulnerabilidade social de determinadas áreas urbanas e não de indivíduos.

Tal vulnerabilidade é entendida como um somatório de situações de precariedade, para além das precárias condições socioeconômicas (como indicadores de renda e escolaridade muito ruins) presentes em certos setores censitários. São considerados como elementos relevantes no entendimento da privação social aspectos como a composição demográfica das famílias aí residentes, a exposição a situações de riscos variados (como altas incidências de certos agravos à saúde,

gravidez precoce, exposição à morte violenta etc), precárias condições de vida e outros indicadores. (SÃO PAULO, 2004:12)

Outra publicação de grande relevância para compreendermos a situação vivida na cidade de São Paulo é de autoria do Movimento Nossa São Paulo, publicado em janeiro de 2009, que apresenta os Indicadores Básicos da Cidade de São Paulo. Nela são apresentados diversos indicadores importantes, por subprefeitura, e ainda trazem um indicador denominado desigualtômetro, que consiste no fator de desigualdade presente entre os melhores e os piores indicadores diferentes de zero das 31 subprefeituras.

A seguir, pontuamos alguns indicadores levantados nessa publicação que merecem reflexão. Para tanto, apresentamos em qual região encontra-se o pior indicador, o melhor indicador e o índice de desigualdade entre o pior e o melhor indicador.

Tabela 04 - Comparação de indicadores por região – São Paulo

Indicador mensurado	Pior indicador	Melhor indicador	Desigualtômetro
Acervo de bibliotecas para adultos per capita, ou seja, número de livros disponíveis em acervo das bibliotecas públicas por habitantes com 15 anos ou mais. (Secretaria Municipal de Cultura, 2006)	São Mateus (0)	Sé (10,78)	1.078 vezes
Cinema – número de salas de cinema em cada subprefeitura sobre o total de salas da cidade. (Sempla, 2006)	São Miguel (0)	Sé (20,61)	54,2 vezes
Teatro - Percentual de salas em cada subprefeitura sobre o total de salas da cidade. (Sempla, 2006)	Vila Prudente/ Sapopemba (0)	Sé (54,21)	102,3 vezes

CONTINUAÇÃO

Analfabetismo			
Porcentagem da população analfabeta com 16 anos ou mais. (SEADE/ Dieese, 2006)	Parelheiros (6,32)	Sé (2,1)	2,5 vezes
Percentual de domicílios em favelas (Sehab, 2009)	Campo Limpo (40,41)	Sé (0,31)	130,4 vezes
Rede de esgoto			
Percentual de domicílios sem ligação com a rede de esgoto IBGE (Censo 2000) e Sabesp (2007)	Cidade Ademar (37,08)	Sé (0,75)	49,4 vezes
Orçamento destinado a cada subprefeitura dividido pelo número de habitantes (em reais) (Sempla, 2008)	Capela do Socorro (60,06)	Sé (238,96)	3,97 vezes
Número de leitos hospitalares públicos e privados disponíveis por mil habitantes (Sempla, 2007)	Parelheiros (0) Perus (0)	Sé (24,29)	50,6 vezes
Unidades de atendimento de saúde básica públicas por 20 mil habitantes (Sempla, 2007)	Sé (0,36)	M'Boi Mirim (1,23)	3,4 vezes
Trabalho e Renda			
Taxa média de desemprego de 16 a 29 anos (Seade, 2006)	São Miguel (21,48)	Sé (12,78)	1,7 vezes

Dentre os 32 indicadores apresentados nessa publicação, 9 dos expostos na tabela acima construída para facilitar a exposição dos dados desta pesquisa apresentam o melhor indicador na região central da cidade (Subprefeitura Sé). Esse

dado merece destaque uma vez que é nessa região da cidade que se encontra o maior número de pessoas vivendo em situação de rua.

1.4 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Mendigo, vagabundo, pedinte, “homem do saco”, marginal, muitos atributos já foram conferidos a essa população ao longo do tempo. Mudanças de nomenclatura não garantem uma diferenciação no status ocupado por essas pessoas no imaginário da população. Seria consenso pensar que a condição de rua ocupa o grau mais elevado de exclusão social e pobreza ou simplesmente são pessoas “fracas” que desistiram de lutar por uma vida melhor e se estão nesta condição é por culpa de um passado desregrado?

“Não estudaram, porque não quiseram”, “pedem, porque é mais fácil do que trabalhar”, “tem emprego para todo mundo, só não trabalha quem não quer”, são exemplos de expressões emitidas por transeuntes ao observarem nas ruas de São Paulo, um número cada vez maior de pessoas vivendo nelas.

Como aponta Wanderley, no prefácio do livro “Vidas de Rua”, de Cleisa Rosa (2005:11), “de mendigo a excluído social, de marginal a trabalhador precário, é diversificado e eivado de significados o elenco de denominações utilizadas para designar as pessoas que vivem nas ruas, habitando espaços públicos, produzindo e reproduzindo suas vidas”.

Os moradores de rua não constituem uma “população homogênea”. A multiplicidade de características pessoais, que esse segmento social apresenta, dificulta a utilização de uma definição unidimensional. A variedade de soluções dadas à sobrevivência e formas de abrigo, o tempo de permanência na rua, a trajetória anterior à situação de rua, a herança cultural e social (os valores vividos anteriormente) o tempo e as formas de rompimento dos vínculos familiares/ comunitários, os tipos de socialização que se consolidam na rua, a rotina espacial, o uso de substâncias químicas (álcool e/ou drogas) e o seu grau de comprometimento, as condições da auto-estima, o sexo, a idade, a escolaridade e as formas de reintegração que almejam, são fatores que dificultam uma conceituação que não seja reducionista ou mesmo unifocal e nos conduz à idéia de uma tipologia dentro dos moradores de rua na cidade. (BORIN, 2003:44)

Dessa maneira, se hoje fizéssemos uma pesquisa sobre como a população explica e avalia o fenômeno pessoas morando nas ruas, teríamos quais tipos de explicações para essa situação?

É notório que

[...] a rua tem mudado bastante nos últimos anos. A população que hoje ocupa logradouros públicos, ruas, praças, terrenos e imóveis abandonados não corresponde mais à figura do andarilho ou do mendigo tradicional, que pede esmolas, e também não é um fenômeno exclusivo da cidade de São Paulo. (SOUSA apud VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 2004:11)

Isso se justifica por podermos encontrar pessoas vivendo nas ruas em todas as grandes capitais do país e, talvez, em menores proporções, mas também em pequenas cidades.

Existem dois sentidos que a rua pode ter, apontados por Vieira, Bezerra e Rosa (2004:93): a constituição de abrigo ou em um modo de vida. Assim, as autoras identificam diferentes situações em relação à permanência na rua: “FICAR NA RUA”, “ESTAR NA RUA” e “SER DA RUA”. “Ficar na rua” reflete a circunstancialidade, um momento em que o indivíduo, além de não ter como pagar uma pensão, não consegue vaga em um Albergue. Possivelmente por fruto do desemprego, é um grupo que, sentindo-se desvalorizado perante a sociedade, busca saída através de atendimento do Serviço Social e procura bicos/empregos para garantir uma pensão.

“Estar na rua”, por sua vez, expressa a situação daqueles que adotam a rua como local de pernoite, já sem medo, mas ainda recente nessa condição. Com o convívio com os outros que estão na rua, conhecem novas alternativas para a sua sobrevivência. Também procuram empregos/bicos; são trabalhadores desempregados.

Já “ser da rua” é um processo de caráter permanente e mais difícil à proporção que aumenta o tempo de vida na rua. A pessoa vai sofrendo física e mentalmente, em função da má alimentação, precárias condições de higiene e pelo uso constante do álcool, do cigarro, de drogas etc. Expostos a todos os tipos de violência — da polícia, do trânsito e até mesmo dos próprios companheiros —, já apresentam dificuldades na busca pelo bico/trabalho e a rua ganha cada vez mais espaço nas relações pessoais e obtenção de recursos.

Tabela 5 - Esquema das situações de permanência na rua

	Ficar na Rua	Estar na Rua	Ser da Rua
Moradia	Pensões , albergues , alojamentos (eventualmente rua)	Rua, albergues, pensões (alternadamente)	Rua, mocós (eventualmente albergues, pensões)
Trabalho	Construção civil, empresas de conservação e vigilância	Bicos na construção civil, ajudante geral, encartador de jornal, catador de papel	Bicos, especialmente de catador de papel, guardador de carros, encartador de jornal
Grupo de Referência	Companheiros de trabalho, parentes	Companheiros de rua e de trabalho	Grupos de rua

Fonte: VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 2004:95.

Vale destacar que “[...] o tempo de rua se torna variável central, uma vez que quanto maior a inserção nas redes sociais constituídas na rua, o horizonte de saída dela fica mais difícil e, portanto mais distante” (BORIN, 2003:50). A autora acrescenta ainda que

Quanto mais tempo na rua, mais as memórias do passado desaparecem gradualmente, sendo substituídas por novas experiências que se diferenciam em muito das vividas até então. Da mesma forma que o passado e o presente vão se tornando desvinculados um do outro, também as relações do presente com o futuro perdem continuidade e clareza. Em última instância, passado e futuro se aniquilam no presente, sendo reduzida na dimensão do hoje, do aqui e do agora, onde não há um amanhã programado. (BORIN, 2003:50)

Pereira (1997:71) reforça ainda o pensamento anterior quando coloca que:

Diferentemente dos que passam pela rua circunstancialmente, os que já moram nela possuem um modo de vida próprio, ou seja, desenvolvem formas específicas de garantir a sobrevivência, de conviver e ver o mundo. Têm sobre a cidade olhar, atribuindo novas funções aos espaços públicos, às instituições.

Ainda considerando a definição de quem são as pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência, o Relatório da FIPE (2003) faz um alerta já que a definição de população em situação de rua é, sabidamente, difícil. A multiplicidade de condições pessoais, a diversidade de soluções dadas à subsistência e moradia, as diferenças de tempo em que os vínculos familiares dissolveram-se e novas formas de socialização consolidaram-se, são alguns dos inúmeros fatores que dificultam a formulação de conceitos unidimensionais e livres de ambiguidades. (FIPE, 2003:06)

Sposati (1999:66) aponta que:

[...] o morador de rua acaba na situação de exclusão por uma série de perdas: o emprego, auto-estima e o rompimento ou a fragilidade das relações familiares. Os olhos discriminadores e preconceituosos veem o morador de rua com repulsa, como estorvo ou como marginal/bandido, sem levar em conta seu passado: nas ruas da cidade de São Paulo, a maioria já teve carteira de trabalho assinada e é alfabetizada.

Nesse sentido, retomamos Paugam (2007:67), quando coloca que a pobreza é “considerada intolerável pelo conjunto da sociedade, [...] reveste-se de um status social desvalorizado e estigmatizado”.

Giorgetti (2006:20) explica que:

[...] recentemente, o Serviço Social em São Paulo, pensando em ressaltar o caráter processual da vida nas ruas, criou a expressão pessoas em situação de rua, para delimitar as trajetórias (idas e vindas) e enfraquecer a idéia predominante e (pejorativa) de que se trata de pessoas de rua, que não têm outra característica senão o fato de pertencer às ruas da cidade [...].

Na percepção dessa autora, essa definição apresenta um problema já que falar em situação de rua nem sempre se garante concretamente a reversão dessa situação. Ela acrescenta, ainda, que as pessoas que se encontram, de fato, em situação de rua são poucas, problematizando as chances reais da saída da rua.

Em sua pesquisa, Giorgetti (2006:25) adota a seguinte definição: “Todo indivíduo migrante, imigrante ou nascido em uma grande metrópole, que tem o seu ‘fundo de consumo [completamente] dilapidado’ (PESSANHA apud GIORGETTI, 2006:25), e não consegue mais repor tal fundo e promover o seu bem-estar.”

No entanto, para esta pesquisa, adotar a terminologia de “pessoa em situação de rua” em substituição ao “morador de rua” e “pessoa de rua” visa começar a contribuir para uma mudança de mentalidade na sociedade, remetendo às trajetórias pessoais e a uma situação que poderá ser modificada, já que essa é uma premissa desta pesquisa.

Exemplos de como a população em geral considera esse público, reitera a importância da discussão desse tema.

Em um fórum na internet⁵, perguntaram: Você mataria um mendigo por 1 milhão de reais? Do total de participantes do fórum, 43,64% responderam “é óbvio que sim”; e 56,36% responderam “não, não conseguiria viver depois disso”. Vale destacar que, dentre os comentários redigidos no site, dentre as pessoas que assinalaram “não”, seguia a justificativa de que “não vale tirar a vida de ninguém, mesmo que seja de um mendigo”. Ou seja, podemos perceber que, mesmo dentre aqueles que não tirariam a vida, ainda existe um grau de preconceito na própria justificativa de não cometerem esse ato⁶.

O relatório de pesquisa da FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas de 2003 considera como população de rua

[...] o segmento de baixíssima renda que, por contingência temporária ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade – praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto –, em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos.

Como também aqueles que pernoitam em albergues públicos ou de organizações sociais.⁷

Esclarecemos que essa é a mesma concepção adotada para a realização do Censo da população em situação de rua (2009) e para o documento “Caracterização socioeconômica da população de moradores de rua da área central de São Paulo”, elaborado também pela FIPE. Em 2009, também foi levantada a “Trajetória de vida da população atendida nos serviços de acolhimento para adultos em situação de rua

⁵ TIBIABR.COM. Fórum: Você mataria um mendigo por 1 milhão de reais? Disponível em: <<http://forums.tibiabr.com/showthread.php?t=300549>>. Acesso em: 11/04/2010.

⁶ Considerando que a internet é um veículo de formação de opinião, pesquisas como essas alertam para uma concepção de sociedade na qual a pobreza tem que ser tratada como punição.

⁷ FIPE, 2009:05 (Caracterização Sócioeconômica dos Moradores de Rua da Cidade de São Paulo). A mesma definição é dada por VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 2004.

no município de São Paulo”, elaborado pelo CERU - Centro de Estudos Rurais e Urbanos. Os resultados obtidos servirão para orientar a política de atendimento a esse público.

O relatório com os principais resultados do Censo 2009, elaborado por Silvia Shor e Maria Antonieta Vieira, aponta um total de 13.666 pessoas vivendo em situação de rua, sendo 6.587 (48,2%) nas ruas e 7.079 (51,8%) acolhidos na rede socioassistencial.

Esse mesmo órgão indicou que o número de pessoa em situação de rua na cidade de São Paulo era de 10.399 indivíduos nessas condições no ano 2003. Com relação ao segmento dessa população, compreende “população em situação de rua” crianças, adolescentes, jovens, homens, mulheres e idosos que utilizam espaços públicos da cidade como local de habitação. (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 2004:68)

O resultado apontado pelo novo Censo encontra-se em consonância com a estimativa levantada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura da Cidade de São Paulo (SMADS) que já informava que número de pessoas morando nas ruas tinha chegado a 13.000 pessoas, com um crescimento de 15,4% nos últimos dois anos.

Dentre as primeiras pesquisas que trazem o perfil das pessoas em situação de rua, destaca-se a publicação do livro “População de Rua - Quem é, Como Vive e Como é Vista?”, organizado por Maria Antonieta Vieira, Eneida Bezerra e Cleisa Rosa. Nele constata-se que as pessoas em situação de rua tinham, no início dos anos 1990, características bem próximas, como em relação à idade, sexo, cor, e mesmo em relação ao trabalho. Constatou-se que 90% eram homens e cerca de 65% jovens (com faixa etária abaixo de 40 anos). A proporção de analfabetos e semianalfabetos era de 13% constituindo na sua grande maioria pessoas com o 1º grau incompleto.

Diferente dos dias atuais, os primeiros estudos indicavam que a grande parte migrou da região nordeste do Brasil na tentativa de uma vida melhor. Esse fato, tanto na Caracterização Socioeconômica das pessoas que vivem em situação de rua na região central (FIPE, 2009), como no Censo realizado em 2003, mostra que essa informação hoje é um mito, já que grande parte da população que se encontra nas ruas é da própria região Sudeste do país. Nesse sentido, destacamos,

na caracterização realizada em 2009, a informação de que 27,5% nasceram na cidade de São Paulo e, apenas, 33,1% migraram da região Nordeste.

Comparando-se os dados 2009-2003, temos um aumento de pessoas acolhidas, uma vez que, em 2003, das 10.399 pessoas em situação de rua levantadas na pesquisa da FIPE (2003), 4.213 (40,5%) pernoitavam nas ruas e demais logradouros da cidade, enquanto 6186 (59,5%) encontravam-se albergados. Esses dados, em 2009, alteram-se para 48,2% de pessoas na rua e 51,8% de pessoas acolhidas.

Constataram-se nos levantamentos que ainda é predominantemente do sexo masculino (84,4% em 2003 e 79,7% em 2009) as pessoas que vivem em situação de rua. No entanto, destacamos o aumento de quase 5% do número de mulheres em situação de rua nos últimos anos.

Quanto à idade, enquanto no Censo 2003 a maioria encontrava-se entre 26 e 40 anos (32,2%) e entre 41 e 55 anos (35%), os dados referentes à caracterização realizada em 2009 apontam que 25,8% estão entre os 18 e 30 anos, 50,2% entre 31 e 49 anos e 24% com 50 anos ou mais. A idade média encontrada é de 40 anos. A idade mínima – 18 anos e a máxima – 85 anos. No Censo (2009), 77,9% foram identificados como adultos em situação de rua.

O relatório da caracterização socioeconômica das pessoas que vivem na região central apresenta aumento de pessoas mais novas e também crescimento de pessoas acima de 50 anos, se considerarmos o levantamento realizado em 2000.

A maior parcela presente nos albergues no Censo de 2003 tinha entre 41 e 55 anos, já na rua a maior faixa etária encontra-se entre 26 e 40 anos de idade. Com esses dados, podemos afirmar que a maioria encontra-se dentro da População Economicamente Ativa.

Também são considerados “em situação de rua” aquelas pessoas que utilizam os albergues ou outros equipamentos municipais destinados a esse público, já que

O albergue se constitui, também, em alternativa de pernoite para alguns migrantes de passagem pela cidade, sem renda suficiente para arcar com os custos de uma pensão ou hotel. A esses, somam-se as famílias desalojadas por despejo, demolição ou por dificuldades pessoais. Há também, entre os

albergados, aqueles que perderam o emprego e que, sem amparo familiar, esperam um novo posto de trabalho.⁸

As principais razões levantadas pela pesquisa da FIPE (2003) para as pessoas que, na data da entrevista, estavam pernoitando nas ruas e não albergadas temos que 20,2% responderam que não iam para albergues porque não aceitavam as regras da instituição. Em seguida, justificaram por problemas com outros usuários (tendo em vista a heterogeneidade do grupo, o que, por vezes, causa conflitos entre eles). Apenas 8,8% apontam a falta de vagas como uma razão para não estarem em albergues.

Do total de 4213 pessoas entrevistadas que pernoitam nas ruas (2003), 34,2% disseram nunca terem dormido em albergues, mas esse número pode ser maior, podendo chegar até 43,3%, se forem consideradas as pessoas que não responderam a essa questão, pois têm um mesmo padrão.

Considerando ainda a concepção de que as pessoas albergadas fazem parte da parcela das pessoas ainda em situação de rua, convém a busca por dados mais atualizados acerca dessa população que utiliza esses equipamentos na cidade de São Paulo.

Nesse sentido, a FIPE realizou outra pesquisa no período de Dezembro de 2005 a Janeiro de 2006, em vinte e dois albergues conveniados com a PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo— por meio da SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social⁹ - para delinear o perfil dessa população.

No que tange à faixa etária, apresenta-se uma tendência ao envelhecimento. Usando como base o censo de 2000, em que a média dos homens adultos era de 42,1 anos, a pesquisa realizada nos anos de 2005 e 2006 aponta para um aumento da idade média dos usuários para 44,7 anos.

Esse dado remete-nos a duas reflexões acerca do envelhecimento dessa população e quanto ao tempo de estada na rua, pois os dados demonstram que as pessoas em situação de rua não estão saindo dessa condição; outra reflexão é quanto à expectativa de vida da própria população.

⁸ FIPE, 2009:05 (Caracterização Sócioeconômica dos Moradores de Rua da Cidade de São Paulo). A mesma definição é dada por VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 2004.

⁹ Os dados apresentados a seguir foram retirados de slides em apresentação oficial da SMADS e disponibilizados para a realização deste trabalho. A análise dos entrevistados sobre os albergues, também explorada nessa pesquisa, será retomada no segundo capítulo.

Com relação à escolaridade, podemos perceber que a maioria tem ensino fundamental incompleto, chegando a atingir o percentual de 61% desse público. Segundo a FIPE, esses dados vêm desmistificar a concepção de que a maioria das pessoas em situação de rua seja analfabeta e sem instrução escolar, já que há apenas um percentual de 5% de pessoas nessas condições. Encontramos ainda pessoas com ensino médio completo e incompleto (25%) e ensino superior completo (2%) e incompleto (5%) entre os freqüentadores de albergues durante o período pesquisado. Destacamos ainda que a escolaridade é mais alta entre os mais novos (até 30 anos) e o percentual de analfabetos, na faixa etária de 55 anos ou mais, chega a 8%.

Mais uma vez esta pesquisa também desmistifica o local de origem, ou como a pesquisa coloca a procedência de onde vêm essas pessoas, já que temos um imaginário que essas pessoas são oriundas da região Norte e Nordeste do país. O aspecto que surpreende nesta pesquisa é que a maioria, em um percentual de 49% dos entrevistados, é da própria região Sudeste, sendo 36% do Estado de São Paulo e uma parcela considerável nascida na própria capital (19%). Com relação aos outros pesquisados, temos os seguintes dados: 41% são da região Nordeste, a maioria dos Estados da Bahia e Pernambuco; com relação aos estrangeiros, temos apenas uma minoria de 1%, vindos, em sua maioria, de países como Bolívia, Paraguai e Argentina.

Apesar de a maioria das pessoas julgarem que os indivíduos em situação de rua e albergados são “vagabundos”, a pesquisa mostra que, em sua maioria, exercem algum tipo de atividade profissional, sendo que 74% dos albergados trabalham, porém, assim como na sociedade em geral, apenas uma minoria no mercado formal. A pesquisa revela ainda que apenas 5% desses trabalhadores têm seus direitos garantidos, enquanto 69% estão no mercado informal. Comumente, esses trabalhadores não se veem como tal, pois acham que para ser trabalho é necessário o registro em carteira, por isso, referente às atividades profissionais que desempenham, costumam denominá-las de “bicos”.

Dentro dessa categoria de trabalho, temos como principais atividades a catação de materiais recicláveis como latinhas de alumínio, papelão, entre outros, com um percentual por volta de 36%, fato que se mantém conforme os dados já levantados pela FIPE em 2003.

Quanto aos entrevistados que disseram não estarem trabalhando, as principais razões apontadas foram: não encontrar emprego (48,8%) e problemas de saúde (28,2%).

A saúde traz um dado alarmante sobre as condições de vida dessa população, e isso está diretamente relacionado às condições em que vivem. Dos entrevistados, existe um número muito grande de jovens que declaram ter algum problema de saúde (45%); entre a população adulta, o índice é de 67% com algum problema de saúde; e dentre os idosos, esse percentual sobe para 77%. O problema de saúde mais apontado foi hipertensão (22%) seguido de problemas na coluna (20%).

Ainda dentro dessa abordagem, ao se perguntar sobre o uso de substâncias como o álcool e drogas, a pesquisa revela que 50% dos albergados declararam já ter feito uso continuado de álcool durante a vida. A pesquisa afirma que o uso de drogas é maior entre os jovens, com um índice de 40% de jovens que afirmaram fazer uso contínuo de drogas. Já o uso de álcool é mais frequente entre os mais velhos (49%).

Com relação à experiência de rua, a pesquisa apontou que 25,9% não chegou a ter essa vivência. 20,1% declararam pouca experiência na rua; 23,8% indicaram uma experiência significativa; e outros 16,3% responderam que tiveram uma experiência muito significativa na rua.

Essa pesquisa da FIPE ajuda a delinear o perfil dos frequentadores dos albergues da cidade de São Paulo e, a partir dessas informações, podemos confirmar alguns aspectos já revelados na pesquisa realizada nos anos 1990 e publicada no livro “População de Rua - Quem é, Como Vive e Como é vista”.

Apesar da reconhecida diversidade, as pessoas em situação de rua partilham de inúmeras características. São todos muito pobres e com uma trajetória de vida cheia de fracassos pessoais e desamparo institucional. Sem casa e sem lar reinventam diariamente as soluções para a sua subsistência: alimentos, abrigo, dinheiro, bebida e segurança”, diz Silvia Schor – Socióloga e Coordenadora Geral da pesquisa FIPE 2002 e 2003.

Apesar de se tentar quantificar e traçar um perfil das pessoas em situação de rua, torna-se muito difícil essa tarefa e muito pouco se avançou nesse sentido

como apontado na reportagem veiculada pela Folha de São Paulo, em 09/11/2005: “O censo, no entanto, pouco avançou [...]” e aponta como uma das principais dificuldades a fator da falta de domicílio fixo e ainda enfatiza “[...] os moradores de rua são cidadãos ‘invisíveis’, excluídos do universo pesquisados nos censo oficiais”.

O atual perfil dos acolhidos

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a população em situação de rua, principalmente com relação às causas de ruptura familiar e comunitária, o Centro de estudos Rurais e Urbanos realizou um estudo antropológico traçando a trajetória de vida da população atendida nos serviços de acolhimento para adultos na cidade de São Paulo.

De acordo com a amostra dessa pesquisa, o perfil predominante nos Centros de Acolhida, pode ser definido a seguir:

- 94% da população é cadastrada, ou seja, frequenta sistematicamente os serviços;
- 84% do sexo masculino, com idade média entre 40 e 45 anos, em sua maioria (67%) solteiros;
- 47% nasceram na cidade de São Paulo; dentre os que não nasceram nessa cidade, a maioria está há mais de 5 anos. Destacamos 39% que moram em São Paulo há mais de 10 anos;
- 96% da população é alfabetizada, sendo que 35% tem o ensino fundamental incompleto;
- 50% mantêm contato com a família há menos de 1 ano;
- 90% têm profissão, 20% ainda a exerce; destaque para 35,9% que deixaram de exercê-la há 1 ou 2 anos; dentre as profissões apontadas, 10,4% indicam a de ajudante/serviços gerais, auxiliares de cozinha; 7% pedreiro e 6,4% motorista.
- Com relação às atividades desempenhadas atualmente, a maioria (5,2%) declara ser vendedor ambulante, seguido dos que trabalham como: ajudante de pedreiro (5%), descarregador de caminhão (4,5%), auxiliar de serviços gerais (4,5%); catador de recicláveis (4,5%) e entregador de panfletos (3,4%).
- 80% residem nos Centros de Acolhida entre 01 e 06 meses; 13% entre 7 meses e 12 meses e 10% mais de um ano;

Esse recente estudo conclui a existência de um número significativo de pessoas que nunca passaram pela rua, ou ainda que ficaram pouco tempo nessa situação (10 - 15 dias), ou seja, parcela significativa dos albergados é formada por trabalhadores desempregados que sobrevivem de trabalho temporário, de baixa remuneração, que impossibilita o pagamento mínimo de um aluguel.

Aqui se confirma a teoria de Paugam quando diferencia a classificação dos momentos dos usuários da assistência social, uma vez que a parcela estudada “não se ‘mistura’ com drogados ou viciados em bebida e sempre que conseguem renda suficiente deixam o albergue e vão morar em pequenos hotéis e pensões, mesmo que por pouco tempo, até acabar o dinheiro” (CERU, 2009/2010). Isso por acreditarem que lá não seja o seu lugar, alternam a permanência dentro e fora da rede, por já terem feito parte da categoria trabalhador do sistema produtivo.

O estudo conclui ainda a necessidade de a rede contemplar a heterogeneidade dessa população, diversificando-a para torná-la mais acolhedora e adaptada à diversidade dos usuários.

Pessoas em situação de rua e a região central da cidade de São Paulo

Já na primeira pesquisa, publicada no livro “População de Rua, Quem é, Como Vive e Como é Vista”, foi apontado que a preferência pelo centro da Cidade de São Paulo deve-se a fatores como locais para pernoitar (marquises, baixo de viadutos, imóveis abandonados, praças, logradouros etc), acesso mais fácil à alimentação, as chamadas “bocas de rango”, locais de distribuição gratuita de alimentos, como restaurantes que dão suas sobras, as sopas servidas em locais estratégicos por pessoas e instituições filantrópicas. No caso específico do centro da cidade de São Paulo, ainda podemos citar a catação de legumes, verduras e frutas em torno do Mercado Municipal. Uma das pioneiras organizações de São Paulo a desenvolver trabalho com essa população foi a Organização de Auxílio Fraternal (OAF), que preparava sopas comunitárias com a participação ativa da população.

Outra questão de bastante relevância pela escolha do centro da cidade como moradia é a própria pressão da sociedade, pois muitas pessoas não gostam de tê-los como “vizinhos” e a região central não é uma parte da cidade que seja predominantemente residencial. Dentre os fatores que marcam essa posição,

podemos citar como possibilidade o acúmulo de materiais recicláveis que a sociedade vê apenas como lixo, mas que a maioria utiliza para venda e mesmo como forma de abrigo; o barulho que alguns grupos fazem devido ao consumo de bebidas alcoólicas e uso de drogas faz com que o poder público seja acionado através de órgãos como a Prefeitura e a Polícia para fazerem a remoção dessas pessoas.

No âmbito das relações, outra característica que marca esse segmento social é a formação de grupos, e quanto a isso as autoras Maria Antonieta Vieira, Eneida Bezerra e Cleisa Rosa afirmam que:

A pessoa que usa o espaço público para pernoite sofre violência também de seus iguais, dada à diversidade de segmentos que compõem o mundo da rua. Dormir em grupo, portanto, representa segurança, num certo sentido. Entretanto, quanto maior o grupo de pernoite, maior é o risco de se tornar alvo de denúncias por parte da vizinhança [...]. (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 2004:58)

Ainda destacam na pesquisa que o agrupamento dessas pessoas não se dá apenas pelo fator da segurança e sobrevivência, mas numa busca do resgate de uma identidade pessoal e social, tendo em vista que estão em uma mesma situação e têm uma trajetória de vida em muitos aspectos parecidos.

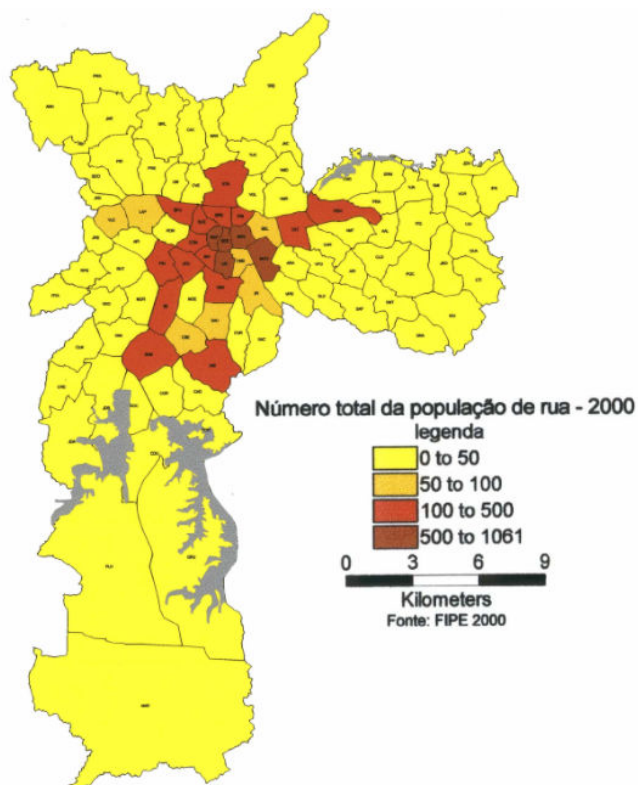
A região central da cidade, com grande concentração de atividades de comércio e de serviços (que podem facilitar as estratégias de sobrevivência na rua) e onde existem muitas áreas em processo de degradação urbana, reunia cerca de 70% dos moradores de rua recenseados em 2003. [...] a distribuição espacial dos pontos de pernoite dessa população, indicando que os distritos que compõem a subprefeitura da Sé, bem como seus arredores (Brás, Mooca, Belém, Barra Funda, Perdizes), são aqueles com maior presença de moradores de rua em São Paulo. (OLHAR SÃO PAULO, 2007:50)

As pesquisas da FIPE, tanto em 2003 como em 2009, trazem referência quanto ao uso do Centro da cidade de São Paulo já que dentre os 10.399, 6.405 estavam na região do Centro e Norte (Santana). Fazendo uma comparação quanto à distribuição dessas pessoas nos 29 distritos pesquisados, a FIPE constatou que não houve uma mudança muito significativa ao se comparar os anos de 2000 e 2003. Nesse sentido, o Censo de 2009 também indica a grande concentração na região

central da cidade, principalmente de pessoas em situação de rua vivendo, principalmente, nos distritos da República (38,4%), Sé (29,2%), Santa Cecília (7,5%) e Brás (6,1%).

O mapa a seguir melhor exemplifica essa concentração:

Mapa 2 - Total de pessoas em situação de rua (2000) e distribuição espacial



A ausência de políticas públicas em diversas áreas da cidade, como vimos no item anterior, também dificulta a sobrevivência nas ruas em outras regiões da cidade, o que pode nos confirmar a hipótese da escolha não aleatória pelo Centro da cidade, mas um local onde a oferta de políticas públicas é maior do que em outras áreas da cidade.

Para melhor compreensão do perfil das pessoas que vivem na região central, uma caracterização socioeconômica realizada pela FIPE (2009) ainda aponta os seguintes dados, ou seja, moram na rua, na região central da cidade:

- predominantemente pessoas do sexo masculino (86%), não brancos (64%), com média de idade de 40 anos;

- Baixa escolaridade (9,5% de analfabetos, 62,8% com ensino fundamental incompleto); entre eles, 9% que possuem ensino médio completo, 2,3% com nível superior incompleto e 1,9% com curso superior concluído;
- 33% estão na companhia de alguém, no entanto apenas 13% vivem com companheiros e 0,8% com filhos, mesmo que quase 60% indicaram ter filhos, não estão com eles. 61% têm parentes na cidade, no entanto, apenas 31% mantiveram contato com eles nos últimos 6 meses. Quanto mais tempo na rua, mais se espaçam os contatos estabelecidos, ou seja, ainda existem laços familiares ativos para parcela desse grupo; 61,2% indicam ter parentes na cidade de São Paulo e 62,7 tiveram contato com eles há menos de 1 ano;
- Dentre os que não nasceram na cidade de São Paulo, 19,9% chegou na cidade há 1 ano e a grande maioria (47,5%) está aqui há mais de 10 anos;
- A maioria (79,1%) já dormiu em albergues, sendo que 64,2% apontam ser esse o local onde têm dormido;
- 84% morava com algum membro da família na última moradia fixa em que residiram; desses 60,4% já moravam em São Paulo e 39,6% vieram de outros municípios paulistas;
- 28,3% trabalhavam na construção civil antes de viver nas ruas, seguidos dos 13,8% que trabalhavam com serviços de limpeza, 12,9% que atuavam com serviços técnicos e administrativos e 12,5% que já trabalhavam no comércio informal;
- apenas 14% declaram sobreviver, exclusivamente, de esmolas e 66,9% declaram obter dinheiro com o trabalho, em sua maioria (62,1%) fruto da coleta seletiva;
- Apenas 25,6% declararam não usar álcool ou drogas. 37% declararam o uso apenas do álcool, 9,7% apenas da droga e 27,7% declararam o uso de álcool e drogas.
- 47,5% não passaram por nenhum tipo de instituições; já 26,8% indicaram ter passado pela casa de detenção, 25,1% passaram por clínicas de recuperação, 11,2% passaram pela antiga FEBEM e 8,2% indicaram a passagem em hospitais psiquiátricos;
- Dentre os serviços mais frequentados estão o restaurante popular (44,3%), seguido das casas/centros de convivência (28,1%) e albergues (23,7%). 32,1% indicam não frequentar nenhum tipo de serviço.
- 42,6% indicam não possuir nenhum documento pessoal;

- 66,7% indicam já terem sofrido violência na rua, sendo 46,3% de um outro morador de rua, 27,9% da polícia e 13,6% de transeuntes; dentre as violências sofridas, 44,3% indicaram o espancamento/briga/luta corporal, 31,6% agressão verbal e 27,2% roubo/furto.
- Apenas 24% indicaram conhecer o Movimento Nacional da População de Rua.

E o que leva uma pessoa a viver nas ruas?

A trajetória de vida que os levou às ruas desenha sempre uma seqüência de fracassos pessoais e desamparo institucional. Sem casa e sem lar, reinventam diariamente as soluções para sua subsistência: alimentos, abrigo, dinheiro, bebida, remédios e segurança. (FIPE, 2003)

Conforme ressaltamos anteriormente, a complexidade em conceituarmos exclusão e pobreza, cujas definições implicam múltiplas dimensões, reflete-se na dificuldade de se conhecer a gama de fatores que leva uma pessoa a utilizar os espaços da rua como sobrevivência. Perda de emprego, de moradia, fragilidade de vínculos são alguns exemplos que, isolados ou agregados, podem contribuir para que a rua seja a única alternativa.

A presença de moradores de rua é um fenômeno cada vez mais freqüente em São Paulo e suas causas são bastante complexas, pois envolvem a sobreposição de dimensões variadas, desde aquelas que dizem respeito ao ciclo de vida pessoal – condições de saúde física e mental, rompimento de laços familiares – até as que se referem a circunstâncias mais abrangentes, de convívio social e de inserção no mundo do trabalho. O desemprego e o estreitamento das oportunidades para aqueles que possuem baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional são fatores a serem levados em conta na análise do fenômeno. (OLHAR SÃO PAULO, 2007:50)

Borin (2003), em sua tese “Desigualdades e rupturas sociais na metrópole: os moradores de rua em São Paulo”, trabalha depoimentos levantados na ocasião da pesquisa realizada pela FIPE (2000), quando foram questionados “fale sobre o(s) motivo(s) que o(a) levaram a deixar sua casa, permanecendo na rua/albergue até os dias de hoje”. Ao lermos os depoimentos, torna-se evidente uma condição anterior de inclusão precária, pois muitos trazem a presença de moradias insalubres,

vínculos familiares e comunitários instáveis, fragilidade nas relações de trabalho/emprego etc.

Já Pereira (2005), em sua tese “Caminhos em construção: encontro entre população em situação de rua e o MST - São Paulo - 1999-2003”, pondera, em seu primeiro capítulo, que falar nesse segmento implica compreendermos as relações de trabalho, moradia, devendo ser lembrada a questão da saúde por meio de significativos autores e atores sociais que discutem a questão, que retomaremos ainda nos capítulos seguintes.

A mesma autora (1997), em sua dissertação de mestrado “A população de rua, as políticas assistenciais públicas e os direitos de cidadania: uma equação possível?”, reforça a ideia de que chegar até a rua “pressupõe um caminho, um processo a ser percorrido” (PEREIRA, 1997:65). Acrescenta ainda que “[...] embora os fatores materiais exerçam papéis de fundamental importância, outros como a subjetividade humana, têm que ser resgatados, no sentido de um melhor entendimento da problemática” (PEREIRA, 1997:65-66).

Pessoas em situação de rua: levantamento nacional

Em 29 de abril de 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS - divulgou o resultado da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua¹⁰ realizada nos municípios com mais de 300 mil habitantes. Foram excluídos do universo os municípios que já realizaram levantamento semelhante (Belo Horizonte - MG, São Paulo - SP, Recife - PE e Porto Alegre - RS). A pesquisa identificou 31.922 pessoas (maiores de 18 anos) vivendo nessa condição em 71 municípios, sendo 23 capitais e 48 municípios. Ao considerar esse total, juntamente com as pesquisas já realizadas nas cidades mencionadas, é possível estimar um número aproximado de 45.000 pessoas nas capitais de Estado (e Distrito Federal) e municípios com mais de 300 mil habitantes do Brasil. A Pesquisa apontou que 0.061% da população das cidades pesquisadas encontra-se em situação de rua.

¹⁰ Essa síntese apresentada foi retirada do Sumário Executivo de: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, 2008. E a consulta ao relatório oficial da pesquisa em visita realizada em Brasília.

Dentre os dados apresentados na pesquisa divulgada, podemos destacar:

- 82% das pessoas em situação de rua são homens;
- a maioria (53%) está entre os 25 e 44 anos;
- o cruzamento idade e sexo demonstra que, dentre as mulheres, existe uma concentração maior, entre as faixas de 18 a 34 anos, somando 52.2%, para 43.3% de homens, nessa mesma faixa etária.
- 39,1% das pessoas em situação de rua declararam-se pardas para 29.5% que se declararam brancos e 27.9% consideraram-se negros;
- 74% dos entrevistados sabem ler e escrever. 17,1% não sabem escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome. A maioria é alfabetizada, já que os analfabetos e analfabetos funcionais correspondem a 25,4%. Apenas 3,2% concluíram o segundo grau.
- 69,6% dormem nas ruas e apenas 22,1% nos albergues; preferem dormir na rua 46,5% dos entrevistados, enquanto 43,8% manifestaram preferência por dormir em albergues; Entre aqueles que manifestaram preferência por dormir na rua, 43,9% apontaram a falta de liberdade como o principal motivo da não preferência por dormir em albergue. O segundo principal motivo foi o horário (27,1%) e o terceiro a proibição do uso de álcool e drogas (21,4%);
- Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua referem-se aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%).
- 45,8 % sempre viveram no município em que foram interpelados (enquanto 30,3% viveram em outros municípios do mesmo estado), dado que desmistifica a migração como única responsável pelo fenômeno de população em situação de rua;
- 48,4% estão há mais de dois anos dormindo na rua ou em albergue;
- Apenas 29,7% dizem ter problemas de saúde; sendo apontadas as doenças: hipertensão (10,1%), problema psiquiátrico/mental (6,1%), HIV/Aids (5,1%) e problemas de visão/cegueira (4,6%). 18,7% fazem uso de algum medicamento;
- 24,8% das pessoas em situação de rua não possuem quaisquer documentos de identificação;

- 51,9% dos entrevistados possuem algum parente residente na cidade onde se encontram. 38,9% deles não mantêm contato com esses parentes e 14,5% mantêm contato em períodos espaçados; 34,3% mantêm contatos mais frequentes (diários, semanais ou mensais); 23,1% mantêm contatos com parentes que vivem fora da cidade em que se encontram.
- 70,9% exercem atividade remunerada; dentre elas, destacam-se: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência apenas 15,7% das pessoas;
- 52,6% recebem entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais. 58,6% dos entrevistados afirmaram ter alguma profissão, ainda que não a estejam exercendo no momento.
- 1,9% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando atualmente com carteira assinada. 47,7% dos entrevistados nunca trabalharam com carteira assinada.
- 90% dos moradores de rua não são atendidos por programas governamentais, como a aposentadoria, Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).
- Um dos motivos que leva as pessoas a viverem nessa condição é desemprego.
- 79,6% conseguem fazer ao menos uma refeição ao dia;
- 54,5% das pessoas em situação de rua entrevistadas já sofreram algum tipo de discriminação, principalmente por meio do impedimento de sua entrada em estabelecimentos;
- 95,5% não participam de qualquer movimento social.

O Relatório do Instituto Meta, responsável pela pesquisa, faz a distinção de dois grupos que moram nas ruas: dormem nas ruas, em sua maioria: homens, pessoas que se consideram pardas ou pretas, de faixas etárias mais baixas, sem instrução e com níveis de renda mais baixos. Nos albergues, encontra-se uma proporção maior de mulheres, de pessoas que se consideram brancas, de faixas etárias mais elevadas, de níveis de escolaridade e renda mais elevados. Outra diferença dentre os que dormem nos albergues é a proporção maior de documentos de identificação. Também recebem em maior proporção o Programa Bolsa Família e

aposentadoria. A incidência é maior ainda de pessoas que possuem uma profissão, de pessoas que trabalham e/ou que já trabalharam com carteira assinada e que se alimentam diariamente.

Podemos perceber, com os resultados da pesquisa, que algumas desmistificações puderam ocorrer. Dentre elas, a presença de pessoas oriundas da própria cidade e com vínculos familiares estabelecidos, a presença de certo grau de escolaridade, mesmo mínimo e também do número reduzido de pessoas que se utilizam da mendicância.

No entanto, afirmamos que

No Brasil, sem dúvida, os moradores de rua expressam uma situação limite de pobreza, provocada por uma trajetória perversa de inclusão social, que acarretou falências e desvinculações sociais, conduzindo à precarização de suas condições de vida, na qual não encontraram suporte nem no âmbito privado e nem tão pouco no público, para que pudessem reagir, embora pela Constituição Brasileira, todo cidadão tenha direito à uma vida “digna”. (BORIN, 2003:59)

O perfil de quem vive nas ruas é, de certa forma, heterogêneo em sua complexidade, o que demanda níveis diferenciados de intervenção social. A imagem do mendigo “tradicional” já não podia ser encontrada na primeira pesquisa realizada, publicada no livro “População de Rua - Quem é, Como vive e Como é vista”, tampouco na pesquisa da FIPE (2000 e 2003) e se legitima no Brasil todo como demonstra o Censo realizado nacionalmente.

Como então pensar a saída da situação de rua? Como demonstra o Editorial do Jornal o Trecheiro¹¹, de outubro de 2005:

Sair da situação de rua não é como cair nela. O processo de se levantar é longo e duro. Voltar a viver a rotina de uma casa, de um trabalhador, mesmo informal, ou até de um desempregado que vive com a solidariedade da família não é tão simples como se imagina. A sociedade não está preparada para o retorno. É como se o lugar daquele ou daquela que foi morar na rua já estivesse ocupado.

¹¹ Jornal publicado pela Rede Rua de Comunicação mensalmente.

Então, discutir esse tema torna-se relevante e indispensável, já que “muitos duvidam, alguns não acreditam, outros não sabem, e muitos não estão preocupados com isso [...]” (O TRECHEIRO, 2006). Discutiremos isso nos próximos capítulos.

Finalmente, outros conceitos ainda serão tratados no decorrer deste trabalho. No entanto, com vistas a concluir o cenário desta pesquisa, objetivo principal deste primeiro capítulo, reforçamos alguns pontos e traremos alguns questionamentos sobre o exposto até o momento.

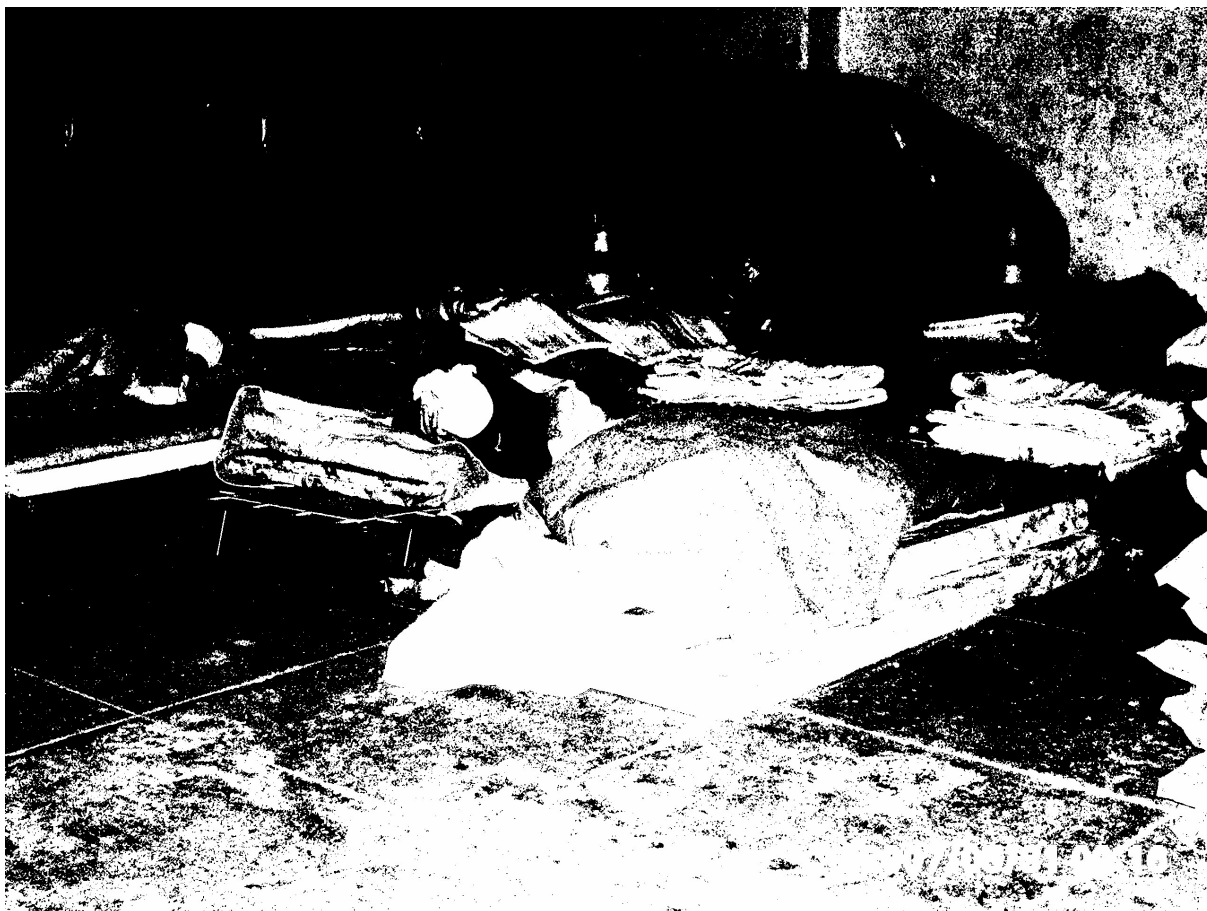
Assim como o conceito de exclusão, pobreza e vulnerabilidade são complexos e remetem-nos a um processo e não apenas uma condição de renda, pensar o perfil das pessoas que hoje utilizam a rua como espaço de sobrevivência e moradia, além de ser um desafio, deve ser analisado levando-se em consideração os processos que culminaram nessa condição, fruto de um sistema capitalista.

Pensar a segregação urbana que ocorre em uma metrópole como São Paulo também é um desafio. E, nesse sentido, alguns dados aqui apontados remetem-nos à compreensão de algumas razões pelas quais as pessoas em situação de rua acabam “escolhendo” a região central da cidade para sobreviverem. Isso se justifica em função dos dados levantados que mostram a região da Sé, por exemplo, como uma das regiões da cidade de São Paulo com maior acesso a algumas políticas públicas, se comparada a outras regiões da cidade.

Assim, a discussão e compreensão das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo não pode ser feita e pensada isoladamente. Afinal, dados demonstrados neste capítulo permitem-nos afirmar até a própria similaridade existente entre o perfil das pessoas que estão em situação de rua com o perfil geral do morador da cidade de São Paulo, principalmente ao considerarmos a situação educacional e os vínculos de trabalho.

O próprio déficit habitacional e o percentual de pessoas vivendo em assentamentos precários, loteamentos irregulares, favelas e cortiços também é um dado relevante ao pensarmos no atual perfil das atuais pessoas que estão em situação de rua na cidade de São Paulo.

Dessa forma, pensar a saída da condição de rua requer reconstituir um cenário marcado por processos vividos, muitas vezes marcados por uma situação de vulnerabilidade social e exclusão anteriormente vivenciados e que, para serem revertidos, demandarão uma somatória de ações para que, de fato, a reinserção social dessas pessoas aconteça efetivamente.



CAPÍTULO II - PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: RESGATE HISTÓRICO DO ATENDIMENTO A ESSE PÚBLICO EM SÃO PAULO E O RESPALDO LEGAL EXISTENTE

O Abrigo Noturno
Soube que em Nova Iorque
Na esquina da Rua 26 com a Broadway
Todas as noites do inverno há um homem
Que arranja abrigo noturno para os que ali não tem teto
Fazendo pedidos aos passantes

O mundo não vai mudar com isso
As relações entre os homens não vão melhorar
A era da exploração não vai durar menos
Mais alguns homens têm um abrigo noturno
Por uma noite o vento é mantido longe deles
A neve que cairia sobre eles cai na calçada.
Não ponha de lado o livro, você que me lê

Alguns homens têm um abrigo noturno.
A neve que cairia sobre eles cai na calçada.
Mas o mundo não vai mudar com isso
As relações entre os homens não vão melhorar
A era da exploração não vai durar menos.

Bertolt Brecht

Neste capítulo, abordaremos um breve histórico do atendimento às pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, com maior ênfase no período entre os anos 2000 e 2010, delimitação desta pesquisa. Também apresentaremos, igualmente, a legislação vigente que visa à garantia de direitos a esse público.

2.1 O HISTÓRICO DO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Falar em atendimento às pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo é também repensar a trajetória da implantação da política de assistência social nesse município e, por que não dizer, no país.

Nesse sentido, resgatar as formas encontradas de assistência a pessoas em situação de rua remete-nos a compreensão dos momentos vividos pela assistência social no Brasil, já que atender a esse segmento sempre foi função dessa política.

No Brasil, a assistência social transitou “[...] no campo da solidariedade, filantropia e benemerência, princípios que nem sempre representam direitos sociais, mas apenas benevolência paliativa” (MESTRINER, 2001:21). Assim, as primeiras ações desenvolvidas às pessoas em situação de rua também remetem-nos a ações, em sua maioria, de cunho solidário, filantrópico, benemerente e, em grande parte, religioso.

Do período imperial até o início da República, as obras pias eram as organizações que frequentemente surgiam junto às igrejas e conventos para o atendimento a órfãos, inválidos, enfermos e delinquentes, e que cresceram sobremaneira no decorrer do tempo. A essas instituições também eram delegados os cuidados daqueles que perambulavam pelas ruas das cidades.

Destacamos, a título de exemplo, a presença da Irmandade de Misericórdia de São Paulo (1560) – seis anos após a fundação da cidade. Atendendo escravos e homens livres com uma pequena enfermaria, foi responsável pelos primeiros asilos, hospitais e manicômios, baseando-se nas sete obras corporais: curar os enfermos, remir os cativos, visitar os presos, cobrir os nus, dar de comer aos famintos, dar de beber a quem tem sede, dar pouso aos peregrinos e enterrar os mortos (GARCIA, apud LANDIM, 1993:14).

Na Primeira República (1889-1930), iniciaram-se os atendimentos específicos para cada público-alvo: crianças – orfanatos; idosos – asilos; doentes – sanatórios e dispensários, entre outros. Esse período foi marcado por forte higienismo, em que os objetivos das ações prestadas eram a assistência, a prevenção e a segregação dos “inválidos” para a sociedade. O social não era considerado como uma função pública e a questão social era considerada como “caso de polícia”. Adiante retomaremos essa análise, uma vez que, atualmente, na cidade de São Paulo, pessoas vivendo nas ruas voltaram (como nesse período) a ser tratadas como caso de polícia, já que a abordagem àqueles que estão na rua vem sendo feita pela Guarda Civil Metropolitana (GCM)¹².

Entre 1930 e 1945, período conhecido como Getulismo, as formas de assistência social são classificadas por Mestriner (2001) como filantropia disciplinadora. Cria-se, em 1938, o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), primeira regulamentação da assistência social no país, por intermédio de órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde.

A subvenção, auxílio financeiro da esfera governamental para organizações sociais, foi a característica principal do papel do Estado perante suas obrigações sociais ao longo da história do Brasil. A presença do Estado, após os anos 1930, expressa-se na legislação previdenciária¹³ e trabalhista.

O trabalho é, então, concebido como forma de valorização do indivíduo, passando a ser direito e dever do homem, mediante o qual conseguirá lugar na sociedade e na relação com o Estado. Dessa forma, as organizações trabalhavam para o atendimento dos desempregados e dos sem possibilidades de inserção ao mercado de trabalho.

Em 1942, cria-se a Legião Brasileira de Assistência – LBA, como órgão responsável em prestar ajuda “aos necessitados”.

Mestriner classifica o período do Estado Democrático Populista, de 1946 a 1964, como um período da filantropia partilhada profissionalizante. Inclusive, foi nesse período que foram criadas três instituições pelo Estado, o SENAC (Serviço

¹² A esse respeito, ver reportagem publicada no Jornal da Tarde (em 14/04/2010 – caderno 3A), sob o título “Em São Paulo, morador de rua vira assunto de polícia”, que trata da regulamentação da Guarda Civil Metropolitana como responsável não só pela abordagem, mas também pelo encaminhamento da população para a rede de serviços.

¹³ Criam-se, também, setores estatais no âmbito da assistência social, como: Departamento de Assistência Social do Estado (1935) e o Serviço de Assistência ao Menor (1941).

Nacional de Aprendizagem do Comércio), o SESC (Serviço Social do Comércio) e o SESI (Serviço Social da Indústria), macro-organismos que propiciavam a ocupação da burguesia no social. Não bastavam as organizações de benemerência e ação voluntária do primeiro-damismo. Era preciso um novo aparato social aliançado com a elite industrial emergente (MESTRINER, 2001:117).

Fazendo um retrospecto a meados do século XX, recorremos a Corrêa (2009), que, ao estabelecer uma cronologia do atendimento às pessoas em situação de rua por meio da atuação da sociedade civil e do poder público, destaca em 1950 a concepção preconceituosa existente ao referirem-se a essas pessoas como mendigos, vadios e pessoas perigosas. A ação da sociedade civil era realizada pela Igreja Católica e a do Estado, pela Delegacia de Vadiagem e Mendicância.

O Estado autoritário de 1964 a 1988 caracteriza-se pela filantropia de clientela e apadrinhamento. Amplia-se o número de congregações católicas que vinham da Europa para se instalar no Brasil, como também instituições de outras correntes religiosas, organizações de amparo ao migrante e organizações de apoios especiais, para situações específicas, como: alcoolismo, deficiência, entre outras.

Destacamos, em 1970, o trabalho pioneiro da OAF – Organização do Auxílio Fraterno¹⁴, instituição vinculada à Igreja Católica, que iniciou atendimento às pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo e amplia sua atuação junto a esse público nesse período.

Vale também destacar a criação, pelo Governo do Estado de São Paulo, em 1972 (Decreto 52.897), da Central de Triagem e Encaminhamento, órgão pertencente à Coordenadoria dos Estabelecimentos Sociais do Estado, da Secretaria da Promoção Social, que visava

[...] centralizar e sistematizar os serviços de triagem e encaminhamento dos grupos humanos desprovidos de recursos econômico-financeiros que, residentes na Capital ou em trânsito por ela, necessitam de auxílio e orientação. (Secretaria de Promoção Social, 1978:09)

¹⁴ Criada, em 1955, pela Fraternidade das Oblatas de São Bento para trabalhar com pessoas em situação de rua; no início da década de 1970, intensifica esse atendimento.

Esse serviço tinha como objetivo adaptar e reabilitar o indivíduo socialmente, sendo o “[...] CETREM a primeira alternativa para abrigar os que chegam à cidade [...]” (PEREIRA, 1997:68).

Na década de 1980, “[...] as ações voltadas ao segmento se restringiam aos ‘famosos’ sopões, atividades estas vinculadas aos diversos grupos religiosos e sem nenhuma alternativa no âmbito do poder público” (PEREIRA, 1997:43). Intensificasse, nessa década, a participação de grupos religiosos.

Alderon Pereira da Costa e Arlindo Pereira Dias, no prefácio do livro “Vidas de Rua” (ROSA, 2005:16), destacam que:

As décadas de 1970 e 1980 estão marcadas pela hostilidade e agressão do poder público em relação à população em tela. Administrações como a do prefeito Jânio Quadros desenvolveram ações truculentas de despejos e perseguição sistemática a essa população. Os fatos mais graves foram a proibição de catar papelão, a expulsão das praças com jatos de água de carros-pipa e o cerceamento do direito de ir e vir mediante o gradeamento de praças e baixos de viadutos, dando início à chamada arquitetura da exclusão.

A transição democrática vivida pelo país entre 1985 e 1993 caracteriza-se pela filantropia denominada por Mestriner de vigiada. Nesse período, são realizados grandes eventos de discussão acerca da assistência social no país e diversos núcleos de pesquisas são instalados. Nesse sentido, a prática de muitas organizações sociais também passou a ser revista, já que as ações desenvolvidas não estavam mais dando conta das reais necessidades da população atendida.

Dessa forma, essas discussões auxiliaram no embasamento da nova configuração da política de assistência social no país, quando as práticas assistencialistas começavam a ser reestruturadas. Essas discussões também tiveram repercussão em São Paulo, junto àqueles que atuavam com pessoas em situação de rua. Destacamos, segundo Corrêa (2009):

- 1987 - início da atuação do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, com trabalho de convivência e reinserção social para pessoas em situação de rua;
- 1989 - criação do Fórum das Organizações que trabalham com pessoas em situação de rua;

- 1990 - Decreto 28.649 reconhece o trabalho dos catadores de papel organizados oficialmente em cooperativas;
- 1991 - instituição, em 10 de maio, do Dia de Luta da População de Rua;
- 1993 - as organizações sociais passaram a realizar o Fórum, criado em 1989, sem a participação do poder público.

Enfatizamos, como marco para uma nova concepção da assistência social enquanto política de direitos, a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social. A LOAS, criada em 1993, por um lado, avança na compreensão da assistência social enquanto política; por outro, mesmo se tornando um status de direito, sofre as conseqüências da reforma do Estado, que opera uma série de reduções da função estatal, desresponsabilizando-se de suas atribuições.

Vale destacar que a Lei Orgânica da Assistência Social traz, em seu artigo 1º,

[...] a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Especificamente em São Paulo, destaca-se a gestão da prefeita Luiza Erundina (1989 - 1992) como a marca de grande avanço na construção de formas de atendimento pelo poder público aos que viviam em situação de rua. Foi um período assinalado pelo questionamento às práticas assistencialistas desenvolvidas até então para esse público, “[...] cujo ponto analítico apontava para a idéia dessas pessoas serem vítimas de um modo de produção, que as fabricava. Não havia a perspectiva de culpá-los individualmente” (PEREIRA, 1997:44).

A autora também esclarece que esse pensamento era uma construção difícil, já que não havia um posicionamento homogêneo, além da própria dificuldade em romper com práticas repressivas, autoritárias, preconceituosas, estigmatizadoras, por exemplo, além das ideias de “[...] inutilidade de tais intervenções, considerada a população em situação de rua como algo sem solução” (PEREIRA, 1997:45).

Foi possível visualizar no período assinalado inúmeras iniciativas, avançando na elaboração de políticas sociais públicas voltadas a esse segmento – abrigos, casas de convivência, albergues. Uma gama de atividades foi realizada no âmbito municipal, disponibilizando recursos financeiros, assim como profissionais para atuarem na área. (PEREIRA, 1997:45)

Giorgetti (2006:138) destaca nesse período (1989-1992):

- Reconhecimento do Poder Público do problema: criação dos convênios com as entidades religiosas, dando origem à rede de serviços¹⁵;
- Organização do 1º Fórum Nacional de Estudos da população de rua;
- Organização do 1º Fórum das Entidades envolvidas;
- Realização da primeira pesquisa sobre população de rua.

Aqui, apontamos como resultado do 1º Fórum/Seminário Nacional a publicação (no ano de 1995) do livro “População de Rua: Brasil e Canadá”, organizado por Cleisa Rosa. Nele, concretiza-se a problematização central em qualificar as práticas existentes no Brasil a esse público. Como apresentado no prólogo, por David Capistrano Filho, então prefeito de Santos/SP, que inicia a publicação pontuando que

[...] compreender a importância de se ter uma política para a população de rua no Brasil é compreender a diferença entre caridade e justiça [...] do ponto de vista da justiça, atender a população de rua é reparar um erro moral (e, portanto cometido conscientemente), é combater uma distorção provocada pelo modo com que nossa sociedade se organiza econômica e politicamente. (ROSA, 1995:09)

Já Luiza Erundina afirma que não há mais lugar para o tratamento repressivo e assistencialista tradicionalmente dado a essa população (ROSA, 1995:11).

¹⁵ Pereira (1997:82) aponta, com relação a isso: “Essas entidades, até então não possuíam qualquer vínculo entre si, nem tampouco institucionalmente com a Prefeitura Municipal de São Paulo, seja através de um intercâmbio técnico, seja através de concessão de auxílios e estabelecimento de convênios.”

Na ocasião do Seminário, Sposati fala sobre a população de rua frente às questões das políticas públicas e da gestão da cidade, fazendo quatro considerações. A primeira acerca da selvageria do capitalismo brasileiro, ou seja,

[...] nós não estamos falando de um caso, de uma situação particular, mas de um processo excludente, onde quem não está sendo objeto imediato da extração da mais-valia fica invisível [...] a luta pela dignidade do homem de rua [...] é uma luta que se liga a lutas maiores [...] o caráter intersetorial da questão [...].

A segunda consideração da autora diz respeito à reconstrução do Estado brasileiro que garanta, para todos, padrões mínimos. Já a terceira, relaciona-se à população de rua e à gestão da cidade, garantindo as especificidades das regiões, preocupação com a dinâmica da cidade, com a manutenção da vida das pessoas. A quarta, a legalização do dever do Estado (ROSA, 1995:182-185). Lembrando que, na ocasião, a LOAS ainda não havia sido decretada.

E foi assim que, na década de 1990, o tema “pessoas em situação de rua” ganhou mais destaque na imprensa, fomentando “[...] a necessidade de voltar a atenção para esse segmento, no sentido de elaborar e executar políticas sociais” (PEREIRA, 1997:42) que atendessem essa população. Destacam-se, também nesse período, diversos questionamentos sobre as formas de atendimento a esse público que oscilava entre a idéia conservadora de adaptação à sociedade ou ainda a resignação e/ou imobilismo com a aceitação da situação. Todo um movimento realizado na gestão de Luiza Erundina

Procurou tirar a carga de culpabilidade do âmbito estritamente individual, apontando para outros fatores de análise, como a própria sociedade que propicia o aparecimento de situações-limite como essa. [...] Forçou ainda o Estado, entendido como gestor de políticas sociais públicas, a repassar recursos financeiros para o atendimento da questão. Isso não foi pouco. (PEREIRA, 1997:109)

O período de efetivação das reformas ocorridas na política de assistência social, entre 1994 e 2000, é classificado por Mestriner como o período da filantropia democratizada, com a expansão dos conselhos setoriais, das organizações não - governamentais, dos centros de defesa de direitos e das fundações empresariais.

No entanto, mesmo com essa importante conquista para o país, em São Paulo, o que havia avançado, a partir de 1993 na gestão de Paulo Salim Maluf, trouxe novamente a repressão a essa população.

No período de 1993/96, a administração malufista assumiu a denominada “limpeza das ruas”, onde até jatos d’água foram utilizados para retirar as pessoas de seus locais de abrigo, como marquises de lojas e bancos, e viadutos. (PEREIRA, 1997:47)

A gestão de Celso Pitta (1997-2000), embora com a mesma concepção política de Maluf, retoma a política pública iniciada no governo de Luiza Erundina, no entanto sem o resultado esperado, pois predominaram ações fragmentadas e setorializadas. Destacamos a votação da Lei 12.316/97, de autoria da então vereadora Aldaíza Sposati (que, em 1994, foi vetada por Maluf).

Giorgetti (2006:138) destaca nesse período (1993-2001):

- Regulamentação do dispositivo Calahan (normatização e diretrizes para os serviços da rede);
- Aprovação da Lei 12.316/97;
- Criação de rubrica orçamentária específica para população de rua;
- Primeira Frente de Trabalho para população de rua;
- Surgimento da Revista Ocas;
- Proliferação, durante todo o período, de ações higienistas de expulsão e remoção sem contrapartida, realizadas pela Prefeitura;
- Confrontos entre as diversas Igrejas e a Prefeitura, em virtude das ações higienistas.

Corrêa (2009) acrescenta nesse mesmo período:

- 1994: Quarto ano consecutivo do Dia de Luta – apresentado à Câmara Municipal o Projeto de Lei de Atenção à população de rua (número 207), resultado de várias tribunas populares e audiência com o Fórum de população de rua e a própria população;

- 1998: em maio, são contadas 2260 vagas em albergues e abrigos e foram encontradas 6.453 pessoas em situação de rua, 85% realizando alguma atividade remunerada.

Em 2001, o primeiro ato da Prefeita Marta Suplicy foi a regulamentação da Lei 12.316/97 e a criação do decreto nº 40.232, em 02 de janeiro de 2001. Também merece destaque, nessa gestão, a criação de um padrão mínimo para a oferta dos atendimentos a esse público, estabelecida pela então SAS – Secretaria de Assistência Social..

Giorgetti (2006) aponta a importância da Lei 12.316/97, quando problematiza a impossibilidade de se propor tratamento político-institucional de qualidade para uma população que não tem seus direitos reconhecidos.

Nesse sentido, a lei 12.316/97 é muito oportuna para os moradores de rua da cidade de São Paulo, porque contém a possibilidade de eles terem a dignidade respeitada; entretanto, traz, ao mesmo tempo, em seu bojo as marcas de uma “metamorfose” que indica – segundo Wanderley (1997) – que houve “inegáveis avanços na legislação”, mas que a situação na qual vivem essas pessoas pouco se alterou. (GIORGETTI, 2006:143)

Simões (2007:321) resume os seguintes princípios da Lei:

- respeito e garantia de dignidade e cidadania;
- direito da pessoa a um espaço digno para estar, pernoitar e se referir, na cidade, assegurada a privacidade, como condição inerente à sua vida e cidadania;
- supressão de qualquer ato de violência, bem como da comprovação vexatória do Estado de necessidade;
- não-discriminação, por motivo de origem, raça, cor, orientação sexual, sexo, idade e outros, no acesso a bens e serviços municipais, sem tratamento degradante, vexatório ou humilhante;
- garantia de unidade familiar, na prestação dos serviços, vedada a desintegração familiar, para fins de atendimento;

- direito ao restabelecimento de sua dignidade e autonomia, bem como à convivência comunitária;
- direito à participação em organizações representativas, na proposição e controle das ações de seu interesse.

A Lei também institui o Conselho de Monitoramento¹⁶ da política de direitos das pessoas em situação de rua e estabelece programas e serviços como: abrigos emergenciais, albergues ou abrigos especiais, centros de serviços, restaurantes comunitários, casas de convivência, moradias provisórias, habitações definitivas, oficinas, cooperativas de trabalho e comunidades produtivas, além de programas integrados e projetos sociais. (SIMÕES, 2007:322)

O ano de 2004 marca, no cenário nacional, mais um avanço no sentido de legitimar a Política de Assistência Social como uma política de direitos: a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que prevê a proteção social devendo garantir as seguranças de sobrevivência (de rendimento e de autonomia), de acolhida, de convívio ou vivência familiar. Vale frisar que, dentre os princípios dessa política, temos previsto: “Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.” (IV Princípio da Política Nacional de Assistência Social - BRASIL, 2004)

A PNAS prevê enquanto proteções afiançadas: a proteção básica e a proteção especial. A proteção social básica tem como objetivos e destina-se a

[...] prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, 2004:31-32)

É na proteção social especial que se enquadram as ofertas de atendimento às pessoas em situação de rua

¹⁶ Conselho de Monitoramento é instituído pelo Decreto 43.277/2003.

[...] que tiverem seus direitos violados e, ou, ameaçados. [...] No caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos. (BRASIL, 2004:35)

Exemplo de serviço de média complexidade (atendimento àqueles cujos direitos foram violados, mas vínculos ainda não rompidos) para pessoas em situação de rua é a abordagem na rua. Já entre os serviços de alta complexidade (que garantem proteção integral) estão os albergues, repúblicas e casas de passagem, por exemplo.

Em 2004, em São Paulo, assina-se o primeiro Protocolo de Intenções Intersecretarial entre as Secretarias de Assistência Social, Saúde, Habitação e Trabalho, sendo previstas ações para o atendimento das pessoas em situação de rua, em todas as Secretarias. Destaque para a criação do projeto “A gente na Rua”, da Secretaria da Saúde, no qual pessoas em situação de rua são capacitadas e contratadas como agentes comunitários de saúde para atuarem nas ruas¹⁷.

Vale lembrar a promulgação da Lei 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que inclui, no artigo 23º da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993), a criação de programas de amparo às pessoas que vivem em situação de rua, sendo essa a meta para todo o país.

Visando cumprir uma das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social no que tange à primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo (PNAS), o MDS conduziu e empreendeu um processo que culminou na criação da Política Nacional para a Inclusão Social das Pessoas em Situação de Rua, para garantir a organização do atendimento a esse público de forma intersetorial. Assim, o decreto Nº- 7.053, de 23 de Dezembro de 2009, institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

Nesse decreto, conceitua-se em seu artigo 1º - parágrafo único, essa população:

¹⁷ Convém esclarecer que essa não foi a primeira iniciativa em São Paulo de um trabalho intersetorial, já que, na Gestão de Luíza Erundina, várias tentativas também foram realizadas.

Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Também se torna necessário o conhecimento de seu artigo 5º, pois se trata dos princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, que, além da igualdade e equidade, prevê:

- I - respeito à dignidade da pessoa humana;
- II - direito à convivência familiar e comunitária;
- III - valorização e respeito à vida e à cidadania;
- IV - atendimento humanizado e universalizado; e
- V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

O artigo 7º apresenta os objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

- I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;
- II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;
- III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;
- IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;
- V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;
- VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;

- VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;
- VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;
- IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;
- X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;
- XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;
- XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;
- XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e
- XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Os objetivos acima permitem-nos afirmar uma mudança de paradigmas na forma de atendimento a esse público das últimas décadas para a atualidade.

Merece também nossa consideração o artigo 8º, que prevê o padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário devendo observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos. Enfatizamos os parágrafos:

- § 1º Os serviços de acolhimento temporário serão regulamentados nacionalmente pelas instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Assistência Social.
- § 2º A estruturação e reestruturação de serviços de acolhimento devem ter como referência a necessidade de cada Município, considerando-se os dados das pesquisas de contagem da população em situação de rua.
- § 3º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de

Assistência Social, fomentar e promover a reestruturação e a ampliação da rede de acolhimento a partir da transferência de recursos aos Municípios, Estados e Distrito Federal.

§ 4o A rede de acolhimento temporário existente deve ser reestruturada e ampliada para incentivar sua utilização pelas pessoas em situação de rua, inclusive pela sua articulação com programas de moradia popular promovidos pelos Governos Federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

O Artigo 9º institui o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, integrado por representantes da sociedade civil e de diversos órgãos, com a coordenação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Também irão compor esse Comitê: o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o Ministério da Justiça; o Ministério da Saúde; o Ministério da Educação; o Ministério das Cidades; o Ministério do Trabalho e Emprego; o Ministério dos Esportes; e o Ministério da Cultura.

A garantia de uma Política Nacional a esse segmento é fruto de décadas de luta de diferentes setores da sociedade civil e prioridade do atual Governo Federal, que, desde 2005, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -, organizou encontros e pautou esse segmento dentre as prioridades de governo. Como exemplo, citamos a instituição do GTI – Grupo de Trabalho Interministerial, em outubro de 2006, coordenado pelo MDS, com a articulação de diversas áreas, para a elaboração dessa Política, reunindo representantes dos Ministérios da Saúde, Educação, Cidades, Trabalho e Emprego, Cultura e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, que culminou na política já descrita anteriormente.

Mesmo com o avanço relatado até o momento, principalmente no que tange a uma política de direitos e com padrões mínimos a serem garantidos, visando o atendimento digno a essa população, a cidade de São Paulo não tem acompanhado a mesma discussão empreendida nacionalmente. Assim, merecem análise os serviços de atendimento às pessoas em situação de rua, oferecidos pela política de assistência social em São Paulo nos últimos anos.

2.2 A POLÍTICA DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO: 2000-2010

Em 1992, havia, na cidade de São Paulo, 02 albergues e 04 casas de convivência; já em 2001, a rede de serviços a esse público aumentou para 11 Casas de Convivência, 14 albergues, 2 abrigos para idosos, 01 oferta de curso profissionalizante, 2 cooperativas de catadores e um serviço 24 horas de abordagem e encaminhamento (nas ruas).

Os números acima permitem-nos afirmar que a forma mais encontrada de atendimento a esse público, em São Paulo, consiste em albergues e casas de convivência. Giorgetti (2006) conceitua albergues e casas de convivência:

Albergue: trata-se de serviço emergencial destinado a todas as pessoas que se encontram nas ruas e não têm meios para satisfazer suas necessidades básicas; destina-se, sobretudo, às pessoas que não apresentam nenhuma ou têm poucas condições para se manter sozinhas sem o apoio de uma instituição social.

Casas de Convivência: esses serviços funcionam apenas durante o dia e propiciam aos moradores de rua a possibilidade de cuidar da higiene pessoal, lavar suas roupas e guardar seus pertences; dá-se, porém, nesse espaço, maior ênfase às atividades socioeducativas, de socialização e organização em grupo, visando aumentar a auto-estima de seus beneficiários. (GIORGETTI, 2006:137)

A autora apresenta oportuna reflexão, quando aponta que, entre 1992 e 2001,

[...] os equipamentos sociais, além de concentrarem ações emergenciais e socioeducativas, não tinham propostas referentes à moradia e à inserção profissional. Acrescenta-se a isso, o **fato de não haver na cidade serviços que levassem em conta a diversidade da população de rua** quanto a sexo, idade, tempo de rua. (grifos nossos)

Acrescenta, ainda, que os diferentes graus de autonomia também não eram considerados, já que a rede não diferenciava pessoas que acabavam de chegar a essa situação daqueles que não conseguiam mais viver sem o apoio institucional.

A forma como esse atendimento era prestado também foi alvo de reflexão dessa autora, constatando práticas predominantemente assistencialistas.

Em relação aos princípios de universalidade, respeito e dignidade, equidade e integralidade, a rede de proteção social implementada deixava a desejar. Em primeiro lugar, porque não atendia a toda a população de rua, e muitos, dos equipamentos sociais não conseguiam realizar serviços que levassem em consideração o respeito à dignidade dessa população, oferecendo, em alguns casos, serviços de “segunda mão”. As situações mais urgentes não eram priorizadas; o morador de rua não era considerado como um todo, e a maior parte do trabalho realizado era um atendimento de massa. Muitos albergues tinham capacidade de atendimento para mais de trezentas pessoas e se encontravam debaixo de viadutos. (GIORGETTI, 2006:141)

Assim, durante muito tempo, em São Paulo, a questão das pessoas em situação de rua ficou a cargo das organizações religiosas; o poder público, com o papel de financiamento dessas ações, que não eram padronizadas; e a oferta dos serviços ia de acordo com a concepção de cada um do que deveria ser o trabalho social a ser desenvolvido.

Giorgetti (2006:144) também aponta o problema na desarticulação dessa “causa”, já que “o setor composto pelos representantes das instituições de São Paulo não consegue se mobilizar para se fazer ouvir, tampouco tornar o problema do morador de rua como uma prioridade do município” .

Nesse item, serão também apresentados os resultados das principais pesquisas que avaliaram a oferta do atendimento prestado à população em situação de rua pela política de assistência social na cidade de São Paulo, nesse período. Dessa forma, dividiremos os períodos de acordo com as diferentes gestões municipais, destacando avanços e apontando limites constatados de acordo com os levantamentos realizados, tanto bibliográficos, quanto documentais e empíricos.

2.2.1 Entre 2000 e 2004: a padronização dos serviços de atendimento às pessoas em situação de rua

Como já citado neste capítulo, ênfase merece ser dada à conquista de padrões mínimos de referência no âmbito dos serviços prestados pela política de assistência social, incluindo o atendimento ao segmento pessoas em situação de rua.

Nesse sentido, em 2003, a Secretaria Municipal de Assistência Social publicou, fruto de uma consultoria da Fundação Carlos Chagas e do Instituto Florestan Fernandes, o Subsídio para padrões de qualidade dos serviços de assistência social.

Com relação aos serviços de atendimento às pessoas em situação de rua, destacamos:

- **Abrigo para adultos sob cuidados especiais:** com o objetivo de acolher pessoas em processos terapêuticos físicos ou mentais, com padrões de dignidade, até que seja possível o alcance de um grau de autonomia pessoal. Destinado ao abrigamento de homens e mulheres, incluídos idosos e pessoas com deficiências, de ambos os sexos, em situação de rua [...] que necessitam de cuidados de saúde, após alta hospitalar recebida da rede pública de saúde (serviço desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde).
- **Abrigo Especial de Mulheres:** visando acolher mulheres, oferecendo-lhes condições para o desenvolvimento de sua autonomia pessoal e social, oferecendo abrigamento para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, que se encontram em situação de rua ou em situação de vulnerabilidade e risco social. A oferta de atendimento dá-se ininterruptamente, em regime aberto e co-gestão.
- **Moradia Provisória:** um serviço com o objetivo de acolher e fortalecer a pessoa para alcançar sua autonomia pessoal em moradias independentes (pensões, casas de famílias, locação social, casa própria etc.). Destinada para grupos de, no máximo, 20 pessoas, entre homens, mulheres e idosos, em situação de rua ou abandono, e em processo de reinserção social, a partir de 18 anos, ou ainda famílias, com ou sem crianças e adolescentes. Destinada para pessoas independentes e socialmente ativas, são atendidas, nessa modalidade, mediante encaminhamento da rede socioassistencial de acolhida.
- **Núcleo de Serviços com Albergue:** com o objetivo de acolher por meio de abrigamento provisório, homens, mulheres e famílias que se encontram em situação de rua. Divide-se em 4 tipos:
 - Albergue: atende em período noturno;
 - Núcleo de Serviços/Convivência: atende em período diurno;

- Núcleo de Serviços com Albergue I (funcionamento 24 horas);
- Núcleo de Serviços com Albergue II (funcionamento 24 horas, incluindo a oferta de abrigo de pessoas com necessidades especiais).

Esclarecemos que, na padronização desses serviços, consta a descrição das ofertas, além da explicação do trabalho social e do trabalho socioeducativo a serem desenvolvidos nesses locais.

Em linhas gerais, são ofertas do trabalho social a ser desenvolvido: recepção, escuta, orientação individual/grupal/familiar, orientações e encaminhamentos, orientação para obtenção de documentação pessoal, referência e contrarreferência por meio da articulação com os serviços locais e os Centros de Referência da Assistência Social, além do banco de talentos (oferta de cadastro de potencialidades e capacidades operativas dos usuários).

Fazem parte do trabalho socioeducativo: a capacitação e preparação para o mundo do trabalho e o desenvolvimento do convívio, por meio da oferta de espaços para estar e para lazer, bem como a inserção em atividades culturais, desportivas e de lazer, além da participação em fóruns, conselhos e debates do segmento relacionados à defesa da cidadania.

Além da oferta desses serviços, destacamos a presença do Programa Acolher – Reconstruindo Vidas, que, durante a gestão da prefeita Marta Suplicy, era o responsável pela abordagem das pessoas nas ruas e encaminhamento para a rede de serviços.

Na ocasião, o serviço a esse público era divulgado no site da Secretaria de Assistência Social da seguinte forma:

População de rua: serviço desenvolvido pela Central de Atendimento Permanente, que visa à abordagem das pessoas em situação de rua para informação dos serviços prestados pela Prefeitura e encaminhamentos para abrigo, quando a pessoa desejar. Conhecido como Serviço Permanente de Recolhimento e Proteção Especial, conta também com serviços de retaguarda: Casas de Convivência, Abrigos, Albergues, Moradia Provisória e projetos de Qualificação Profissional.¹⁸

¹⁸ Recorte elaborado a partir da pesquisa realizada no período, no site da Secretaria de Assistência Social, apresentada na minha dissertação de mestrado, defendida em 2002.

Como qualificação profissional, entende-se programas de inserção produtiva, voltados à geração de renda ou capacitação profissional. Também contávamos, no período, com um Restaurante Comunitário (inaugurado na gestão Pitta e com o objetivo de oferecer alimentação em condições dignas como alternativa às organizações que serviam alimentação nas ruas) e o bagageiro municipal.

2.2.2 Entre 2005 e os dias atuais

Com a posse de José Serra, em janeiro de 2005, a Secretaria de Assistência Social é substituída pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Logo no início dessa gestão, vale o destaque no aumento no número dos então chamados “agentes de proteção social” – antigos agentes de acolhida, com a criação do Programa Presença Social nas Ruas – São Paulo Protege.

O número de agentes comunitários de saúde para pessoas em situação de rua também aumentou no início desse período e foram criadas 1.300 vagas em frentes de trabalho para esse público.

Vale lembrarmos que, mesmo com diferentes tentativas de realização de um trabalho intersetorial a esse público (já a partir de 1992), sempre coube SMADS (antiga Secretaria do Bem-Estar Social/Assistência Social) a coordenação e articulação dessas ações a esse segmento.

Com a mudança de governo, algumas nomenclaturas foram alteradas para serviços que já eram realizados na gestão anterior, mas, em linhas gerais, as formas de atendimento sofreram pouca alteração. São os seguintes serviços de atendimento às pessoas em situação de rua no período (2005-2008) que sofreram alterações:

- Presença Social nas Ruas: compondo as ações do Programa São Paulo Protege, visando à abordagem das pessoas em situação de rua e, por meio da escuta e vínculo, estabelecer propostas alternativas à situação de rua ou ainda encaminhamentos variados de acordo com a situação apresentada;

- Alteração da nomenclatura de Moradia provisória para República Social, no entanto, mantendo-se as mesmas prerrogativas;
- Surgimento da modalidade Hotel Social: cujo abrigo se dá em hotéis sociais conveniados para pessoas com alguma fonte de renda e autonomia;
- Fechamento da Casa de Cuidados (com retaguarda da Secretaria da Saúde), inaugurada na gestão anterior.

Vale apresentar os dados de uma pesquisa da FIPE, que estudou a rede dos albergues conveniados com a então SMADS, cujo trabalho de campo foi realizado entre maio e junho de 2006¹⁹.

Dessa forma, foram entrevistados os coordenadores, os agentes educacionais e os assistentes sociais de todos os albergues e núcleo de serviços com albergues conveniados. Foram utilizados como instrumentos de pesquisa: questionários, roteiro de observação dos pesquisadores, além de formulário preenchido pelas organizações.

Dentre os objetivos da pesquisa, enfatizamos a descrição das condições de atendimento à população e a sugestão de indicadores para construção de um manual de operações para acompanhamento das organizações conveniadas.

Foram analisados, na pesquisa, três conjuntos de indicadores:

- Condições físicas e materiais: relacionadas à oferta de espaço físico e acomodações;
- Organização e funcionamento: que analisou a capacidade, público atendido, regras gerais de funcionamento e principais problemas apontados pelos responsáveis pelos serviços;
- Trabalho social e educativo: analisou o quadro de recursos humanos para a execução dos trabalhos, atividades desenvolvidas (treinamento e supervisão) e também as condições de estímulo à aquisição de autonomia dos albergados.

¹⁹ Material disponibilizado para este estudo por funcionários da SMADS.

Como características gerais dos albergues, levantadas na pesquisa, temos:

- Dentre os 26 albergues pesquisados, 38,5% atendem até 100 pessoas, 30,8% atendem entre 101 e 200 pessoas, 15,4% entre 201 e 300 pessoas e 15,4% atendem entre 301 e 550 pessoas;
- Dentre os 17 núcleos de serviços pesquisados, 47,1% atendem até 100 pessoas, 47,1% entre 101 e 200 pessoas e 5,9%, entre 201 e 300 pessoas;
- em albergues, eram ofertadas, no período, 4824 vagas, sendo: 4050 masculinas, 460 femininas e 314 para famílias;
- Apenas 53% dos albergues apontaram a realização de, pelo menos, uma reunião por mês, com o objetivo dos usuários participarem na definição e alteração das regras do serviço;
- A maioria dos desligamentos automáticos davam-se em função de agressão física a funcionários (96%), faltas consecutivas sem justificativa (92%) e ainda agressão física a outro usuário (92%);- com relação ao quadro de recursos humanos, em 50% dos albergues, o número de funcionários é igual ao previsto (pela Portaria 15/2004); em 42%, é maior que o previsto e, em 8%, é menor do que o previsto;
- A média de usuários por assistente social encontrada na pesquisa é de 133, enquanto a legislação prevê 1/100;
- A média de usuários, por agente educacional, é de 26,5, enquanto o previsto seria 1/50;
- Com relação a ações voluntárias, foram encontradas, na pesquisa, 114 pessoas em 20 albergues, sendo 56 em funções de rotina e 58 em funções complementares. Em 11 albergues, foram encontrados entre 01 e 11 usuários como voluntários;
- O tempo de trabalho dos funcionários indica que, em todas as funções, existe grande número de funcionários há mais de um ano trabalhando no albergue, conforme os dados: 79% dos coordenadores encontram-se há mais de um ano no albergue; e ainda, 64% dos assistentes sociais, 78% dos agentes educacionais e 74% dos auxiliares de coordenação;
- Em 69% dos albergues, a supervisão dos agentes educacionais é feita pela coordenação, auxiliar de coordenação e serviço social. Em 57% dos albergues, a

supervisão do Serviço Social é feita pela coordenação, e, em 26%, indicam a supervisão se SAS²⁰ e SMADS.

O trabalho social nos albergues, apontado na pesquisa, se dá-se por meio da acolhida, escuta, atendimento individual, elaboração do projeto de vida do usuário, atendimento em grupo e encaminhamentos.

A pesquisa aponta, ainda, que 96% dos atendimentos individuais acontecem na ocasião do cadastramento; 96%, quando solicitado; 92%, no retorno dos encaminhamentos; 76%, no ato do desligamento; e 68%, mensalmente.

Com relação aos encaminhamentos, 100% são para a área da saúde e aquisição de documentação; seguidos de 84% para a área da educação; 77% para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); 69% para trabalho; 65% para moradia; e 53% para cultura.

Para que os usuários consigam encaminhamento para moradia provisória, 91% utilizam como critério a presença de um emprego e renda.

Com relação às atividades de lazer e socioeducativas, realizadas nos albergues, 92% indicam a presença da televisão; 73%, jogos; 53%, palestras; 46%, cinemas; e 23%, passeios.

Os agentes educacionais entrevistados apontam como o principal problema enfrentado no trabalho (58%) o uso de álcool e drogas pela população; na sequência, 27% indicam a sobrecarga de trabalho inerente à própria função. No entanto, a pesquisa agrupou os problemas apontados pelos agentes educacionais e 76,9% indicam como principal problema o perfil do usuário.

O mesmo também aconteceu no levantamento realizado junto aos coordenadores dos serviços. Nos albergues, 72% dos coordenadores indicaram o comportamento e o perfil dos usuários como um problema e essa frequência chega a ser de 53% para os coordenadores dos núcleos de serviços.

Com relação aos problemas ocorridos nos albergues e núcleos de serviços no mês anterior à pesquisa, são apontados pelos albergues, em 96,2%, a presença de pessoas alcoolizadas. Também é alto o índice de pessoas com problemas agudos de saúde, apontado por 84,6% dos serviços pesquisados. 76,9% também indicam a presença de agressão e violência por parte dos usuários.

²⁰ SAS - Supervisão de Assistência Social: em função da descentralização do atendimento, cada uma das 31 subprefeituras possuía uma SAS.

Nos Núcleos de Serviços, o álcool também é o problema mais identificado, 76,5%; seguido de pessoas dependentes químicas (52,9%).

No que tange às dificuldades apontadas em relação ao quadro de funcionários, 50% indicam o número insuficiente deles. Apenas 23% apontam a necessidade de qualificação e treinamento dos funcionários.

Novamente, quando questionados acerca dos problemas na realização do trabalho social e socioeducativo nos albergues e núcleos de serviços, tanto os albergues (69%) quanto os Núcleos de Serviços (35%), indicam o problema de comportamento dos usuários. Ressaltamos ainda que 47% dos Núcleos de Serviços apontam como problema o funcionamento insuficiente e desarticulado da rede.

Com a troca de gestão, no início de 2009, novamente algumas mudanças acontecem. E a atual configuração do atendimento às pessoas em situação de rua dá-se dessa forma, de acordo com informações obtidas no site oficial da atual Secretaria de Assistência Social, resumidas a seguir:

Central de Atendimento Permanente e de Emergência: Serviço de prontidão 24 horas para atender as ocorrências de responsabilidade da Assistência Social. Sua estrutura operacional foi criada tanto para estar presente em caráter de urgência em calamidades públicas, ao lado da Defesa Civil, como para supervisionar o acolhimento de usuários que procuram a rede, já que esse órgão também presta atendimento a “**moradores em situação de rua**”, visando o atendimento daqueles que precisam de acolhimento imediato. Essa solicitação pode ser feita por qualquer munícipe. As equipes percorrem as áreas de maior incidência de moradores em situação de rua para efetivar o acolhimento.

De acordo com a PNAS, o atendimento à chamada “população de rua” é organizado pela Coordenadoria de Proteção Social Especial, que “[...] possui uma rede de atendimento socioassistencial voltado à população adulta em situação de rua, atuando no âmbito da criação de políticas públicas em consonância ao SUAS - Sistema Único de Assistência Social”.

Os serviços apresentam as seguintes ofertas: abordagens sistemáticas nas ruas e pontos de concentração dessa população visando o encaminhamento para os núcleos de serviços e convivência, centro de acolhida e centros de acolhida especiais para o atendimento a idosos, mulheres e catadores.

Podemos perceber a mudança de nomenclatura dos albergues para centros de acolhida. Os serviços de incentivo à geração de renda e capacitação profissional permanecem, destacando-se a criação de três novos serviços:

- Atenção Urbana: que consiste em um espaço de Convivência, na região Central de São Paulo, com funcionamento diário das 9h às 21h. Também, nesse serviço, há presença da educação social de rua, com abordagem e encaminhamentos de pessoas adultas no centro de São Paulo para a rede de serviços;
- Jardim da Vida ou Espaço de Convivência “Dom Luciano Mendes de Almeida”: serviço alternativo com funcionamento diário visando o fortalecimento do convívio;
- Morada Nova Luz: um Centro de Acolhida Especial para o atendimento de idosos independentes.

Mantém-se o serviço denominado “Operação Baixas Temperaturas”, conhecido também, em outras gestões, como Frentes Frias, Operação Inverno, dentre outras nomenclaturas, visando o acolhimento da **“população de rua”** sempre que a temperatura for igual ou menor a 13 graus centígrados, sendo as vagas ampliadas nos Centros de Acolhida.

Durante a pesquisa documental para a realização deste item, pudemos perceber ausência de cuidados quanto à terminologia encontrada para esse público, muitas vezes sendo identificados como: “moradores em situação de rua” ou “população de rua”, não se mantendo uma concepção teórica única na escolha de sua utilização e/ou identificação, já que, em cada documento, uma expressão diferente era apresentada sem a cautela de uma uniformidade metodológica.

A rede de atendimento a esse público conta, hoje, com 40 serviços e capacidade para 8.000 atendimentos. Em documento disponibilizado em entrevista com representante da Coordenadoria de Proteção Especial, pudemos dividi-los da seguinte forma:

Tabela 6 - Distribuição de vagas – serviços durante a noite

Tipo de serviço - noite	Vagas-masculinas	Vagas-femininas	Vagas-crianças	Vagas-famílias	Idosos-masculino	Idosos-feminino	Misto
Centros de Acolhida	4.756	550	20	Zero	35	25	Zero
Centro de Acolhida Especial	118	210	Zero	80	294	76	Zero
Repúblicas	146	24					112
Hotel Social	153						

A tabela acima permite-nos afirmar que a maior oferta de vagas ainda é masculina, já que, do total de vagas oferecidas durante a noite, 11,8% são destinadas às mulheres. Convém dizer que o atual Censo (2009) indica a presença de 15,5% de mulheres em situação de rua.

Tabela 7 - Distribuição de vagas – serviços durante o dia

Tipo de serviço - dia	Vagas masculinas	Vagas femininas	Misto
Centros de Acolhida	526	90	1060
Núcleo de incentivo à economia solidária			530
Núcleo de convivência			940
Núcleo de convivência com restaurante			500
Bagageiro			236
Presença Social nas ruas			2.130

Já na oferta dos atendimentos durante o dia, a maioria das vagas são mistas. Apenas com relação aos Centros de Acolhida, do total ofertado de vagas, 17,1% são destinadas às mulheres.

Tabela 8 - Vagas noturnas, segundo a Relação dos Serviços – Proteção Especial

RESUMO	NOITE	DIA	TOTAL
Centros de Acolhida	5.386	1.676	7.112
Centro de Acolhida Especial	778		778
Repúblicas	282		282
Hotel Social	153		153
Total	6.599	1.676	8.295

Retomamos os dados apresentados no capítulo anterior, no que tange ao número de pessoas em situação de rua levantado no último Censo (2009), quando foram identificadas 13.666 pessoas em situação de rua, estando apenas 51,8% acolhidos em alguma modalidade de atendimento e 48,2% nas ruas.

Tabela 9 - Vagas diurnas, segundo a Relação dos Serviços – Proteção Especial

Núcleo de incentivo à economia solidária	530	530
Núcleo de convivência	940	940
Núcleo de convivência com restaurante	500	500
Total		1.970
Presença Social nas ruas		2.130

Os dados apresentados na última tabela permitem-nos constatar que a maior oferta de atendimento encontra-se no período noturno. Ainda analisando os documentos disponibilizados pela SAS – equipe de Proteção Especial, constatamos que 1.534 vagas nos Centros de Acolhida estão na região central (área compreendida pela Subprefeitura da Sé). Ainda nessa região temos: 248 vagas em Casas de acolhida especial e 212 em República. Desta última modalidade, 112 vagas seriam fechadas até o final desta pesquisa. O maior número de vagas na região central consiste nos núcleos de convivência – 470 – e ainda as 500 vagas do refeitório comunitário. As vagas juntas somam 2852, sendo 1882 vagas noturnas e o restante diurnas..

Com relação ao número de pessoas em situação de rua, apontado no último censo, vivendo na região que compreende a subprefeitura da Sé (distritos: República, Sé, Liberdade, Santa Cecília, Consolação, Bom Retiro, Bela Vista, Cambuci e Barra Funda), temos:

Tabela 10 - Pessoas em situação de rua na região Central (Subprefeitura Sé)

Distritos	Moradores de rua	%	Acolhidos	%
Barra Funda	66	1,3%	-	-
Bela Vista	138	2,1%	125	1,8
Bom Retiro	165	2,5%	290	4,1
Cambuci	53	0,8%	-	-
Consolação	175	2,7%	-	-
República	1570	23,8%	200	2,8
Sé	1195	18,1%	139	2
Liberdade	128	1,9%	286	4
Santa Cecília	309	4,7%	1025	14,4
Total	3801	57,9%	2065	29,1

A tabela sintetizada acima demonstra que 57,9% dos que se encontram na rua estão na região central compreendida nos distritos referentes à subprefeitura da Sé. Ao mesmo tempo, do total de pessoas acolhidas levantadas pelo Censo (2009), 7079 pessoas, 29,1% estão acolhidos na região central, ou seja, há um déficit de vagas nessa região para atender toda a demanda existente.

De acordo com os valores de repasses financeiros mensais²¹ destinados à assistência social, temos R\$ 22.694.265,97, em 933 convênios, com meta de 165.488 atendimentos. A Região da Sé possui o maior número de convênios – 59 – e o maior repasse: R\$ 2.287.322,25. Se dividirmos em proteção básica e especial, desses 59 convênios (9.885 meta de atendimento), 23 são convênios de proteção básica (5.344); 17, convênios de proteção especial de média complexidade (2.152

²¹ Fonte: SMADS, dez. 2008 - SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Planejamento. Infocidade. Disponível em: <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/infocidade/>>.

meta de atendimento); e 19, de proteção especial de alta complexidade (2.389 meta de atendimento). A região da Sé é a que possui o maior número de convênios de proteção especial da cidade.

2.3 SERVIÇOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PESQUISADOS

Visando melhor compreender a dinâmica dos atuais serviços de assistência social que atendem pessoas em situação de rua, bem como entrar em contato com o que pensam os funcionários sobre a população atendida, foi elaborado questionário, aplicado, por amostragem, nas modalidades de atendimento existente, buscando também garantir a diversidade dos funcionários, com ênfase à coordenação, serviço social e agentes educacionais.

Nesse sentido, foram visitados 10 serviços, sendo: 01 República, 01 Centro de Acolhida Especial, 01 Núcleo de Serviços, 01 Núcleo de Serviços com Refeitório e 06 Centros de Acolhida.

Durante as visitas, foram entrevistados 11 agentes educacionais, 6 assistentes sociais, 04 coordenadores e 02 agentes operacionais, totalizando 23 funcionários.

Desse total, destacamos o perfil a seguir:

Tabela 11 - Quanto ao sexo dos funcionários pesquisados

Função	Masculino	Feminino	Total
Assistente Social	02	04	06
Coordenação	01	03	04
Agentes educacionais	10	01	11
Agentes operacionais	02	00	02
Total	15	08	23
%	65,2	34,8	100

Segundo a tabela acima, podemos afirmar que tentamos garantir, no universo pesquisado, a incidência de funcionários homens e mulheres. No entanto, dentre os agentes educacionais, houve incidência muito maior de funcionários, sendo encontrados, nos serviços pesquisados, muito mais homens atuando nessa função do que mulheres.

A tabela a seguir mostra o grau de escolaridade dos entrevistados. Vale o esclarecimento que o alto índice de pessoas com o ensino superior completo trata-se de uma exigência, tanto para a função de assistente social, quanto para o cargo de coordenação.

Tabela 12 - Quanto à escolaridade dos funcionários pesquisados

Função	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Pós-graduação
Assistente Social	-	-	-	03	03
Coordenação	-	-	-	03	01
Agentes educacionais	01	02	05	03	-
Agentes operacionais	01	01	-	-	-
Total	02	03	05	09	04
%	8,7	13,1	21,7	39,1	17,4

Vale também o esclarecimento que, de acordo com a portaria 30/SMADS/GAB/2007, para a função de agente educacional, existe a possibilidade para a execução da função de pessoas com ensino médio ou com superior completo. Já para as funções de apoio, como cozinheiro e agente operacional, a exigência é ser alfabetizado. Apenas para a função administrativa, exige-se o nível médio. Apenas um agente educacional pesquisado não possui a escolaridade exigida.

Tabela 13 - Quanto ao tempo de trabalho no local da entrevista dos funcionários pesquisados

Função	Menos de 6 meses	Entre 6 meses e 01 ano	Entre 01 e 02 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Mais de 10 anos
Assistente Social	-	03	01	01	01	-
Coordenação	-	-	-	-	02	02
Agentes educacionais	02	01	-	07	01	-
Agentes operacionais	-	-	-	02	-	-
Total	02	04	01	10	04	02
%	8,7	17,4	4,3	43,5	17,4	8,7

A tabela anterior demonstra que apenas 26,1% trabalham no local pesquisado há menos de um ano. Já a tabela a seguir mostra o tempo que os entrevistados trabalham com pessoas em situação de rua. Destaque para 82,6% que trabalham com esse público há mais de 2 anos; e mais de 50%, há mais de 5 anos, conforme descrito abaixo:

Tabela 14 - Quanto ao tempo de trabalho com pessoas em situação de rua dos funcionários pesquisados

Função	Menos de 6 meses	Entre 6 meses e 01 ano	Entre 01 e 02 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Mais de 10 anos
Assistente Social	-	02	--	01	02	01
Coordenação	-	-	-	-	-	04
Agentes educacionais	01	01	-	05	01	03

CONTINUAÇÃO

Agentes operacionais	-	-	-	01	01	-
Total	01	03	Zero	07	04	08
%	4,3	13,1	-	30,4	17,4	34,8

Dentre os 23 funcionários entrevistados, mais de 70%, independente do tempo, encontraram com esse público o primeiro emprego, sem experiência anterior na área social. Esse fator também foi observado e analisado por Giorgetti (2006), em sua tese, quando pesquisou as instituições sociais paulistanas e estabeleceu um estudo comparativo com as parisienses.

Com relação a isso, a autora aponta que:

[...] essa formação técnica ainda não ter sido consolidada enquanto prática obrigatória, sobretudo em São Paulo, ocorre porque esta cidade, assim como o resto do país, sofre uma carência de políticas sociais que colabora para que tudo o que se refira ao social permaneça inexplorado. [...] esse dado justifica o fato de a maioria dos funcionários das instituições sociais paulistanas nunca ter realizado um trabalho social com os moradores de rua antes do emprego atual [...]. (GIORGETTI, 2006:173)

Dividiremos as respostas das perguntas abertas em três blocos, sendo eles:

- Limites e possibilidades da função exercida;
- Avaliação do serviço oferecido pelas casas de acolhida;
- Respostas ligadas à concepção do trabalho e ao público atendido;

Também apresentaremos o cruzamento das respostas, de acordo com as funções entrevistadas, ou seja, separadas pelos grupos: assistentes sociais, agentes educacionais, coordenadores e agentes operacionais.

2.3.1 Limites e possibilidades da função exercida

Com relação à função desempenhada, podemos destacar, entre os coordenadores, um papel administrativo, de monitoramento e de controle das ações desenvolvidas no serviço pelos outros funcionários, além da representatividade institucional, apontada pela maioria dos coordenadores entrevistados. Assim, pontuamos entre as respostas as funções exercidas pela coordenação dos serviços, a saber: coordenação da equipe, organização da parte burocrática, representações em Fóruns, prestação de contas, acompanhamento/auxílio no desenvolvimento das atividades, entre outras.

Ao serem questionados sobre as dificuldades no desempenho da função, o leque de respostas amplia-se, já que são analisados desde fatores inerentes ao perfil da população atendida, como também problemas relacionados à falta de recursos, infraestrutura e dificuldade na própria implantação e gestão da política pública, como podemos destacar nos depoimentos abaixo:

[...] álcool, crack generalizado, pessoas mais irritadas, não consegue estabelecer limites, as pessoas que se encontram em situação de rua devido aos albergues e a assistencialismo se tornam infantilizadas [...]. (C01)

São Paulo iniciou tarde o processo de implantação do SUAS em relação a outros Estados, fora isso no meu entendimento a Lei não estabeleceu os processos para sua reestruturação, da mesma forma que é um processo que o traz para rua, a saída também necessita ser bem estruturada, planejada (atendimento multidisciplinar) visando, resgatar estima, saúde, elevação da escolaridade, profissionalização, família. Acredito que a Assistência criou vítimas durante muito tempo, todos os serviços estão para atender o básico e primordial, atualmente é comum as pessoas serem conhecedoras de seus direitos, mas esquecem de seus deveres, esse tem sido o maior desafio para romper esse círculo vicioso. (C02)

[...] não tem tido muitas, só a ansiedade que eles saiam para um lugar melhor, o resto dá para contornar. (C03)

Posso apontar muitas dificuldades, como a baixa remuneração dos funcionários e a própria vulnerabilidade da população atendida, já que o perfil é muito diversificado: são crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas de outros países, pessoas que vieram de várias situações, tem crescido muito o número de egressos – um público que não pode ficar na rua, mas não tem vagas para encaminhar. Faltas de vagas nos

centros de acolhida. Isso dá muito desânimo, funcionários pedem demissão e, de certa forma, para o gestor do projeto, isso tem relação com o seu trabalho com a equipe. O álcool e a droga também são um problema. (C04)

Quando perguntamos sobre o êxito do trabalho realizado, 100% dos coordenadores apontam a resposta “em partes”, estabelecendo uma análise mais ampla entre os resultados obtidos e a oferta do atendimento frente a uma política pública mais ampla. Merece destaque uma coordenação que separa as funções da organização conveniada e do poder público, quando diz:

[...] enquanto organização social, eu obtenho êxito, agora falta empenho do poder público, por isso minha resposta é em partes... (C03)

Acrescentou, ainda, que “suporte da entidade nós temos, falta da prefeitura, por exemplo capacitar os funcionários, aumentar os salários”.

Com relação ao trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais, destacam-se o atendimento individual (na maioria das vezes), atendimentos em grupos e encaminhamentos, como listamos a seguir:

- acolhida dos usuários, relatório social, captação de recurso, reuniões em grupo, recepção de pessoas encaminhadas pelo CRAS, confecção de cadastramento, entrevistas individuais, encaminhamento para tratamentos de saúde, tratamento nas clínicas para álcool e drogas, obtenção de documentos, auxílio BPC, estabelecimento de contato com a família e possível retorno ao convívio familiar. E também encaminhamento para trabalho, realização de grupos como autoconhecimento e autoestima, encaminhamento para cursos (por exemplo: elétrica mecânica, e pintor).

Com relação às dificuldades encontradas na função, a mesma análise feita na fala dos coordenadores entrevistados também pode ser observada no discurso dos assistentes sociais, já que as dificuldades enfrentadas vão desde o perfil e complexidade da população atendida, problemas institucionais, até problemas nos encaminhamentos adequados em função da ausência de retaguarda da política

pública municipal. Dentre os depoimentos dos assistentes sociais quanto a essa questão destacamos:

[...] carência de recursos para efetivar os encaminhamentos e para facilitar a saída do usuário do albergue, encontrar algum local para encaminhar um usuário que não tem perfil para a moradia provisória mais trabalha, tem uma carência de recursos. (AS01)

[...] transporte, número de funcionários para acompanhar alguns usuários ao médico, ao banco. Usuário é meio acomodado [...]. Tem aquele povo que não quer nada. (AS02)

Vieram de albergues então ainda há muitas brigas, elevador sempre quebrado, idosos que não conseguem descer as escadas, não tem carro, sempre tem que chamar o SAMU ou um táxi, falta respaldo da prefeitura. E os idosos sentem-se bravos por ter alguém dando ordem, o que causa alguns atritos. (AS04)

Falta de comunicação entre os serviços da prefeitura, falta de políticas públicas, burocracia (ex: SAMU demora a atender e tem preconceito contra a população em situação de rua e o bom prato que tem filas enormes e eles não conseguem almoçar). (AS05)

Trabalhar para uma entidade religiosa, o que influencia de certa forma para o exercício da profissão. É quase um retorno às origens do Serviço Social, antes da Reconceituação. A categoria não tem uma hegemonia. O não reconhecimento, ou melhor, desconhecem qual o trabalho de um assistente social como profissão, muitas vezes ainda associando este profissional à ajuda, àquele “que passa a mão na cabeça”. (AS06)

Ao perguntarmos quanto ao êxito do trabalho que realizam, 66,6% apontam “em partes”, justificando a questão estrutural da política pública oferecida, como a AS01, que responde “em partes porque eu não consigo que todos saiam do albergue por uma questão de autonomia, não consigo que todos saiam por esse motivo. Às vezes, ele sai para voltar para rua, então é em partes porque eu não alcanço a totalidade”.

Os que afirmam obter êxitos com o trabalho separam a sua atuação profissional dos entraves maiores, contabilizando os sucessos, mesmo que, por vezes, pequeno:

Sim, pois pelo menos quatro ou cinco saem por mês, e no serviço prestado buscam o bem estar. (AS05)

Sim, porque sei da limitação exterior, portanto não me responsabilizo por não ter um êxito pleno dado ao histórico como são constituídos os serviços. O que me alimenta o enfrentamento, ao que me compete, para ir em busca da realização. (AS06)

A função dos agentes educacionais foi a que maior apresentou diversidade na lista de tarefas desempenhadas desde a proposta de atividades, em sua maioria, ligadas à experiência do educador, até o acompanhamento da rotina do serviço, como dar suporte na limpeza, acompanhamento do banho, da entrada e das refeições dos usuários, como destacamos a seguir:

Cadastro e pernoites. Levo ao médico. (AG01)

Atendo pernoite, de manhã acompanho o almoço e as pessoas que necessitam de médico chamo o SAMU²². (AG02)

No socioeducativo quase nada, é mais o serviço social que faz, fico na portaria, recepção, entrego kit de higiene. Quando tem que fazer algum acompanhamento, faço. (AG03)

Ver se está tudo em ordem, manutenção, quartos limpos, refeitórios e vejo a necessidade deles. O que eles precisam falam para mim. (AG04)

Tudo, de enfermeiro a psicólogo, limpo o que se faz, depende da situação. (AG05)

Pau pra toda obra. Atendimentos, distribuição de roupa, distribuição de funções, administrar conflitos. (AG06)

[...] deveria estar fazendo atividade de educador mesmo, mas eu faço entrada do pessoal, a recepção. (AG10)

Com relação às dificuldades no desempenho da função, destacamos:

A princípio fui lidar com os alcoólatras. Foi um desafio. (AG01)

A dificuldade mesmo é a comunicação com a chefia, devido à carga horária (21h30 às 09h30). Quase não encontro, se acontece algo grave, ligo na casa dos coordenadores, pois

²² SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) é um programa que tem como finalidade prestar o socorro médico à população em casos de emergência.

quase não nos encontramos, é difícil. Horários de reuniões são fora do horário de expediente da gente. (AG02)

Falta de segurança, estar vulnerável e pegar doenças (piolho, muquirana). (AG03)

Mais problema com a coordenação que não se afina com a equipe. Anota e vê o que pode ajudar. (AG04)

Definição do perfil do que é morador de rua. Não tem como definir, vai da necessidade. (AG05)

Dois pontos: Poder público entende que o morador de rua só tem direito, quando fala de deveres... Por que não tem contrapartidas? (AG06)

[...] falta de interesse. Muitos deles não têm interesse em melhorar de vida, sai desse albergue, vai para outro, e assim vai. Faz uma turnê entre os albergues e acaba voltando para cá. Outro problema, não dá para atender todo mundo. A demanda é maior do que a oferta, isso gera tumulto, discussão na porta, o pessoal xinga você, é você que está regulando as vagas e assim vai. (AG07)

[...] a pessoa começa a trabalhar, mas é viciado – dependente químico – usa tudo, arruma emprego, mas não consegue se estruturar por causa disso. (AG09)

[...] a falta de verbas, políticas públicas, pois as que têm não dão conta da demanda existente. (AG11)

Podemos perceber, de acordo com os depoimentos acima, que, dentre os agentes educacionais, existe muito mais a responsabilidade individual pela situação de rua do que uma análise mais ampla. Isso repercute diretamente na função realizada e ainda em como veem o público atendido. Dessa maneira, como esses trabalhadores sociais poderão pensar em uma ação que seja educativa, baseando esse atendimento na concepção e no entendimento do perfil dos atendidos enquanto um problema para o trabalho a ser realizado? Essa questão voltará a aparecer quando retomarmos a discussão de como compreender a situação de rua e como veem a saída dessa condição.

Com relação ao êxito do trabalho que realizam, 45% afirmam que sim; enquanto 27% declararam em partes; e 9%, que não; outros 18% não souberam responder a questão. Exemplificamos:

Não. Albergue em si é um erro porque promove um ciclo vicioso na pessoa e deixa a pessoa sem ter vontade . O cara que está aqui hoje não tinha o que ele tem hoje e encontrou aqui. Por que mudar essa realidade cômoda? (AG06)

Em partes, porque nem todo o objetivo final é alcançado, ele tem projeto de vida, porém o fim não é bem trabalhado, aí ocorrem recaídas de álcool, drogas e volta para a rua. Direitos negados, sobra para eles a rua. Aqui é o mínimo que o convivente pode ter. (AG11)

Sim. A gente aprende muito com essas pessoas. Nós reclamamos e conhecemos cada história e pensamos em reclamar da vida. (AG03)

Com relação a sugestões para o melhor desempenho de sua função, destacamos um depoimento:

A escuta, pois através dela que nós temos elementos para trabalhar a função da saída das ruas. O convivente tem uma situação X e você tem que estar aberto para escutar, é o primeiro passo para diagnosticar, para entender e apontar caminhos para essa pessoa. (AG11)

2.3.2 Opinião sobre o trabalho das Casas de Acolhida

Outro item considerado no questionário aplicado foi a percepção dos funcionários dos serviços oferecidos pelas atuais Casas de Acolhida, também chamadas, por alguns, de albergues. Sobre esse assunto, um ponto em comum foi encontrado nas respostas. Qualquer que seja a função, existe uma crítica à forma como esse serviço vem sendo prestado.

O albergue serve para aumentar o número de pessoas em situação de rua. (AS02)

Acolher, dar o básico para a sobrevivência, porém ir mais além dar educação (cidadania e escolar). (AS04)

Dar condições para a saída da rua e não ser assistencialista. (AS05)

[...] importante para quem chega, é a porta de entrada, algo imediato, mas deveria aumentar o número de técnicos deste serviço, senão não tem como dar conta, é muita gente, tem alta rotatividade, não dá para ter um trabalho sistematizado. (C03)

[...] acolher pessoa em situação de rua em estado crítico, encaminhar para tratamento de saúde, para obter documentação, colocar a pessoa em pé de novo. (AS03)

[...] hoje o papel dos “centro de acolhida” é muito mais a manutenção mesmo desta situação, porque não tiram as pessoas da situação em que estão [...] já começa pela infraestrutura e é absolutamente decadente, desde a qualidade de prestação deste atendimento até as atividades que levem esta pessoa a acordar para a vida mesmo, pois é claro que existem casos de acomodações, então atividades que estimulassem estas pessoas a tomar as rédeas de sua vida. (C04)

[...] acolhida emergencial e temporária, esse é o papel principal, não deveria ter muito mais coisa. Se fosse levado ao pé da letra, pensaríamos mais em saídas permanentes, a saída mesmo. O albergue acaba virando uma coisa mais permanente. Se o albergue fosse emergencial, pensaríamos mais na saída definitiva, como a moradia provisória. O albergue seria um fluxo, a pessoa entra e sai, seria só uma passagem mesmo. Deveríamos ter esse pensamento. O albergue não teria que fortalecer a permanência na rua. (AS01)

A pessoa se acomoda. Usuário tem que ter aquilo na cabeça. É uma passagem. É o primeiro e último que eu entro. Ele não pode sair desse e ir para o outro, ele se acomoda. Se ele não tiver uma perspectiva de vida, não vai melhorar nunca. (AG07)

O papel do albergue é acolher, e acolher bem! Isso categoricamente, mas politicamente o papel do albergue é muito mais que acolher, é apontar caminhos de saída, propor atividades socioeducativas, e fazer com que cada convivente reflita sobre a atual situação que ele está vivendo e que não é culpa dele e sim de um sistema que gira e ele está inserido nesse contexto. O papel do albergue é fazer o convivente perceber-se como pessoa, inserido nesse contexto atual, que é o desemprego, a política, política da assistência social, do SUAS, da política nacional para a população em situação de rua, ganhar o direito que pode virar lei. Enfim, os albergues têm como principal papel de informar a esse cidadão que existem direitos, não somente deveres e sim direitos. Albergue não é política pública. (AG11)

O caráter emergencial e de provisoriedade permeia a maior parte dos depoimentos, no entanto, muitas pessoas continuam nessa condição tempo maior do que o desejado por ela mesma e, também, um tempo maior do que a gestão pública desejaria. Alguns entrevistados apontam algumas sugestões, dentre elas, destacamos:

Dividir espaços. Criar mais moradias provisórias. (AS02)

Que a lei de atenção seja cumprida, se fosse como é prevista, teríamos êxito. Trabalho intersecretarial, por exemplo. (AS01)

O reconhecimento que o “morador de rua” é um cidadão, portanto um sujeito de direitos e não apenas morador de rua. A categoria tem que rever sua atuação e o Estado (poder público) ser cobrado dos seus deveres, conquista da sociedade na Constituição. (AS06)

Quando perguntamos, em linhas gerais, como classificam o atendimento das casas de acolhida, se satisfatoriamente ou insatisfatoriamente, e ainda totalmente ou parcialmente, 43,5% dos entrevistados apontam que parcialmente; e 47,8% afirmam ser insatisfatório o atendimento prestado. Apenas 26% apontam como um serviço satisfatório. Vale esclarecer que algumas pessoas apontaram mais de uma resposta e que a avaliação do serviço como satisfatório deu-se, principalmente, pelos agentes operacionais e alguns agentes educacionais.

Totalmente, satisfatoriamente. O papel do albergue sim, mas depende da vontade do usuário. Nós que o procuramos para sair da situação, é a minoria que quer sair da situação, pois acaba se acomodando. (AG03)

Percebemos que a melhoria na prestação desse serviço encontra-se atrelada a uma concepção de política pública que deve ser transformada. Nesse sentido, para que isso aconteça, a percepção sobre o trabalho realizado e como a população atendida é compreendida pelos trabalhadores sociais são elementos centrais para a mudança concreta da forma como os atendimentos vêm sendo prestados.

2.3.3 Concepção do trabalho realizado e do público atendido

Neste item, apresentaremos as respostas referentes à concepção que os funcionários têm quanto ao público atendido, bem como se acreditam na possibilidade de saída da situação de rua. Aqui, também apresentaremos alguns comentários que apareceram durante a entrevista, mesmo não respondendo diretamente a alguma questão, denotam o pensamento dos trabalhadores sociais entrevistados.

Com relação à definição de quem são as pessoas em situação de rua, podemos enfatizar:

Sinto prazer em trabalhar com a população. São pessoas que por algum motivo estão na rua, alcoolismo, família. (AG01)

Acomodados: conflito família, alcoolizados, drogados. Necessitados: idosos, doentes. (AG02)

Muitos do que eu vejo são pessoas que passaram por conflito familiar, drogas, ex-presidiário, álcool, por isso essa situação. (AG03)

Desequilíbrio que pode ser momentâneo ou para sempre, emocional, hormonal, difere muito de cada pessoa. (AG04)

Não existe definição. Hoje: pessoas viciadas em drogas, traficantes, ex-presidiários que estão fugindo, problemas psiquiátricos e ainda os acomodados. (AG05)

Ele é responsável pela vida dele. Público de albergue é malandro que rouba no farol. Público de rua que não vem para cá. O morador de rua não vem para o albergue. (AG06)

Estamos longe de ter um perfil. Hoje temos pessoas em idade produtiva, capacitados para o trabalho, diferente de antigamente que era quem vinha para SP trabalhar na construção civil, hoje vemos homens sarados, um pouco de oportunismo (não da maioria), mas ele entra na rede e não sai mais, qual a responsabilidade que o usuário tem? Outro problema é que não vejo eles gratos pelo atendimento recebido. Não podemos dizer que são pessoas que vêm do Nordeste. Tem pessoas com nível superior, pessoas que já cursaram curso superior... são pessoas que tiveram dificuldade na vida em algum momento e não tiveram o devido suporte. (C03)

[...] são vários os motivos, bebida, drogas, desemprego, ausência da família, todos nós corremos o risco. (AS03)

[...] pessoa que deve ser tratada com a maior dignidade possível, não deve ser encarado como algo definitivo, é transitório, são capazes. (AG08)

[...] está difícil diferenciar quem é de quem não é situação de rua. O albergue deveria ser usado para quem realmente precisa. Tem cara vistoso, boa aparência, não consigo entender o que ele faz ali. (AG09)

São pessoas. Povo corajoso, pessoas que têm uma história sofrida, histórias de luta. Pessoas confusas. Faltou orientação

adequada. Pessoas que perderam o poder aquisitivo. Tem dificuldade de retornar. São pessoas sensíveis. (C01)

Vejo sim grupos distintos, desde jovens até os mais idosos, de analfabetos a com superior completo, o saudável do doente, os com desordem psicológica até doenças severas em psiquiatria, portanto não é uma missão tão fácil, mesmo se a casa atendesse o recomendado pela Lei. (C02)

[...] a maioria das pessoas que acabam procurando a gente são pessoas que têm algum problema, uso de álcool ou drogas, a grande maioria, tem uma parte que está passando por uma questão econômica, a questão do desemprego, não tinha uma moradia própria, estava morando em pensão, sofreu despejo, nem passou pela situação de rua veio para a situação de albergue direto. Algumas pessoas são migrantes, chegaram agora na cidade e não têm referência nenhuma familiar e acaba procurando a gente. Casos de transtornos psiquiátricos, que ficam vagando por aí, sem nenhuma referência de atendimento de saúde, acabam vindo aqui para o albergue. (AS01)

Como eu vejo? Ahh, problema familiar, problema com vícios, desgosto com quem ele gosta, (silêncio) acho que é mais isso, desgosto. (AG07)

Uma pessoa em busca de oportunidades, não é culpa da pessoa e sim do Estado que não garante os direitos. (AS05)

Uma pessoa em situação de vulnerabilidade pessoal e social. (AS05)

O indivíduo desprovido de conhecimento político e de seus direitos negados. (AG11)

Está difícil de diferenciar quem é, quem não é de albergue. Deveria ser usado por quem realmente está precisando. Tem cara vistoso, boa aparência, não consigo entender o que faz aqui. (AG09)

Podemos perceber que, dentre os depoimentos selecionados acima, de acordo com os agentes educacionais pesquisados, a maioria analisa as situações individualmente, sendo poucos os que estabelecem relação com uma estrutura social excludente. Nesse sentido, as presenças do álcool e da droga são as explicações para terem chegado a essa condição.

A opinião que predomina entre os brasileiros é que o alcoolismo constitui o fator desencadeante desse processo. O indivíduo começa a beber, rompe com a família e perde o emprego. Essa maneira de enxergar a trajetória do morador de

rua é peculiar, pois atribui aos indivíduos a responsabilidade por sua situação [...] é um problema pessoal que extrapola para outras esferas da vida [...]. (GIORGETTI, 2006:187-188)

Com relação aos coordenadores e aos assistentes sociais, existe a percepção de um problema estrutural que gera vulnerabilidade, no entanto a presença da heterogeneidade desse grupo dificulta a concretização de um trabalho mais efetivo no cotidiano profissional. Na pesquisa de Giorgetti (2006), quanto menor o grau de escolaridade, maior se dá a explicação pelo alcoolismo, enquanto entre os profissionais de nível superior a explicação é o desemprego.

Giorgetti (2006), em sua pesquisa, também aponta que “[...] observa-se, nas respostas dos funcionários das instituições sociais de São Paulo, um forte contraste entre, de um lado, as representações sobre os moradores de rua e, de outro, as atitudes praticadas no dia-a-dia dentro da instituição social”. Acrescenta, ainda, que:

[...] apesar de os funcionários das instituições sociais de São Paulo associarem os moradores de rua à imagem de um cidadão cujos direitos são incontestáveis, eles assumem em seu dia-a-dia algumas atitudes que muito se afastam da concepção de cidadania absoluta. (GIORGETTI, 2006:135-136)

Com relação a acreditarem que a saída da situação de rua seja possível, destacamos:

[...] é capaz de sair, mas dentro das capacidades dele, não tem como cobrar, por exemplo, de quem tem baixa escolaridade. Eu trabalho dentro da possibilidade dele. Existe uma questão psicológica, psiquiátrica, casos muito sérios, mas precisa assumir que existe esse problema psiquiátrico, psicológico, então, eu trabalho dentro das possibilidades deles. (C03)

É possível sair da rua sim, a pessoa com certeza já teve um lar, a grande maioria conheceu a segurança de uma moradia como algo bom, se tiverem a chance de retornar, não vão querer mais continuar na rua, isso através do trabalho [...] Garantir mais cursos de qualificação, mais ofertas de empregos, que se estabelecesse um acesso mais fácil de quem é atendido. (AS03)

[...] conseguem sim, falta mesmo é educação, tratamento para álcool e drogas, trabalhar com registro, no geral, a escolaridade é muito baixa, eles não vão frequentar a escola regular, eles têm vontade, mas não têm tempo. Querem um trabalho formal,

aqui tem endereço, buscam trabalho formal, mas só conseguem o informal. (AG08)

[...] usuário é meio acomodado, não vai porque é longe. Em casos de conseguir emprego, não tem como ir porque não recebeu ainda para pagar a condução, falta suporte. E mudou muito o perfil dos usuários, muitos saradões. (C03)

Outra dificuldade é a frustração nossa: o que eu quero, não é o que o usuário quer. Se ele não tem a vontade de trabalhar, de fazer um tratamento médico, pessoa não se predispõe a se auto-ajudar. E nos usa como muletas. (AS02)

Pensam que se o trouxeram até aqui, quer que levem até um outro lugar, COHAB, por exemplo. (C03)

Quanto a saída, eu acredito sim, mas para aquele que está há pouco tempo na rua e ainda não está impregnada pelo tempo e pelo uso dos recursos assistenciais disponíveis que de "forma muito gratuita", lhe permitem a subsistência, mas não a DIGNIDADE. (C02)

[...] desde que o usuário tenha consciência de melhorar, trabalhando, não caindo nos vícios. [Depende só dele?] Sim, de estrutura, mas mais dele também. [É questão de força de vontade?] Sim, com certeza, tem que vir da pessoa. Nós só damos um empurrãozinho, o resto ele tem que fazer a parte dele. (AG07)

Sim porque já tivemos casos aqui e foi pelo tripé: moradia, trabalho e vínculo pessoal. A pessoa começou a construir vínculos e desses vínculos ela conseguiu trabalho e daí ela conseguiu sair da situação de rua. Temos pessoas que saíram e estão em moradia até hoje. (AS01)

Sim, pois há opções como um encaminhamento para moradias, para emprego, aqui é mais difícil, pois são idosos. (AS05)

É possível ter autonomia trabalhando, tendo dinheiro, tendo família ou laços sociais. (AS02)

Mais ou menos, muitos estão acostumados com essa vida. (AG01)

Sim, com certeza, basta ele querer, o que se percebe! Tá dentro da gente mudar o modo de vida, a gente dá o apoio, acolhe, dá prazo, mas não sai disso. Sai de manhã, volta de tarde, tem pessoas aqui há 02 anos, são pessoas idosas, doentes, estão aqui por conflitos de família, de álcool e droga. (AG02)

Sim. A pessoa tem que ter força de vontade, mesmo com as portas fechadas. Exemplo: endereço para arrumar emprego não tem. (AG03)

Tenho certeza que sim. Coisa mais difícil que as pessoas não entendem é a aproximação. As pessoas que trabalham aqui possuem essa dificuldade de caminho. (AG04)

É o primeiro perfil para ser trabalhado. Histórico de origem, relação econômica (do que ele pensa sobre isso) engaja nunca, dependendo do que ele pensa sobre isso. (AG05)

Não com essa política que está aí atualmente: contrapartida é social. (AG06)

A análise dos depoimentos acima indica-nos que a maioria acredita na possibilidade de saída dessa situação. No entanto, o maior “peso” recai sobre a vontade do usuário, já que entendem que a “situação é resultado de uma escolha pessoal, que cabe à pessoa decidir qual é o melhor modo para continuar a viver” (GIORGETTI, 2006:189). Proporcionalmente, foram em menor número os pesquisados que condicionaram a saída da situação de rua à oferta de condicionantes mais estruturais relacionados a ofertas de políticas públicas intersetoriais.

Perguntado aos assistentes sociais sobre a frequência da procura espontânea pelo atendimento social, foi consenso dizer que é um grupo muito pequeno que o faz, sendo que a maioria “se apresenta” de acordo com a periodicidade exigida segundo as normas da casa.

Quando perguntamos acerca da periodicidade na busca pelo emprego (formal), apontam dificuldades na sua concretização, como presença de comprovante de residência para abertura de uma conta, além do próprio preconceito em aceitarem pessoas que se encontram acolhidas institucionalmente. Isso faz com que a renda seja proveniente do acesso a atividades relacionadas ao mercado informal.

Destacamos ainda das entrevistas os depoimentos:

Tem muita falta de interesse mesmo, você vê que a pessoa não quer melhorar. Eu fico desmotivado. A pessoa não quer ajuda, eu vou fazer o quê? Vem para comer e dormir e esperar o Homem lá de cima chamar. (AG07)

Cuidado para não vitimizar, romantizar a situação. Todo mundo corre o risco de cair em uma situação desta. Todo mundo pode sair, mas nem todos vão, depende do que vai se fazer para sair. (AS01)

Pessoas que são muito acomodadas. Percebe-se que algumas não se sentem parte, donos então sujam, não colaboram outros já pedem para ajudar, mas o CRAS não deixa. (AS04)

Só faz a entrevista de emprego se o serviço social cobra. Há ainda aqueles que sempre colocam um empecilho. (AS02)

Com relação ao tempo de utilização dos serviços, Giorgetti (2006) levanta, em sua pesquisa, dois pensamentos que apareceram com relação a isso. O grupo que culpa o indivíduo, dizendo que eles não querem deixar as ruas pela facilidade que a rede oferece, e o segundo grupo, que responsabiliza os próprios serviços, ou seja, o próprio sistema não encontra soluções para o “rodízio dos albergues”.

Outros pontos comuns à pesquisa realizada por Giorgetti (2006) e os encontrados neste levantamento podem ser estabelecidos, já que muitos entrevistados citaram a frustração cotidiana frente às dificuldades enfrentadas.

[...] como a realidade dos moradores de rua é muito dura e, muitas vezes, o trabalho realizado não atinge o ideal almejado, esses profissionais lidam continuamente com os sentimentos de dor e frustração, que com o tempo podem interferir: no modo como esses profissionais representam o morador de rua; nas atitudes tomadas em relação a eles e na qualidade do serviço prestado. (GIORGETTI, 2006:170)

A autora acrescenta ainda que “[...] o descontentamento em relação aos serviços da rede e o modo como a política social é conduzida pelo Poder Público podem gerar sentimentos de impotência que transparecem no serviço que prestam a essa população, bem como levar à desmobilização” (GIORGETTI, 2006:139).

Outro ponto levantado pela autora, e que merece destaque, é a inexistência de serviços que contemplem a diversidade do perfil, que ofereçam um atendimento que não faça a pessoa sentir-se desvalorizada, que contribua para a autoestima, ou seja, ter o direito a reivindicar um tratamento adequado que não abale sua autoestima, já que a “noção equivocada do conceito de cidadania, pois, ao propor esse tipo de serviço [assistencialista], negam a eles a possibilidade participativa, submetendo-os a uma condição permanente de dependência” (GIORGETTI, 2006:197).

Essa dependência identificada pela autora pode ser interpretada como uma acomodação ou falta de vontade.

A questão da falta de salários dignos também apareceu em nosso levantamento e é analisada por Giorgetti, que estabelece uma relação direta com a falta de profissionais qualificados.

[...] a idéia de que, quando o direito a ter um salário digno e uma boa qualificação são negados, isto é, quando algumas condições para o exercício da cidadania são relegadas a segundo plano, a auto-estima do trabalhador social diminui, pois ele se vê impotente diante da complexidade da vida quotidiana. (GIORGETTI, 2006:165)

Podemos perceber, por meio dos conteúdos apresentados neste capítulo, que, embora exista um respaldo legal que prevê a garantia de direitos a um atendimento digno dessa população, alguns entraves presentes no cotidiano dos serviços prestados inviabilizam sua eficiência, sua eficácia e sua efetividade e, conseqüentemente que esse serviço seja potencialmente um facilitador para a saída da situação de rua.

Dessa forma, o capítulo a seguir apresentará a análise dos depoimentos de pessoas que saíram da situação de rua e em que medida o atendimento recebido na rede socioassistencial contribuiu para isso.



CAPÍTULO III - SAÍDAS PARA A SAÍDA DA SITUAÇÃO DE RUA

Por muito tempo procurei a verdade sobre a
vida dos homens entre si
Esta vida é muito complicada e difícil de compreender
Trabalhei duramente para compreendê-la, e então
Disse a verdade, como a encontrei.

(Bertolt Brecht)

Este capítulo apresenta os depoimentos das pessoas que saíram da situação de rua e o significado atribuído por elas ao processo vivenciado que culminou em uma nova condição de vida. Dessa maneira, um dos objetivos deste capítulo é trazer a verificação das hipóteses desta pesquisa, sejam elas:

- Assim como existem momentos/ fatos (processos) que culminam na “situação de rua”, existem momentos/fatos/estímulos (processos) que incentivam a saída da “situação de rua”.
- Esses momentos podem ser estimulados, de acordo com a metodologia de trabalho adotada no atendimento a esse público.

Este capítulo visa, também, responder a pergunta central desta tese: quais fatores objetivos e subjetivos contribuem para o processo de saída da rua?

Assim, foram entrevistadas oito pessoas que viveram em situação de rua em diferentes momentos de suas vidas e, em situações diversas, encontraram outro caminho e refletiram sobre isso nos depoimentos que aqui serão apresentados. Por tratar-se de pesquisa qualitativa, não se consiste em uma pesquisa com grande número de sujeitos e “[...] temos a possibilidade de compor intencionalmente o grupo de sujeitos com os quais vamos realizar a pesquisa” (MARTINELLI, 1999:24).

Como aponta também Martinelli (1999:21-22), este tipo de pesquisa “[...] tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito”.

Vale destacarmos alguns esclarecimentos com relação à escolha dos sujeitos. Inicialmente, eles foram identificados pela pesquisadora em função do trabalho desenvolvido com essa população ao longo de sua trajetória profissional. Após cada entrevista, pedia-se a indicação de alguma outra pessoa que também tivesse saído dessa situação. Vale esclarecer que também ocorreram indicações realizadas pelos entrevistados nos centros de acolhida tratados no segundo capítulo.

O conhecimento dos sujeitos da pesquisa é apontado por Martinelli (1999:22) como condição importante, já que

Se queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer as pessoas. Esse é o motivo pelo qual as pesquisas qualitativas privilegiam o uso de uma abordagem em que o contato do pesquisador com o sujeito é muito importante. (MARTINELLI, 1999:22)

Explicamos algumas dificuldades encontradas no decorrer do levantamento destes dados. Merecem destaque alguns sujeitos entrevistados que, ao longo do período de desenvolvimento desta pesquisa, retornaram para a situação de rua, e ainda sujeitos que, embora saíram da situação, não quiseram conceder a entrevista, por não querer lembrar o período e as dificuldades que passaram.

Vale apontar o respeito a alguns pressupostos no uso de pesquisas qualitativas adotados neste trabalho e indicados por Martinelli (1999), que são:

- o reconhecimento da singularidade do sujeito: nesse sentido, cada pesquisa é única;
- o reconhecimento da importância de se apreender a experiência social do sujeito enquanto conhecimento de seus modos de vida, ou seja, seus sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas;
- o reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social.

Finalmente, esta pesquisa apresenta o esforço em buscar os “[...] significados de vivências para os sujeitos [...] [ou seja] a realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele lhe são atribuídos” (MARTINELLI, 1999:23). Assim, foram observados nos depoimentos: o perfil dos entrevistados, garantindo-se a presença de homens e mulheres e também a proximidade de um perfil para compor um universo de análise.

Apresentamos o resultado dos depoimentos colhidos a partir das entrevistas de maneira a obter três blocos de questões.

O primeiro, responsável por analisar o processo que culminou na saída da situação de rua. O segundo, relacionado à passagem e avaliação da rede socioassistencial e o terceiro, que tange aos sentimentos vivenciados durante o período em que estiveram em situação de rua.

3.1 APRESENTANDO OS SUJEITOS DA PESQUISA

Dentre os oito sujeitos entrevistados, seis são homens e dois são mulheres. Dentre os homens, três completaram o ensino fundamental ; um cursa o ensino médio; um completou o ensino médio ; e um cursa o ensino superior. Já as mulheres cursaram o supletivo do ensino fundamental, no entanto ainda não o concluíram.

Com relação à faixa etária dos entrevistados, as mulheres têm entre 30 e 40 anos. Entre os homens, três estão entre 30 e 40 anos; um, entre 20 e 30 anos; e dois, entre 40 e 45 anos.

A amostra é composta por pessoas que viveram tempos diferenciados na rua, desde um mínimo de dois meses até mais de dez anos. Para preservar a identidade dos sujeitos, não serão apresentados seus nomes.

Destacamos, a seguir, o perfil dos sujeitos:

- **S1**: mulher, 33 anos, três meses em situação de rua – não chegou a morar na rua, apenas em albergue/centros de acolhida, já saiu da situação há 10 anos. Diz ter ficado em situação de rua em função da separação de seu ex-companheiro, que, além de usar drogas, era violento. Nasceu na região Nordeste e veio para São Paulo em busca de trabalho e melhores oportunidades. Atualmente, é auxiliar de serviços gerais em um dos serviços da rede socioassistencial e vive em uma moradia alugada com sua filha.

Eu vim da Bahia com as minhas primas, comecei a trabalhar em casa de família, ganhava bem, mas o meu motivo mesmo foi por causa de separação. Logo fui morar com um rapaz né, Aí os dois primeiros anos foi tranquilo, até que ele começou a usar drogas, ele é usuário de drogas, eu engravidei, na hora que eu estava quase separando, saí grávida. Saí meio que fugida da casa porque ele era um cara muito violento, nunca me agredi. Depois que o nenê nasceu, eu tentei voltar, mas não deu certo. Então, o que acontece... assim, quando você é mãe e tem uma criança pequena fica com mais dificuldades para arrumar emprego. Então eu fiquei na casa de uma amiga minha e fiquei trabalhando, mas não era um trabalho certo. Mas não deu muito certo, então eu deixava minha filha com uma amiga minha, que eu não queria incomodar. A casa era pequena, minha filha de dez meses e eu dormia no albergue, dormi três meses, mas eu fazia bico, faxina, panfletava. A menina ficava na creche, aí minha amiga, de confiança, falou, deixa ela comigo à noite, porque albergue não é ambiente bom

pra criança. Eu tinha muito medo de tomarem, assim aí ela ficou um tempo com minha amiga, até que eu me restabeleci. (S1)

- **S2**: mulher, 39 anos, viveu dos 9 aos 23 anos de idade em situação de rua e, após esse período, passou por alguns serviços da rede socioassistencial. Nasceu na cidade de São Paulo e sua família veio do interior do Estado. Conheceu as ruas ainda criança, quando passou a esmolar com os irmãos para levar as coisas que faltavam. “[...] vendo que faltava as coisas dentro de casa e eu saía pra arrumar, uma dessas vezes eu conheci um grupo de crianças que morava na rua aí comecei a sair e me enturmar com essas crianças, aí comecei a fugir de casa”. Atualmente, vive na comunidade do Moinho, com seus três filhos. Deseja ter o quarto, pois quer uma filha, pois tem três meninos. Trabalha como agente de proteção às pessoas em situação de rua. Seu maior sonho é escrever um livro sobre o que passou e mostrar que sair das drogas é possível.

Minha história começa desde quando eu nasci. Minha mãe diz que eu fui andar com três anos, tive problemas de saúde e só fui andar com três anos, daí em diante não parei mais. Quando eu tinha mais o menos cinco, seis anos eu saía para pedir esmola nas casas, para ajudar minha mãe dentro de casa porque a gente passava necessidade. Meu pai bebia e (meu padrasto, né) gastava o dinheiro tudo com bebida. O que acontecia, faltava as coisas dentro de casa e eu via minha mãe sofrendo, correndo atrás das coisas, trabalhando, fazendo um biquinho aqui, um biquinho ali para não faltar comida dentro de casa. Nós, em casa, com sete irmãos, oito comigo, então eu me sentia na obrigação de ajudar minha mãe, eu juntava meus irmãos menores até um pouco menores também. E saía para pedir. (S2)

- **S3**: homem, 43 anos, cinco anos em situação de rua (entre a própria rua e alguns Centros de Acolhida). Durante a entrevista, apresentou muito receio em revelar informações pessoais. Diz estar prestes a retornar para a rede socioassistencial, pois trabalhava registrado, mas foi demitido e não está mais conseguindo pagar o aluguel. Também foi o desemprego que o levou à situação de rua pela primeira vez. Nasceu no interior do estado de São Paulo.

Vivi quase cinco anos em situação de rua, a maioria em albergues, mas, muitas vezes, chegando a dormir na rua por falta de vaga ou por já possuir “passagem”. (S3)

- **S4:** homem, 36 anos, viveu em situação de rua durante 12 anos, entre “idas e vindas”. Durante esse período, destaca “fugas de casa” em função do crack, ao qual atribui sua primeira saída de casa para a rua, quando começou a namorar uma menina que era traficante na “Cracolândia”, viveram juntos três anos e dois dias. Nasceu na cidade de São Paulo e aos 17 anos morou em uma pensão no bairro da Luz com essa menina, que tinha 19 anos. Segundo ele, ela é uma pessoa que marcou sua vida, mas perderam contato quando a prenderam enquanto ele estava dormindo. Ela cumpriria 10 anos e 6 meses de prisão por tráfico e corrupção de menores, porém foi morta na prisão. Após esse acontecimento, ele entrou em depressão. Atualmente, vive com a família e está esperando o deferimento de auxílio assistencial em função de problema de saúde.

Peguei tudo que eu tinha em casa e fui pra rua. Fui parar na Rodoviária do Tietê e lá me deram encaminhamento para o albergue “Quarentinha”, que fiquei um ano e meio. Depois fui para outro albergue. (S4)

- **S5:** homem, 35 anos, viveu em situação de rua por aproximadamente cinco anos em função de problemas financeiros ocasionados pelo rompimento de uma sociedade, somados ao desejo de conhecer melhor o Brasil. Nascido na região Centro-oeste do país, hoje mora de aluguel e trabalha em projeto de geração de renda para pessoas em situação de rua.

Depois de tudo o que aconteceu comigo, deixei minha família e saí andando pelo mundo. (S5)

- **S6:** homem, 41 anos, viveu dois meses na rua e quatro em casas de acolhida, após sofrer um acidente de trabalho. Como era autônomo, não conseguiu estabilidade financeira para se manter. Atualmente, mora de aluguel e trabalha com arte e cultura em projetos ligados às pessoas em situação de rua.

Fiquei na rua dois meses só e quatro anos em albergues. Quando eu fui parar na rua, eu estava ‘destrancado’ de trabalho, como eu trabalhava para mim mesmo e não recolhia

INSS, nem nada, não tive seguro, nem como me segurar, pagar o aluguel e como fazer mais nada. Aí acabei indo morar nas ruas por causa da fome que eu estava passando. Demorei mais tempo para sair porque eu tive que fazer uma cirurgia e só isso tive que ficar mais dois meses em albergue, no primeiro fiquei [...] um mês porque estava tentando arrumar uma fisioterapia. (S6)

- **S7:** homem, 35 anos, viveu quatro anos em situação de rua. Atribui a um deslumbramento que teve quando chegou a São Paulo, com 19 anos, vindo do Nordeste do país, onde nasceu. Hoje, trabalha como agente de saúde e cursa Serviço Social.

Eu vim de Feira de Santana na Bahia para São Paulo com 19 anos. Eu morei no interior de lá e o máximo que eu tinha visto é um prédio de dois ou três andares. Aí eu chego numa cidade desse tamanho, muito novo, e comecei a me deslumbrar com a cidade na verdade. Eu trabalhava de segurança, ganhava 100 reais lá na Bahia, e aqui meu primeiro salário eu já recebi 400, com a possibilidade de comprar um tênis de 200 reais, ir para onde você quisesse... Eu comecei a me afastar cada vez mais da minha família. No começo, eu ia pra casa a cada seis meses, depois passou para um ano. Depois dois, três e eu cheguei ficar oito anos sem ver a minha mãe. Eu acho que foi uma completa alienação na verdade, um processo de alienação, de deslumbre das ruas, de achar que tudo era possível... Chegou um momento que eu nem me conhecia mais, eu estava completamente irreconhecível. Mentia para as pessoas, aquela coisa de você sair muito, balada, boate, chegou uma hora que eu não sabia mais quem eu era. Tinha que mudar e de que forma mudar? Como voltar para casa depois de oito anos com a quarta série, e tinha um momento que eu tinha vergonha, 26 anos, trabalhando de ajudante de segurança na época, dia sim, dia não, patrão te pagava quando queria e se você tivesse que ir embora, como fazer? Um segurança hoje precisa do nível médio, e você nem o fundamental tem? Eu era um semianalfabeto na maior metrópole do país. Então não era fácil, foi isso que me levou para as ruas. Chegou a hora eu disse basta, ou eu mudo ou eu. (S7)

- **S8:** homem, 27 anos, viveu quatro anos em situação de rua, dos 14 aos 18 anos. Na fase adulta, não chegou a ficar em situação de rua. Atualmente, trabalha em uma indústria e cursa o ensino médio.

Normalmente, eu trabalhava em um semáforo, antes de entrar em situação de rua eu vendia bala no farol, bala, chiclete, passar rodinho, para ajudar minha família a pagar o aluguel. Para ajudar financeiramente. O meu padrasto era alcoólatra, eu não tinha bom relacionamento com ele, eu era pequeno, aí uma vez eu fui para o farol e não voltei mais, eu permaneci. Minha mãe ia falar para eu voltar pra casa, mas eu sabia como era a situação lá, e fiquei de vez na rua. (S8)

Com esse panorama geral dos entrevistados, analisaremos, agora, os blocos de respostas, segundo os eixos identificados nas entrevistas. Para tanto, dividimos em dois itens: o primeiro apresenta os fatores apontados nas entrevistas entre objetivos e subjetivos; o segundo aponta a reflexão sobre os serviços prestados pela rede socioassistencial por onde passaram os sujeitos entrevistados.

3.2 OS FATORES SUBJETIVOS E OBJETIVOS QUE INCENTIVARAM O PROCESSO DE SAÍDA DA RUA

Neste item, apresentaremos os fatores identificados pelos entrevistados em seus depoimentos, ao serem questionados sobre o processo de saída da rua. Merece destaque a palavra processo, uma vez que, mesmo indicando algum fator ou evento concreto, a maioria dos entrevistados narra o resultado de um processo desencadeado por eles ou por fatores externos que incentivaram a saída da situação, ou seja, apontam a existência de uma oportunidade atrelada a um movimento interno (desejo/vontade).

Vale, novamente, reiterar o que já foi exposto na apresentação e no primeiro capítulo sobre a não responsabilização do indivíduo pela situação de rua, já que “o fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho [...]” (SILVA, 2009:27). A mesma autora coloca, ainda, que se refere a uma situação ou condição social produzida pela sociedade capitalista, no processo de acumulação do capital, não devendo ser designada a uma situação ou condição resultante de fatores subjetivos, vinculados à sociedade e à condição humana, como é comumente considerada. (SILVA, 2009:27)

Mesmo nesse contexto, torna-se de suma importância pensar formas de saída da situação de rua e, por que não dizer, prevenir que mais pessoas vivam nessas condições? Essa é a finalidade deste trabalho e, nesse sentido, pesquisar junto àqueles que saíram dessa situação pode sinalizar alguns caminhos.

Assim, dividiremos em dois os blocos de respostas. Um, daquelas pessoas que identificam um motivo concreto, como o emprego/ trabalho, a família que aqui chamaremos de fatores objetivos. Outro, daqueles fatores mais subjetivos, relacionados ao desejo de mudança da situação, por exemplo.

3.2.1 Os fatores objetivos apontados nos depoimentos

Os fatores objetivos foram os mais apontados por todos os entrevistados. Mesmo sendo resultado de um processo, a saída da rua foi relacionada pela maioria a motivo concreto que aconteceu em suas vidas. Dentre todos os fatos apresentados, a presença de trabalho ou emprego foi a que mais apareceu nos depoimentos.

Vale apontarmos que, para Marx e Engels, o trabalho é tido como “[...] elemento central no processo de sociabilidade humana e na determinação de seu modo de vida” (MARX, ENGELS apud SILVA, 2009:39).

Para Silva (2009), que estabeleceu a relação entre trabalho e população em situação de rua, “[...] o trabalho é uma marca distintiva do ser humano e uma atividade central em sua vida e na história da humanidade, em qualquer forma social; é também determinante na estruturação das relações sociais” (SILVA, 2009:43-44).

Tomemos os exemplos a seguir:

Então, eu consegui, trabalhava de faxina, aí me indicaram a casa de umas freiras, fiquei trabalhando lá como voluntária duas vezes na semana, aí elas me indicaram pra trabalhar registrada na região do ABC, aí depois consegui trabalhar aqui na rede mesmo. Depois de quatro anos, voltei para a Bahia, porque minha mãe ficou doente, pedi as contas e fui embora. Depois de seis meses, minha mãe ficou bem, voltei para São Paulo e trabalhei em dois lugares. Um era uma galeria e outro em casa de família, até que me localizaram e perguntaram se eu não queria voltar. Eu estava bem no outro emprego, ganhava bem mais, mas como eu gosto muito daqui, acabei

voltando e já faz dois anos que estou aqui de volta. Aqui trabalho com serviços gerais. (S1)

S1 trabalha, atualmente, como auxiliar de serviços gerais em um serviço da rede socioassistencial da prefeitura de São Paulo, que atende pessoas em situação de rua. Enfatiza a importância que o trabalho formal teve em sua vida para sair daquela condição. Merece destaque o tempo em que atuou como voluntária antes de conseguir uma indicação para um trabalho formal, prática comum entre as organizações sociais, caracterizando-se como um teste não só de aptidão, mas daqueles que realmente querem sair da situação de rua.

Nesse ponto, vale a ressalva da preocupação na forma como essas ações voluntárias são organizadas pelas instituições e a maneira como podem se tornar, ao mesmo tempo, um impulso para o mercado formal, também podem gerar o oposto. Isso porque a ação voluntária pode se transformar em mais uma das tantas explorações de mão-de-obra, que, além de desestimular o indivíduo em função do trabalho não remunerado, pode se tornar mais um fator para a manutenção do indivíduo na situação de rua, inclusive pelo vínculo gerado com o serviço socioassistencial.

Outro destaque no depoimento é o retorno de S1 para trabalhar com esse público, como certa identificação pelo que passou, já que escolheu ganhar menos e trabalhar com essa população.

Ao perguntarmos a S1 sua percepção sobre o que leva uma pessoa a viver em situação de rua, ela responde:

Falta de oportunidade mesmo, apoio da família é muito importante. Eu não tive porque meus irmãos nem sabiam, porque foi uma situação muito delicada. Eu saí grávida e me virei sozinha, mas eu acho que o apoio da família é tudo. Talvez se eu tivesse procurado meus pais lá na Bahia, lógico que eles vinham me buscar, mandar dinheiro, eu sempre tive conta conjunta com meu pai lá no estado da Bahia, mas eu não podia, como eu ia explicar? Falei que eu estava desempregada e que fazia um bico, mas eu nunca cheguei a comentar isso com meus pais, nem com meus irmãos aqui de São Paulo. (S1)

O receio de S1 que sua família saiba que viveu nessa situação apareceu em dois momentos da entrevista. O primeiro, inicialmente, quando perguntou sobre a divulgação da entrevista e ressaltamos que sua identidade seria preservada; e

outro, quando contou que não quis solicitar o apoio a seus familiares, pois não queria que soubessem pelo que ela estava passando. Assim, quando ela disse “ninguém sabe que eu passei por essa situação” (S1), garantimos que estes dados tinham apenas finalidade acadêmica.

Paugam (2007:74) afirma que a “desclassificação social é uma experiência humilhante, ela desestabiliza as relações com o outro, levando o indivíduo a fechar-se sobre si mesmo [...] mesmo as relações no seio da comunidade familiar podem ser afetadas, pois é difícil para alguns admitir que não esteja à altura das pessoas que o cercam”.

Acrescenta ainda:

O morador de rua recusa todo tipo de contato com os membros de sua família, pois não se considera capaz de corresponder às expectativas de seus parentes, preferindo isolar-se, a se humilhar, indo ao seu encontro para pedir ajuda. No momento em que sua situação melhora e conseguem retomar a confiança em si mesmos, os moradores de rua reatam os laços com a sua família. (PAUGAM, 2007:78)

Outro entrevistado que aponta o trabalho formal como fator principal para a saída da situação de rua foi S3, que, ao ser questionado sobre as possibilidades de saída da rua, responde, veementemente, que “falta previdência”²³. Acrescenta, ainda, “falta o crescimento do mercado formal, já que a informalidade não deve ser fortalecida. Viver de assistencialismo? Viver de latinha?” (S3). Explica que a inclusão deve ser econômica e cita seu exemplo, “mando um monte de currículo, depois que passei dos 40...”. O entrevistado mostra grande preocupação na forma como a inclusão pela geração de renda vem sendo feita nos serviços socioassistenciais. Esclarece que, na maioria das vezes, as ofertas giram em torno do mercado informal e relacionadas à coleta seletiva, não sendo oferecidas outras propostas de acordo com a formação e a aptidão das pessoas.

Nesse sentido, podemos retomar Paugam (2007:69), quando cita Coser (1965), com relação à “estigmatização dos assistidos” (COSER apud PAUGAM, 2007:69), quando o “apelo permanente à assistência social condena a massa de pobres para carreiras específicas, alterando sua identidade e transformando suas

²³ Vale esclarecer aqui que se trata da previdência social, um dos tripés da seguridade social.

relações com os outros num estigma [...], um status social desvalorizado” (PAUGAM, 2007:69).

S3 apresenta-se bastante preocupado, uma vez que diz estar prestes a retornar para a rede socioassistencial. Trabalhava com registro formal, mas foi demitido e não está mais conseguindo pagar o aluguel. Durante quase toda a entrevista, fala da dificuldade da reinserção social. Diz que quando alguém sai da rua, principalmente, é difícil conseguir vencer a burocracia, como “abrir um crediário para comprar alguma coisa, abrir conta em banco, ter que encontrar fiador para conseguir alugar uma casa”. Destaca, várias vezes, que a saída da situação de rua não é o mercado informal e sim a inserção no mercado formal para que haja garantias aos trabalhadores em momentos como o desemprego, doenças etc, ou seja, um respaldo previdenciário.

Critica, ainda, a frente de trabalho municipal, apontando que não deveria ser aula de “varreção” (referindo-se ao trabalho executado pelos participantes da frente de trabalho). Diz que a resposta tem que ser da sociedade inteira, pois pobreza só vai gerar violência e crime, já que “ninguém quer trabalhar por um salário mínimo” (S3). Aqui, novamente, reflete sobre precárias condições de oferta de projetos de inserção social e que o problema vivido pela sociedade é muito mais amplo.

Diz que a saída da situação de rua é a mudança da mentalidade do mercado de trabalho, ou seja, o aumento de ofertas no mercado formal e ainda a capacitação dos trabalhadores para que isso aconteça. Ilustra que, hoje, famílias que não estão nas ruas, alimentam-se da oferta de entidades assistenciais que distribuem alimentos nas ruas, pois não sobra dinheiro para comprarem alimentos. “[...] Tem renda formal ou informal, mas não dá pra viver” (S3).

Essa preocupação de S3 pode ilustrar o processo de desqualificação social elaborado por Paugam, já que é um “movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população [...]” (PAUGAM, 2007:68). Preocupação que perpassa as consequências da precarização do trabalho presente nas sociedades.

O depoimento de S3 salienta não apenas o trabalho como necessário à saída da situação de rua, mas a garantia de um sistema de proteção àqueles que contribuem, acrescentando ainda que a mudança de mentalidade em lidar com a situação de rua requer pensar em como a pobreza vem sendo tratada.

Já S2 divide a saída da situação de rua em dois momentos. O primeiro deles quando se descobre grávida e percebe que teria que sair dessa situação de rua e de dependência química para poder cuidar de seu filho e, o segundo, anos mais tarde, a saída da rede socioassistencial que se efetivou pelo acesso ao trabalho.

Eu engravidei, foi assim tive várias internações em hospitais psiquiátricos para parar com a droga, sempre tinha recaídas... No dia 6/07/2001, foi a grande mudança na minha vida, eu pedi ajuda ao Projeto X, agradeço muito ao projeto X, foi a pessoa que me ajudou muito, ele trata com crianças de rua, adolescentes envolvidos com drogas, e eu, por já ser de maior na época, eles continuaram me ajudando, não desistiram de mim, me ajudaram, me internaram no hospital de Diadema. Eu acho que fiquei uns três meses, por aí, ou mais ou menos, mas aí eu tava decidida a nunca mais usar drogas, que eu ia parar, aí [...] Foi em outubro que eu sai de lá, aí nunca mais eu usei, até hoje, mas pra mim conseguir parar a minha motivação de tudo isso pra foi o meu filho, P.V.S, de nove anos, no dia 13, na sexta feira treze de 1999. [...] e eu devo tudo isso a Deus e em segundo lugar meu filho, que foi por ele que eu comecei a fazer as coisas para sair dessa vida. (S2)

No entanto, antes mesmo da decisão de parar de usar drogas ter sido fortalecida, em outubro de 1998, foi presa e narra todas as dificuldades passadas na prisão, dentre elas a violência que quase a fez perder a criança. Após a saída da prisão, novamente se viu em situação de rua, agora com um bebê em suas mãos, recorrendo, então, à rede socioassistencial.

Meu bebê tava com quatro meses quando cheguei lá, e hoje, e agora, ele tá com seis anos, aí arrumei o serviço que eu tô até hoje lá, trabalhei três vezes na frente de trabalho, na última vez foi para trabalhar no CAPE como agente de proteção social, [...] aí terminou, aí uma ONG [...] pegou a gente e registrou [...] então, sim foi o trabalho, porque se não fosse o trabalho eu tava lá no albergue ainda. (S2)

Devemos resgatar, também, no depoimento de S2, a presença marcante do atendimento e do acompanhamento recebido por instituição que desenvolve trabalho social com crianças e adolescentes em situação de rua e com problemas com álcool e drogas. Nesse sentido, a experiência de projeto social ou serviço por onde passaram foi destaque nos depoimentos a seguir:

Tinha uma organização que vinha na rua e perguntava se eu queria ir para um projeto e uma vez eu me interessei e fui eu e mais uns colegas. Aí eu fiquei, fiquei, eu e mais três até os 18 anos. Era um projeto social do antigo governo Pitta. Tinha escola, educadores, assistentes sociais. Eu ficava o tempo todo, tinha curso lá dentro e freqüentava a escola fora. Tinha passeio no final de semana, se quisesse ir para família no final de semana, eles levavam e depois retornava. Só que eu nunca ia. Projeto X, perto da Luz no Bom Retiro. Eu tinha mais contato com os educadores, tratavam a gente bem, como se fosse uma família, tinha reunião para fazer alguma melhoria, eles conversavam com todos. (S8)

Na verdade, posso dizer pra você, francamente, que o projeto Y me deu essa... esse ponto de partida como eu já falei, porque o Y, ele... ele acreditou, ele acreditou que eu poderia ser capaz de mudar minha vida, eu mesmo posso mudar a minha vida, por exemplo, eles me deram a oportunidade pra que eu voltasse a estudar, me levantou a auto-estima pra voltar a estudar, fazer cursos, né? A fazer uma série de coisas, e aí eu percebi que eu poderia... isso me estimulou, né? Vi que eu era capaz de mudar a minha vida novamente, começar de novo, né? De fazer uma série de coisas, deixar de viver na rua, deixar de ficar mendigando, né, entendeu? Por que a partir do momento que você passa a depender, a pedir alguma coisa para alguém, você está mendigando, né? Então você deixa de mendigar pra buscar a sua própria dignidade, né? Que é o trabalho, que uma rota de alguma das formas eu te falei que é o trabalho que traz a auto-estima, então, o YI me ensinou a buscar, né? A ser humano, eu tentei voltar a começar tudo de novo, é como se fosse uma criança. Eu aprendi como se fosse doze anos, né? Para poder obter alguma responsabilidade que a vida traz a responsabilidade então eu voltei a começar de novo. Então o que me estimulou mesmo, de verdade, foi esta oportunidade que me deram, de fazer cursos, de compreender, de voltar novamente à sociedade de uma maneira mais digna, né? Aprender de novo, né? Entendeu? (S6)

Mesmo citando o exemplo de um albergue como fator diferencial para a saída da situação de rua, S6 salienta o acesso ao trabalho como importante para a recuperação da dignidade de ser humano.

Segundo Silva (2009:257), “o trabalho é ação transformadora da natureza, realizada pelos humanos de forma consciente orientada para o fim de atender a suas necessidades, tanto as necessidades de garantia de subsistência e reprodução da vida material, por meio da produção de objetos materiais e relações sociais, como outras necessidades sociais historicamente construídas, inclusive a de dar continuidade ao conjunto da vida social a um determinado estágio de sociabilidade. Assim, como atividade do processo de trabalho, é condição natural e vital do gênero

humano, em qualquer forma social. É central na história da humanidade e indispensável à manutenção da vida, além de ser estruturante da sociabilidade humana”.

Podemos constatar o que Paugam (2003) concluiu em seus estudos com relação ao trabalho na vida das pessoas, já que “a falta de perspectivas profissionais torna a vida insuportável, sobretudo aos que ainda não viveram a experiência do fracasso e da desqualificação social e cuja atividade anterior lhes permitiu alcançar um início de ‘aburguesamento’ (PAUGAM, 2003:94).

O autor acrescenta ainda que “[...] a precariedade da vida profissional está correlacionada com uma diminuição da sociabilidade”, colocando ainda que “a consequência disso tudo é que o risco de enfraquecimento dos vínculos sociais é proporcional às dificuldades encontradas no mercado de trabalho” (PAUGAM, 2007:72).

Nos dois depoimentos apontados, podemos também perceber que o estímulo de um trabalho social adequado acarretou não apenas a saída da situação de rua, mas o acesso a outras relações. Isso aconteceu com S8 que, após sair do projeto onde foi atendido por três anos, retomou o contato com a mãe e outros familiares, arrumou um emprego, teve um relacionamento do qual nasceu sua filha, decidiu encontrar seu pai em outro Estado, agora trabalha e retomou os estudos, continuando o ensino médio.

Para S4, a saída da rua também foi motivada por orientações recebidas de alguns profissionais e pelo forte vínculo que possui com sua mãe.

Hoje estou há três anos em casa. O que me motivou foram os conselhos de uma assistente social e de um pastor, o pastor J.A.P, que me chamava de ‘burro da rua’, porque ele não entende até hoje o que eu vim fazer na rua. Depois, eu parei e comecei a pensar em tudo o que eu já fiz de errado, que são muitas coisas, como roubar o próprio pai, agredir a própria mãe, machucar irmãs, e aí voltei, pedi perdão pra meu pai, minha mãe e irmãs. E o que eu acho que mais me levou a voltar mesmo foi que eu não consigo ficar longe da minha mãe, por mais que eu queira. (S4)

Acrescenta ainda:

Eu estava revoltado comigo mesmo, eu tinha mágoa de pessoas da minha família, tá certo que o errado foi eu, foi eu

que aprontei, mas eu guardava mágoa, era revoltado comigo mesmo. Eu me achava auto-suficiente porque ninguém da minha família me mandou embora, fui eu que peguei as minhas coisas e saí. Eu simplesmente vim em casa, peguei uma mala, minhas coisas e disse 'tchau'. Nesse tchau, foi mais de um ano... Eu senti um pouco de solidão. Eu sou uma pessoa que não gosto de ficar sozinho. Eu odeio não ter atenção, se estou em um lugar que não me dão atenção, eu vou pra um lugar que possam me dar atenção. Mas eu gosto de estar rodeado de pessoas. Senti saudades da minha mãe. Eu tenho uns atritos com meu pai, com minhas irmãs, mas, quando eu estava na rua, a saudade que eu mais sentia era da minha mãe, se não fosse ela eu já estaria morto. (S4)

Já S7 coloca que a sua saída foi resultado de um processo que começou com o retorno aos estudos e, como consequência, o trabalho como agente de saúde. No entanto, enfatiza a importância do trabalho social e psicológico que recebeu durante esse retorno ao trabalho formal.

Para mim, foi um processo mesmo. Quando eu fui para as ruas, eu tinha só o ensino fundamental incompleto, depois que eu fiquei nas ruas é que eu passei a voltar a estudar e terminei o ensino fundamental e médio e, logo depois, veio o trabalho. Com o trabalho, veio o acompanhamento psicossocial e, no meu caso, foi um processo mesmo na área da educação, cultura e lazer. Mercado de trabalho. Também contribuiu a parceria com a prefeitura, só o setor privado eu acho que não daria conta. (S7)

S7 destaca ainda que a importância do acompanhamento psicológico e social evitou que muitos desistissem e voltassem para as ruas, em função da discriminação e do preconceito pelos quais estavam passando.

No momento da contratação, eu comecei a trabalhar como agente comunitário de saúde de população de rua e uma das reivindicações do parceiro, CSNSB, junto à prefeitura, era que os agentes comunitários que fossem contratados tivessem acompanhamento psicossocial. Não fosse só um emprego em si... Era uma posição da entidade ter esse acompanhamento psicológico, psiquiátrico, saber quem eram os agentes comunitários, como era a família, como se encontravam e o distanciamento da família. A partir do primeiro mês que fomos contratados – os agentes comunitários –, tínhamos uma conversa mensal com a psicóloga, com a assistente social. Tinha uma avaliação e cada um era encaminhado segundo a necessidade. Eu acho que isso ajudou muito a não voltar para as ruas novamente. Porque a gente se sente tão discriminado,

com tanto preconceito, que esse atendimento é muito importante. (S7)

Além dos depoimentos acima, que podem sinalizar fatores objetivos que contribuíram para a saída da situação de rua, outros, menos “palpáveis” merecem ser discutidos, a esses chamaremos de fatores subjetivos.

3.2.2 Os fatores subjetivos apontados nos depoimentos

Em diferentes momentos das entrevistas, dados mais subjetivos apareceram, tanto quando os sujeitos respondiam sobre o processo de saída da situação de rua, quanto a relação estabelecida entre o que viveram e o que acreditam.

Dentre os depoimentos, destacamos o de S5, que enfatiza, durante todo o tempo, que o primeiro fator importante para sair da situação de rua é querer sair e ser firme e forte frente aos desafios que forem surgindo.

São dois fatores que ajuda a pessoa a sair da rua, o primeiro se ela realmente quer sair da situação de rua, ela, primeiro antes que as pessoas ajudem ela, né? Dá oportunidade pra ela, ela tem que dar oportunidade pra ela mesma, né? Que seria ela querer receber essa ajuda, esse é o primeiro ponto. E as oportunidades sempre vêm, algumas vezes com muita dificuldade, não vêm assim, como é como eu posso dizer pra você? as oportunidades muitas vezes, ela não vêm assim completa, tem os passos de tempo para conquistar cada coisa. Por exemplo, o primeiro passo do cidadão, quando ele quer sair da rua, geralmente ele começa aos poucos, ele vai, ele aluga um quartinho, ele começa a se organizar, ele começa a realmente a integrar a uma vida normal, certo? Que são pessoas que têm responsabilidade, com dívidas? Voltar a questão da reinserção social, que é um trabalho completamente diferente. E pra ele voltar a essa rotina normal, né? Ele tem que estar preparado psicologicamente, né?, estar tranquilo, ele tem que ter paciência com algumas coisas, né?, e o fato dele, às vezes, estar morando no quartinho, pra ele avançar um pouco mais, ele tem que começar a vencer alguns desafios, que seria a questão de voltar a cozinhar, voltar a ter a responsabilidade de casa, começar a ter uma vida normal, embora que ele fica desempregado, mas ele tem que entender que ele tem que buscar outro emprego pra poder não cair na mesma situação, e ser forte e firme pra poder acarretar esse desafio, né?, e o mais importante de tudo, pra uma pessoa sair da rua, ele tem que querer realmente ser ajudado, por que você pode ter milhões de oportunidades, mas o ser humano

tem a opção do querer tá, tem que ter o querer, esse é um dos fatores. (S5)

Já S6 afirma que não teve nenhuma influência direta para sair da situação de rua, já que “[...] desde que eu fui parar nas ruas, eu nunca tive vontade de estar lá, sempre tive vontade de sair o mais rápido possível. Quando as coisas começaram acontecer na área da cultura, aí apareceram oportunidades, aí eu tive vontade de tocar para frente”. Embora S6 tenha apontado a questão cultural como fator motivador, em sua entrevista, muitas vezes aparece a questão da vontade, de acreditar, de retorno a ter sonhos e novas perspectivas.

Outras informações muito subjetivas aparecem quando os sujeitos analisam seu modo de vida antes da rua, na rua e agora, como o que diz S1, ao comparar como se via antes da situação de rua:

A experiência que a gente sente na pele. Eu era muito novinha, arrogante... (S1)

O mesmo acontece quando ela analisa a razão de ter saído da situação de rua, ao comparar com outras pessoas que continuam nessa condição.

Acho que saí, não sei, talvez porque eu não tivesse vício, pois você sabe que uma pessoa viciada fica mais difícil. Graças a Deus, eu nunca usei drogas na minha vida, nunca, eu acredito que, sei lá, se eu tivesse entrado nos vícios das drogas, minha filha poderia estar hoje no Conselho tutelar e eu estaria zanzando por aí pela rua. (S1)

Nesse sentido, ao perguntarmos o que diferencia quem sai da rua de quem não sai, ela responde:

É como eu te falei, 90% é o vício né? E a pessoa tem que ter interesse também. Não pode ficar frequentando o que eles chamam de boca de rango. Eu não frequentava estes lugares. Eu sempre arrumava algo pra fazer. Eu panfletava, fazia uma faxina. A minha ex-patroa me ajudou muito, eu tive apoio de uma pessoa amiga, uma referência. (S1)

O trecho acima remete-nos a duas questões. A primeira refere-se à fase da fragilidade negociada (PAUGAM, 2003:94), quando a pessoa estabelece a distinção entre ela e as outras pessoas na mesma situação, frequentemente, quando recém-

chegada a essa situação comparando-se com os outros e não se colocando na mesma condição. Já a segunda, relaciona-se à importância dos vínculos nas relações sociais, ou seja, a presença de uma pessoa de referência. O depoimento a seguir mostra a percepção de um dos entrevistados em distinguir três momentos diferenciados em sua vida: enquanto na rua, enquanto usuário da rede socioassistencial (albergue) e agora com sua família.

Agora, pós albergue, pós situação de rua, né? O que que muda na vida de uma pessoa, pós albergue, né? A vida dela, ela muda, ela dá um salto bem maior, né? Porque ela se sente mais humana, andando no meio da comunidade, no meio do povo, né? Ela se sente mais humana, né? Que nem eu te falo, e o convívio com as outras pessoas, por que quando ela passa a ter uma integração, e ter uma identidade novamente, e a pessoa, ela perde esta identidade, é como começar de novo, ter uma vida nova [...]. (S6)

Na rua, passei por coisas que até Deus duvida. Na minha casa, agora está bem, com minha mãe está bem. Eu e o meu pai quase não nos falamos. Eu e minha irmã mais velha mais brigamos do que conversamos, o normal de família... No começo do ano, vou procurar algo pra fazer, apesar de não poder trabalhar por ter transtorno bipolar e estou fazendo tratamento, por enquanto estou lá, até me dar na veneta, sou meio de lua [...]. (S4)

S4 reflete ainda que houve um processo para a retomada desses vínculos familiares, nem sempre compreendidos pelo profissional que realiza o atendimento.

[...] tem vínculos que você tem rompidos e tem vínculos que você pode reatar, como aconteceu comigo, eu voltei pra casa e minha mãe me recebeu muito bem. O que me ajudou a voltar foi a saudade que eu sentia da minha mãe, a solidão que eu sentia, os conselhos que eu recebi. Não consigo ficar muito tempo sem minha mãe.

Uma vez, uma assistente social falou pra eu voltar pra casa e eu respondi que falar de fora era fácil, vem viver o que eu estou vivendo...

Uns conselhos eu guardei, outros eu fui pro vaso sanitário e dei descarga.

Eu só ouvia os conselhos que queriam me derrubar. Hoje, no mundo, você encontra mais pessoas pra te derrubar do que pra te levantar. Agradeço aos que me ajudaram a levantar, os que quiseram me derrubar, eu continuo de pé e eles continuam caídos. (S4)

Além de apontar a presença de uma pessoa que tenha ajudado a superar a condição, novamente aparece a questão do interesse em sair da situação. Acrescenta ainda:

Você imagina, você sai de um albergue, aí você vai para casa, um lugar comum, à tarde tem o café, e você não procura nada, fica ali, eu acho que é melhor ocupar a mente, como eu te falei né? Eu poderia estar aí drogada, em péssimas companhias, eu não tenho amiga, sempre me virei sozinha. (S4)

Finalmente, S1 coloca a necessidade da busca por alternativas e não só esperar o que é oferecido. S5 também menciona, em seu depoimento, a importância de acreditar que possa sair da situação e, atrelado a isso, a oferta de oportunidades seria a fórmula para sair da situação de rua.

Nunca o sujeito acredita que possa sair desta situação. Não acredita nas ONGs, ONG nenhuma, até falo, poder público, ninguém no mundo consegue tirar ninguém da rua se a pessoa não quiser que isso aconteça, então, se a própria pessoa tiver iniciativa e buscar alternativa. J é um exemplo, J hoje tem a sua própria casa, tem o seu carro, tem a sua família e vive muito bem e muitos e muitos outros que saíram da situação de rua, entendeu? Vou te dar um exemplo maior aqui na cidade de São Paulo, pessoas que trabalham com negócio de cartucho, vídeo game e tal na Santa Efigênia, na rua, na região central... Será que este pessoal não quer trabalhar? É uma contradição muito grande, entendeu? O pessoal não quer trabalhar? O que está faltando para o morador de rua é oportunidade de verdade, uma alternativa de verdade. O que existe aí é uma grande enganação. Cursos fingidos que não tira morador de rua de lugar nenhum. Muitas das pessoas já ganharam caminhão de dinheiro, milhões, bilhões de dinheiro e nunca fizeram nada para a população de rua. (S5)

Sebastião Nicomedes, um dos representantes e líderes das pessoas em situação de rua, afirma, em reportagem na Revista Época, “Compreendi que a chave entre quem sai da rua e quem nunca vai sair é a perda da capacidade de sonhar” (cf. BRUM, 02/10/2006).

Já o depoimento de S7 complementa o anterior, uma vez que percebeu que o caminho seria o estudo, pois, antes disso, mesmo se houvesse uma oportunidade, não teria aproveitado de maneira adequada.

E eu vi que a saída era voltar a estudar. Que mesmo na rua, se eu pegasse um trabalho qualquer naquela época, eu ia ver que não significaria nada, era mais que querer sair da rua, eu queria fazer algo voltado para essa população, conheci um pouco essa população. Eu era completamente alienado. (S7)

S7 também menciona a necessidade de acreditar que algo possa ser feito para melhorar a vida das pessoas que estão em situação de rua quando diz “eu costumo falar assim, pode ter 99% de coisas ruins, mas se tiver um grupo com aqueles 1% [de coisas boas], pode acreditar que a gente reverte isso. [...] Eu acho que se acreditarmos, vamos fazer a diferença” (S7).

Ao ser questionado sobre o vínculo com sua família, S7 afirma que o retomou e ainda acrescenta que sua visão de família mudou após o período em que esteve em situação de rua.

[...] graças a Deus, sempre, ela [a mãe] veio para cá o ano passado, ela passou 60 dias aqui comigo, tenho uma irmã em Itu e um irmão meu também morando aqui. Tenho um contato com eles muito mais frequente, e eu olho para minha família como eu nunca olhei antes. Eu acho que a rua foi necessária para eu perceber a importância da família. Quando eu estava na rua, eu não queria falar com a minha mãe por estar nessa situação e tinha pessoa na rua que queria voltar para a família e a família não aceitava, sobrou para eles foi a rua. E isso, para mim, é uma dor horrível. (S7)

Dentre os oito entrevistados, podemos citar duas pessoas que iniciaram a vivência na rua ainda crianças. De acordo com os depoimentos, pudemos perceber que a rua cumpria uma função em suas vidas, em contraponto a uma situação de violência ou ausência dentro de suas famílias.

A parte boa da rua é que você vive solta, livre, leve e solta, não tem ninguém pra te mandar acordar cedo, você arruma as coisas a hora que você quer, na hora que você não quer, você não arruma. O mal, o lado mau da rua é que você sempre tem que ter alguém pra te defender, sempre tem uns mais bom, os mais fortão que quer te aproveitar, por você pra roubar, pra conseguir dinheiro para eles, pra arrumar comida pra eles, mas a rua tem seu lado legal, por isso que muitas crianças que saem de casa ficam na rua, é difícil sair, porque é gostoso, mas tem o lado negativo também, né? (S2)

S2 conta seu primeiro dia na rua, ainda criança:

No primeiro dia, eu senti arrependimento, eu quase voltei pra casa, mas aí vinha aquele negócio na cabeça: se eu voltar pra casa, meu pai vai bater na minha mãe de novo, bate na gente, bota a gente pra fora, pra dormir na rua, a polícia vai lá, leva, no outro dia, ele volta e bebe de novo, bate na mãe de novo, tanto que eu perdi um irmãozinho, nessa muvuca toda, eu perdi um irmãozinho de onze meses. Meu pai chegou bêbado em casa, pegou meu irmãozinho e colocou em cima da mesa, aí ele caiu e deu traumatismo craniano, mas aí ele não morreu ainda. Minha mãe estava estendendo roupa e mandou segurar o neném, aí eu caí em cima do neném. Eu devia ter uns sete anos por aí, o neném já tinha tido uma queda na 1ª vez, aí teve essa queda, ele entrou em óbito. Minha mãe sofreu muito por causa disso, ela perdeu o emprego, ela trabalhava de faxineira no hospital. Trabalhava na Brasanita, empresa Brasanita de faxineira no hospital, aí ela começou a ter problema de saúde, depressão, aí ela perdeu o emprego, depois disso a vida piorou mais ainda, que era daí que eu tirava o sustento, porque se dependesse do dinheiro do meu pai, era tudo pra bebida. (S2)

Relembrando a relação com sua mãe, S2 explica:

Não tenho muito contato assim, ela tá lá em Nova Lençóis e eu tô aqui, mas, mas, assim, não tenho vontade de ficar perto de família. Ela sente minha falta, mas assim ó, eu vivi 14 anos na rua, que hoje eu não sinto falta de afetivo de família, pra mim minha família é só meus filhos, que é o que eu convivo, que eu tenho carinho. (S2).

Podemos perceber que, após o rompimento de alguns vínculos, outros podem ser construídos suprimindo a necessidade anterior e que, mesmo em situação de rua, novas relações são estabelecidas, inclusive diminuindo determinados sofrimentos daqueles que partilham da mesma condição.

Não senti preconceito não. [...] Normalmente é de momento, né? Se estivesse usando alguma droga, tinha muita união entre a gente, nos distraíamos. Só se eu ficava sozinho pensava na vida e via que aquilo não estava bom pra mim. Quando estava no momento de solidão, né? Não tinha muito a mente desenvolvida, né? Então não via a solução, só me perguntava o porquê daquela situação. (S8)

Ao ser questionado se já sofreu algum tipo de discriminação, S6 responde que não, mas existem muitas queixas de outras pessoas sobre esse assunto. Conta como foi chegar a um albergue pela primeira vez.

Eu não me considerava cidadão, mas para cada caso é diferente, tem gente que aceita numa boa, tem gente que não admite e tem gente que prefere não ter ajuda. Eu, no meu caso, eu até me emocionei quando eu encontrei ajuda, porque eu precisava urgente. Eu ia operar o meu braço e queria estar em um albergue quando fosse operar, pois eu tinha medo de ter que amputar o braço. Então foi meio sem graça pra mim quando eu fui pela primeira vez na fila do albergue, mas tinha que fazer aquilo e, para mim, foi uma surpresa, não sei se peguei a assistente social em dia feliz, eu fui muito bem recebido, toda a turma que estava ali foi bem recebido. Ganhamos roupas e muitas outras coisas. (S6)

Ao ser questionado sobre o que sentiam enquanto estiveram em situação de rua, S6 considera uma pergunta difícil.

Pergunta difícil... O que eu posso te dizer é que eu não me sentia bem por aquela situação, no começo foi difícil assimilar, que eu estava no meio de moradores de rua, que eu era igual a todo mundo, que estava todo mundo ferrado e eu também. Essas foram as coisas difíceis de assimilar, as dificuldades. Era como eu tivesse duas personalidades, você sabe que sua situação era outra e você procura lembranças do que já foi e agora a situação é outra. Eu não me considerava um cidadão e nem um morador de rua. Demorou para eu entrar em um consenso. Dava vontade de comer alguma coisa, de comer o que eu quero na hora que eu quero e tinha que esperar alguém te trazer e o que te traz, no começo foi difícil. Você tem que assumir a consequência, que é alguém que está precisando mesmo, para poder conviver. Comida em garrafa pet, pote de leite, marmita que te dava diarreia, muitas coisas diferentes. Eu cheguei ao ponto de achar que comer comida do lixo era normal, mas demorou tempo para isso acontecer. (S6)

Novamente, nesse depoimento, aparece a fase chamada por Paugam de fragilidade negociada, ou seja, a difícil fase da compreensão sobre a situação que está vivendo e as diferentes formas de reação que podem ter. Em pesquisa realizada com pessoas em situação de rua, na França, o autor destaca que

[...] Se, de um lado, os indivíduos que se tornaram moradores de rua recentemente manifestam a sua necessidade de integração social e procuram junto aos assistentes sociais saídas para seus problemas, por outro lado os indivíduos que estão nas ruas há mais de três anos tendem a desconfiar das instituições sociais, definirem-se como marginais, sofrer com a falta de banho, o frio, e considerar como prioridade no seu cotidiano encontrar alguém para conversar. (PAUGAM, 2007:79)

Como resgatar a cidadania de uma pessoa que não se considera um cidadão? Como retomar a dignidade de pessoas que, após um tempo, poderão considerar a sua condição normal? Nesse sentido, Paugam (2003:87) escreve sobre a adaptação individual a uma condição miserável. São algumas questões para serem refletidas ao trabalharmos com essa população.

Além da discriminação já citada em alguns depoimentos neste trabalho, o descaso também é frequente entre os sentimentos de quem se encontra nessa condição, como exemplifica o depoimento de S7:

Eu não senti discriminação, eu senti descaso, as pessoas te olham como se você não significasse nada. No serviço, eu também não senti essa discriminação, a palavra é descaso, não olhar para as pessoas em quem você é, se você fala, você é punido. Não é bom olhar para alguém sujo, é um descaso e um desconhecimento. (S7)

S7 fala em vários momentos sobre a necessidade de preparação das pessoas para trabalhar com esse público, seja nos postos de saúde, seja a polícia etc, para se evitar o constante preconceito existente.

A questão do preconceito tinha que ser trabalhada nos postos de saúde. Tinha que preparar as pessoas. Quando falaram que eram agentes comunitários que viveram nas ruas, sofremos preconceito por parte de médicos, de você chegar e a pessoa estar com o armário aberto e fecharem o armário, porque você chegou. Você ia na cozinha tomar água e as pessoas ferviam o copo que você tomava água. Foi preconceito mesmo. Achavam que todo mundo que morava na rua eram ex-presidiários. Chegou um momento que umas das meninas que começou a trabalhar queria desistir por causa disso. [...] o acompanhamento psicossocial foi muito importante. Nós saíamos no final da tarde uns cacos [...]. (S7)

Explica ainda que o trabalho social e psicológico foram importantes, pois auxiliaram o grupo a entender

[...] que eu não podia ter raiva daquela pessoa porque ela desconhece o caso e você morrendo de vontade de pegar a garrafa de café e despejar na cabeça dela. Despejava e ia embora para a rua de novo [...] Depois de um tempo desse acompanhamento psicossocial, fui perceber que podíamos mudar aquela situação. Para mim, foi difícil, muito difícil, entender que era eu que tinha que mudar aquela atitude, que a pessoa desconhecia, por causa disso discriminava. Eu não esperava, como eu tinha saído da rua, eu achava que eram aquelas pessoas que tinham que me dar oportunidade. (S7)

S7 esclarece, assim, em seu depoimento, a necessidade e importância de também passar a compreender a reação das pessoas frente a questão da rua.

Quando S7 passou a utilizar os albergues, pensou que seria o fim de tudo:

Eu sentia que não tinha mais saída, no P, fica embaixo do viaduto, você não tem liberdade para tomar um banho. Eu pensava 'perdi a dignidade, perdi o respeito, perdi o amor próprio, e não tem mais saída'. Você saía de manhã e via as pessoas andando em cima do viaduto para ir trabalhar e você saindo de dentro de um buraco, saindo dele. (S7)

O trecho acima demonstra o que Paugam (2003:99) chama de fragilidade interiorizada já que nela, com relação ao uso dos serviços sociais, “a frequência a essas instituições provoca, geralmente, dentro deles, um certo mal-estar, que reaviva o sentimento de decadência e a angústia do fracasso [...] a humilhação “

E foi com esse sentimento de não ter mais saída, de achar que era o fim, de, com seis meses conhecer pessoas que já sabiam da lista de todos os albergues da cidade. “Falavam tem esse, esse, esse, você pode passar cinco, seis, anos, e eu pensava, mas eu não quero isso”. S7

Já essas pessoas que indicavam a ele a lista de albergues já passam pela fase intitulada por Paugam (2003:37) de dependência em função do hábito adquirido em viver nos serviços socioassistenciais.

Para escapar dos sentimentos que possuía, S7 escrevia poesias. Conta que escreveu “várias poesias na época, milhões e milhões de poesias. Estou procurando uma editora, material eu tenho. Eu vi uma mãe na rua, chorando porque ela estava com saudades do filho, aí olhando para ela eu comecei a escrever. Chegando nela,

ela disse que queria morrer. Eu disse ‘olha, na hora que a senhora encontrar seu filho, não fala nada, leva um café’ ”. Recitou neste momento:

Eu sou você quando pensa
 Eu sou você quando vê
 Eu sou você quando ouço
 Eu sou você quando acorda
 Eu sou você ao dormir
 Eu sou você quando chora
 Eu sou você quando ri
 Eu sou você na saudade
 Eu também sinto solidão
 Mas fico mesmo feliz
 Se ti vejo sem ingratidão
 Eu choro com as tuas lágrimas
 Eu sofro com a tua dor
 Mas choro quando tu diz
 Ainda morro de amor
 Eu choro por te ver amando
 Eu choro por te ver chorar
 Eu choro de alegria
 Por te ensinar a amar
 E mesmo depois do choro
 Se lágrimas ainda sobrar
 Vai e continua chorando
 Mas chora de tanto amar

Disse que queria ter dado algo para aquela mulher, no entanto, só possuía a palavra.

Falar disso hoje ainda me emociona, porque eu, vendo aquilo, eu lembrava da minha mãe. Só conseguíamos nos abraçar. Quantas mães queriam abraçar seus filhos e não podiam, quantas crianças morrem na rua e a gente não pode fazer nada? A rua me deu a certeza do que eu queria no mundo acadêmico. (S7)

S3 se indigna e conclui:

Vai ter aquela parcela que não vai se incluir, mas tem que ser a maioria? (S3)

Com relação ao uso de drogas, S7 desabafa:

Olha, só Deus ou algo muito forte para você estar na rua e não se drogar e aí eu te digo, a droga lícita e ilícita, né? Para

aguentar a violência, há poucos dias, duas pessoas foram assassinadas a pauladas. Imagina para quem estava na rua e presenciou isso? Aí tem o frio, tem tudo, é difícil você ficar na rua e não se drogar. Eu escrevia muito, e para dormir sem tomar álcool é muito difícil. (S7)

S7 finaliza dizendo:

Tem pessoas que olham para mim hoje e falam, não, você não morou na rua. (S7)

Dentre os depoimentos apresentados, destacamos o sentimento de reencontrar novo espaço na sociedade, de indignação por saber que pessoas continuarão vivendo nessas condições, lembranças das agruras pelas quais passaram e reconhecer que conseguiram galgar outra condição, melhor que a anterior, são a maioria dos sentimentos que permearam as entrevistas.

3.3 A AVALIAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL APONTADA NOS DEPOIMENTOS

Durante as entrevistas, além da preocupação em recuperar o processo de saída da rua, houve também o cuidado em estabelecer a relação dessa saída com a oferta dos serviços socioassistenciais, visando à compreensão da contribuição dos serviços por onde passaram ao processo de saída da situação de rua.

Nesse sentido, os depoimentos foram bastante categóricos na crítica às formas de atuação utilizada pela maioria dos serviços da rede socioassistencial, sendo apenas apontado um único serviço com um diferencial metodológico, por mais de um entrevistado.

Destacamos o depoimento a seguir:

Olha, eu não tenho do que reclamar, mas também eu ficava assim, chegava lá na hora de entrar, no outro dia de manhã saía e já ia trabalhar, depois eu vinha, passava na casa da minha amiga, pegava minha filha e deixava na creche, ficava no Brás né? Então me virava, né? (S1)

Novamente, o depoimento de S1 aponta para a relação “entre não ter problema” associado a sua postura individual, ou seja, em ficar o menor tempo

possível no serviço e “correr atrás de suas coisas”. No entanto, S1 menciona a discriminação que sofreu entre os próprios usuários dos serviços.

Fui muito bem atendida, só senti um pouco de discriminação das outras pessoas que dormiam lá, porque tinham uns que me viam chegar assim arrumadinha, e eu não fazia muita amizade. Teve um dia que um cara me seguiu e eu fui até o apartamento da minha amiga, e viu eu pegando uma criança e saindo de lá. Eu lembro que, nesse dia, ele chamou o assistente social e falou. E eu fui chamada lá. Perguntou se a criança era minha e falei que era filha e tal, mas, assim, eu não sei qual era a dele né? Eu tive que levar a menina, os documentos. Ele achou que sei lá, que eu poderia ser uma babá, que não podia dormir no emprego e estava ocupando lugar de alguém porque eu sempre andava bem arrumadinha, de salto, era novinha na época, ou ela achou que eu ia abandonar a menina, daí minha amiga veio e também conversou, foi tranquilo... (S1)

Muitos depoimentos também apresentam sentimentos contraditórios com relação ao atendimento recebido pelo Serviço Social, além de uma crítica aos procedimentos internos, como demonstra o depoimento de S2:

[...] quis bater na assistente social, dá até vergonha de falar, na hora fiquei com muita raiva dela, mas depois perdoei ela, na 2ª vez que eu voltei, fui morar na invasão, fiquei dez meses na invasão, não deu certo, eu voltei pra lá e ela me aceitou de volta. (S2)

S2 explica que dividia o quarto com outra mulher e seus filhos e as brigas em função do relacionamento das duas eram constantes. Dentre as vantagens pontuadas por ter saído do albergue, ressalta não precisar mais pedir doações e nem se sujeitar a regras rigorosas como sair cedo, “fazendo chuva ou sol”, com seu filho pequeno.

[...] depois que eu sai do albergue e consegui esse emprego, minha vida melhorou, melhorou no sentido, assim, de eu não precisar mais ficar pedindo as coisas para os outros, não precisar sair pra rua em baixo de vento com meu filho, porque no albergue você tem que sair cedo, tendo filho ou não [...]. (S2)

Giorgetti aponta que “o apego excessivo às regras pode constituir em muitos casos um empecilho para o trabalho social – desviando-se de seus objetivos iniciais, a saber, lembrar aos moradores de rua as regras básicas de convivência, tal apego pode se tornar um meio para aplacá-los ainda mais, pasteurizando seus hábitos e a sua personalidade” (GIORGETTI, 2006:224). Dessa maneira, dependendo da forma como o trabalho social é conduzido, poderá lembrar a degradação vivida pela pessoa, fazendo com que a situação seja reiterada e, ainda, com que se sintam mais oprimidos e perdendo ainda mais a vontade de viver.

A necessidade da mudança da forma como o trabalho vem sendo oferecido pelos albergues, para efetivar a saída da situação de rua, é apontada pela maioria dos entrevistados, como vemos a seguir:

Mudar a metodologia do sistema da Assistência Social, quase tudo que existe é acolhimento e quase nada pra pessoa ter saída e tocar a vida para frente, então tudo que se pensa em forma de renda, hoje, está ligada a um serviço inteiro pra prestar serviço para a pessoa e não tem uma renda para aquela pessoa tentar ir pra frente sozinha Então, falta isso para poder se adequar. (S6)

Podemos, também, perceber que não se trata apenas de novas ofertas de atendimento, uma vez que o próprio acolhimento dos albergues precisa ser repensado.

90% dos albergues que passei foram pouco acolhedores, não prestavam atenção em você, não queriam saber quem é você. Você é tratado/chamado por número, não como pessoa. Se a assistente social precisa conversar com você, ela grita “408”, que é o leito que você dorme e só. Acompanhamento? Muito pouco, uma avaliação individual das pessoas para saber a real necessidade, o que eu enxergo na maioria dos albergues é que as pessoas estão preocupadas em preencher vagas na verdade, preocupadas mais com números e não com pessoas. Não que todos sejam assim, mas o que eu senti, o diferencial só um dos três albergues que passei primeiro, foi um só. Eu queria terminar o ensino fundamental e por causa do horário de entrar no albergue não podia. Se o albergue ficasse na região central e o colégio na Zona Leste, na Estação Belém, não chegava. Não dava nem pra tentar carona no metrô. Eu acho uma má vontade, das pessoas que trabalham com pessoas em situação de rua principalmente nos albergues, em querer que ela volte a um mundo normal, tido como normal. Geralmente, o assistente social que quisesse fazer um trabalho diferenciado,

acabava sufocado pela direção. É uma cobrança, ele tem que atender de forma individual, não pode falar muito, então o profissional, às vezes, fica condicionado às pessoas que comandam. (S7)

Dentro do albergue, você não consegue ter um diálogo, você tem um monólogo. É o que o coordenador quer e pronto, acabou o assunto, você não pode nem expor a suas condições, o que você quer e o que você não quer. O coordenador é lei, ele se acha o dono do mundo. Por isso, muita gente não gosta de albergue. Então, como tem maus profissionais nos albergues, tem nas casas de convivência, que eu também já presenciei. Enfim, todos os lugares. (S4)

Com relação aos depoimentos acima, recorreremos à pesquisa realizada por Giorgetti, quando coloca que existe, em algumas organizações sociais, a opção pelo assistencialismo – não enquanto falta de verba, mas “ao priorizarem a quantidade em vez da qualidade; ao não se importarem com o conforto e o bem-estar de seus usuários, tampouco com o desenvolvimento de suas habilidades e com a sua auto-estima” (GIORGETTI, 2006:205).

Complementando o depoimento acima, S6 acrescenta que a forma de atendimento dependia do profissional e também de quem estava sendo atendido.

Para mim, foi boa, mas tem gente que não ficou tanto tempo quanto eu fiquei no albergue, depende do profissional que atende e de quem é atendido. Eu não tive nenhum tipo de ajuda diferenciada, nenhum privilégio, o que tinha pra mim tinha para todo mundo. (S6)

S5 também remete à questão da forma do atendimento oferecido pelos albergues e apresenta a discussão da necessidade de serviços diferenciados para aqueles que sofrem de algum problema de saúde, como dependência química e problemas psiquiátricos. Faz a crítica em relação a todos receberem o mesmo tipo de atendimento e ainda à falta de qualificação dos serviços para oferecer boas oportunidades de geração de renda.

[...] eu tive algumas experiências nos albergues dos bairros que não foram nada boas, né? Mas isso aconteceu comigo... [...] Por exemplo, vou te dar um exemplo bem maior, existia uma pessoa, ela que fazia um trabalho à noite, o que aconteceu, ganhava até razoavelmente, o cara era operador de máquina, né? [...] era um cara super esforçado e ele só queria um mês para poder se organizar. Neste dia que aconteceu, eu estava

junto com ele, então eu vi, tá, então eu sou testemunha disso, o que aconteceu? A coordenadora do albergue municipal falou para ele arrumar outro lugar pra se virar porque ela não poderia fazer nada por ele. Oh! Se eu quero trazer uma pessoa para poder trabalhar, tá comprovando que tá trabalhando, será que o Estado realmente tem um trabalho sério realmente, que esta pessoa saia da rua e eu tenho uma opinião sabe que é assim eu posso até tá errado, desculpa falar, mas não é o albergue. Eu tive que desistir de um paternalismo muito grande que vicia, ou força um círculo vicioso nesta população que ela, ao invés de ajudar a diminuir a miséria, aumenta o quadro. Eu não tô querendo culpar ninguém, mas a igreja, entendeu? Ela é um exemplo disso. [...] E já observando por este lado, eu conheço gente que já trabalha com população de rua há mais de 70 anos e nunca conseguiu tirar ninguém da rua. Por que será? Será que eles têm algum interesse que este povo saia da situação de rua? Eu acho que não [...] eu posso falar francamente, eu não tenho medo de falar, mas isso acontece, é uma realidade, Um cara que tá em situação de rua, que tinha sua família, mas que tem jeito de tirar, mas é com trabalho, não é com paternalismo. Dá comida é importante? É, mas num caso de emergência. Albergue também é um caso de emergência, mas tem que ensinar, incentivar a pessoa a voltar a viver. Eu não digo as pessoas que têm problema com álcool, que precisa fazer um tratamento, sofreu problema psíquico, precisa fazer um tratamento mais sério, um caso de saúde, uma pessoa que está doente ou até mesmo o caso do idoso que não tem condição de trabalhar, [...] mas no meio desta massa existem trabalhadores e este trabalhador precisa de aproveitar este momento para fazer uma geração de renda para ele... não tem no mundo uma entidade que eu conheça que tenha um trabalho de geração de renda de verdade para esta população. Esta é a grande verdade, o que às vezes vira um círculo vicioso, muitas das vezes, o cara, ele até quer sair da rua, mas certas atitudes que a gente vê nos albergues, em algumas casas de convivência, né? [...]. (S5)

Com relação ao depoimento acima, Giorgetti coloca que “além dos problemas de infra-estrutura, alguns equipamentos apresentam problemas ocasionados não tanto pela falta de verba, mas, sobretudo, por escolhas que dizem respeito à filosofia/metodologia de trabalho adotada nas instituições” (GIORGETTI, 2006:204). Como exemplo, a autora cita o fato de reunirem, no mesmo espaço, uma população heterogênea, com as características diferentes e em diferentes etapas de vida, além da proposital escolha pela não formação de vínculos.

Em São Paulo, há, de um lado, os problemas de infra-estrutura ocasionados sobretudo pela falta de verbas, como a ausência de materiais, de locais adequados e de articulação entre os diferentes serviços,e, de outro, aqueles relacionados à filosofia

assumida pelas instituições, a saber, o assistencialismo, a infantilização, a tendência em reagrupá-los num mesmo espaço sem levar em conta suas especificidades. Além disso, o tratamento institucional dedicado à população se afasta da noção de cidadania na medida em que não se preocupa com a sua auto-estima. (GIORGETTI, 2006:204-205)

Embora S5 tenha feito a mesma análise tanto para os albergues como para as casas de convivência, S7 acredita que os trabalhos sejam diferenciados.

Apesar de, na casa de convivência, só ter a comida e o dia para você ficar, é totalmente diferenciado dos albergues. [...] os profissionais conversam mais com você, de perto, se aproximam mais para saber quem é você.. A primeira casa de convivência que eu fiquei foi a SML e, por incrível que pareça, era o lugar onde eu saía do colégio e ia e almoçava lá. Sempre de portas abertas, não precisa de documento, pergunta seu nome na entrada e deixa você à vontade, para procurar o serviço e eles estão à sua disposição. Não tem muita exigência, né? Quanto ao horário de chegada e saída, mas eu acho que quem trabalha numa casa de convivência tem um olhar diferenciado para essa população. (S7)

Merece destaque a crítica feita pela maioria dos entrevistados, ao atual papel dos educadores dos serviços:

Educadores está acontecendo aos poucos, na minha época não tinha, eram só monitores, com função única, como se fossem inspetores, só diziam o que pode e o que não pode. O que nós tínhamos como educadores eram alguns professores específicos de cursos que davam, os outros eram só monitores. (S6)

90% agem como se estivessem em um presídio, agem como carcereiros e não como educadores sociais. '6 horas, hora de levantar, senhores', andar com as mãos nas costas, falar sim senhor para tudo, como se fosse um sistema de presídio. As pessoas saem dos albergues e se comportam dessa forma, com as mãos nas costas e, quando chega a polícia, já estão de cabeça baixa. Elas acabaram de sair do presídio e no albergue continuam na mesma condição. (S7)

Ele não tem, na verdade, eles não são qualificados para trabalhar com a população de rua, né? Essa é verdade. Não existe educador no mundo, ninguém, entendeu? Que possa trabalhar com população de rua, por quê? O que acontece hoje existe só o cabide de emprego. É fazer um projetinho, só para arrecadar dinheiro e pra ter cabide de emprego e [...] Mas eles não querem realmente fazer um trabalho sério, mas a culpa

não é do educador. É da pessoa, do diretor e presidente de ONG e estas religiões que estão infiltradas no meio, né? (S5)

Primeiro, eu já mudaria o nome porque eles não educam ninguém, eu chamaria eles de monitores, porque, se você tem um funcionário pra ser educador, ele tem que ser profissional no que faz, não ele chegar à noite, quando você está dormindo, ele mexer na sua bagagem e depois não sei quem foi. Pra ser educador, lidar com o público não é fácil, mas se você escolheu aquela profissão, ninguém tem culpa dos seus problemas particulares. Você está dentro do albergue, deixa os seus problemas em casa e não é o que acontece na maioria. Então, eu acho que devia ter uma qualificação, coisas que já foi prometidas e não foram cumpridas. Numa média de 0 a 10, dos educadores que eu já presenciei, eu daria 0.5. (S4)

Eu já sofri discriminação, já sofri agressão, eu já fui xingado, já me bateram dentro de serviços, o próprio monitor, já fui jogado contra a porta. Discriminação por você ser morador em situação de rua você tem em várias áreas, mas nos albergues é a principal. Porque, como eu já disse, você vale cifras e não o que é. (S4)

Podemos perceber, nos exemplos acima, a necessidade da qualificação da função, para que, efetivamente, construam uma prática educativa que não se restrinja ao controle e punição. Nesse sentido, a pesquisa de Giorgetti concluiu que “os funcionários reconhecem [...] que não possuem uma formação técnica para lidar com o morador de rua e que necessitam completar a sua formação nessa área” (2006:174)

S7 traz essa necessidade no planejamento de uma política de atendimento a esse público, afirmando que ultrapassa a capacitação para lidar com essa população e sim com todas as diferenças que encontramos atualmente na sociedade.

Acho que as pessoas tinham que se preparar na formação para atender as diversas formas de diferenças – e não é só com morador de rua, essa população de alta vulnerabilidade –, é também a questão do homossexualismo, com travestis, prostitutas, eles não são preparados na academia a encarar essa realidade. Eles são treinados para enfrentar e combater. Tá feio – você tem a obrigação de limpar – então tem essa agressão sim. (S7)

Fala também da importância de um trabalho articulado, além da necessária formação já citada para profissionais que atuam com o público.

Quando começarmos a reivindicar isso na formação policial mesmo, pelo menos os militares, a guarda civil metropolitana, profissionais que também foram controlados, prestaram concurso para também atender essa população e não maltratá-la, ser agressivo. Muitas vezes, descobrimos que a pessoa está com tuberculose, aí de um lado, fazemos um super trabalho para tratar a tuberculose e, do outro lado, querem o viaduto limpo, levam documentos, levam roupas, a mochila do cara, levam o remédio dele. Então, acaba sendo você secar gelo na verdade, mas quando houver essa articulação, nós vamos respeitar o mínimo da individualidade que cada pessoa tem debaixo do viaduto, que é a sua mochila, o seu papelão e isso não é respeitado. Quer limpar, tudo bem, mas fale – a gente vai fazer isso, mas naquele momento ele precisa dar uma resposta para a sociedade. Mas vamos esperar ele pegar a sua mochila, sua sacola, seu documento. (S7)

Já com relação ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social, destacamos:

Em locais com assistentes sociais com maior tempo de formação, por exemplo, alguém com cinco anos de formado atua diferente do que aquele com vinte anos de formação, ele é mais truculento, ele pensa mais no assistencialismo da pessoa, não vê outras necessidades como a saúde, a educação. Os outros profissionais mais novos, já acima dos 45/50 anos, são mais truculentos e não acompanham a mudança que ocorre na sociedade, a mudança do perfil das pessoas que vêm para as ruas, por exemplo, eu acho que quem vinha para as ruas antes era quem não queria trabalhar (algumas, né?) ou que saíam dos presídios, hoje a realidade é outra, desemprego, violência em casa, maus-tratos dos pais, abuso sexual. E albergues tem pouquíssimos na cidade, se fecharem, vai sobrar é as ruas, Essas pessoas não estão atentas ainda para esse olhar. Os profissionais formados de cinco anos para cá estão mais atentos para isso, mais abertos, mas as pessoas que estão comandando essas casas não dão abertura para esses profissionais agirem. E temos que considerar que a maioria dessas casas de acolhida são mantidas por entidades religiosas, então, tem um olhar mais no assistencialismo. Você não está atrás de religião, e sim atrás de um acompanhamento de políticas públicas mesmo. Religião você vê depois, mas até para você ser atendido você precisa aceitar a religiosidade. (S7)

S7 reflete sobre a importância do Serviço Social atualizar-se, principalmente com relação à mudança no perfil das pessoas que hoje estão em situação de rua. A questão religiosa apontada nesse trecho será retomada em outro depoimento.

S7 acrescenta, ainda, com relação ao Serviço Social, que "hoje, mais do que nunca, quem disser que Serviço Social é só assistencialismo, eu vou brigar até

o fim, porque não é”, explica que escolheu cursar Serviço Social para mostrar um outro lado das pessoas em situação de rua a esses profissionais, pois não concorda em escutar um assistente social “dizer que todo mundo é vagabundo, que não tem jeito... Tratam a população de rua como se fosse homogênea – é tudo drogado – ou tudo bêbado”. Pretende ser um assistente social e mostrar o contrário.

Outros depoimentos analisam a atuação desse profissional:

A partir do momento que você vai fazer o Serviço Social, o Serviço Social, ele tem que saber quem é o morador de rua, primeiro. Tem até assistente social que tem até nojo de pegar na mão de morador de rua. Quer melhor do que isso? Pessoa que, quando vai falar com o morador de rua, ela mantém até distância. Você quer melhor do que isso? Entendeu? Tem gente da organização que tem preconceito com o morador de rua. Tem preconceito com o morador de rua, entendeu? Até pra falar, fala bem longe, bem longe. E no poder público, ela pede dinheiro pra cuidar da população de rua. Entendeu? (S5)

Alguns falam que pessoas acham que albergue é privilégio e por isso o albergue deveria cobrar uma contrapartida dos que lá estão. Com relação aos assistentes sociais, pode ser corintiano, são paulino, baiano, o que tem em comum é o ódio a assistentes sociais. (S3)

Ao solicitar esclarecimento com relação ao depoimento acima, S3 explica que “acho que não fraseei direito ou você não gravou e compreendeu mal a frase”. Resolveu explicar:

Explicando o ódio às assistentes sociais, não só pela População em Situação de Rua, como a julgar pela atuação da atriz Katiuscia Canoro, em sketch no programa do Jô. A sociedade inteira odeia as ditas cujas e pelos mesmos motivos, falta de resolutividade das ações, visão tutelar dos assistidos, ou até preconcebida e preconceituosa. [...] A população de rua reclama que a assistente trata-os como débeis mentais quando buscam atendimento ou como criancinhas quando usam albergues, o que é inaceitável pra cultura machista dos brasileiros, falta tato na abordagem. Elas mesmas afirmam que não estão lá para oferecer abrigo enquanto política pública assistencialista, mas, sim, para "tutelar", como se os homens e mulheres adultos em situação de rua fossem "menores carentes".

As assistentes descartam e até zombam das experiências dos usuários como se fossem devaneios completos de pacientes mentais, generalizam todos que não têm moradia como preguiçosos, dependentes químicos, alcoolistas, malandros, punquistas, vagabundos. Essa também foi a minha experiência:

analfabeta, pouco ou mal-instruída, demente/ dependente/ viciada ou não, a População em Situação de Rua tem tanto cérebro quanto qualquer outro, não está completamente alheia do mundo que a cerca, e consegue assimilar fatos, analisar e concluir que as políticas públicas e a prática do Serviço Social não funcionam. (S3)

Falta de resolutividade, visão tutelar e preconceituosa são explicações que S3 utiliza para justificar a “raiva da sociedade” para com os assistentes sociais. De fato, segundo os depoimentos apresentados nesta pesquisa, “poucos profissionais se salvam”, como vemos a seguir:

Tem serviços que têm assistentes sociais ótimas, tanto do lado do poder público como do lado dos albergues. Tem assistentes sociais que valem à pena. Agora tem serviços também, que tem assistencialista social, ela sabe que ela tem o salário dela no final do mês, ela sabe que está com o emprego, digamos assim, garantido, então, pra ela tanto faz, como tanto fez, atender ou não atender. Pra ela, pegou, assinou o ponto, pronto. Tá ganhando. Tem assistentes sociais que acham que os usuários dos albergues são como aqueles sacos de lixo que você põe na porta e chuta. Eu diria que são os maus, pelo que eu presenciei são os maus. Eu diria que numa média de 0 a 100, você tira no mínimo umas 40 boas. (S4)

Após a conclusão acima, solicitamos a S4 um exemplo vivenciado de “mau atendimento”. Conta, então:

Eu estava na porta do albergue X, eu namorava com uma usuária de albergue, e levei uma facada no braço, no dia do meu aniversário, no dia 19 de março, belo presente. Procurei a assistente social do albergue, o que eu ouvi dela foi “É morador de rua? Que pena que foi no braço”. Eu levei essa facada às 4 horas da tarde, fui procurar a assistente social 4h05, mais ou menos, ela falou “Peraí que eu vou chamar o resgate, já que eu sou obrigada a chamar”. Ela ligou para 192 e identificou que era morador de rua e a resposta que veio do SAMU foi “Nós não atendemos morador de rua, chame o corpo de bombeiro”. E lá dentro desse albergue tem o pessoal da Guarda Civil Metropolitana, que eu costumo dizer que GCM é Guarda Cata Maloqueiro, e o guarda da GCM falou “Ele levou a facada só no braço? Que pena, vamos ver o que a gente pode fazer” e eu lá todo sangrando, enrolaram e já era 8 horas da noite. A outra assistente social que entrou, que de inteligente não tinha nada, me viu e falou “Ah, você levou uma facada, né? Foi o que passaram pra mim, espera aí que eu vou ver o que dá pra fazer”. (S4)

S4 destaca, ainda, “tem as que já foram bem educadas comigo [...]”.

Com relação ao serviço que foi apontado como diferencial nos depoimentos, destacamos com relação à sua atuação:

Lá é um lugar que realmente... eu não gosto da palavra reinserção social, porque eu acho que na rua você está inserido socialmente, no mundo capitalista e de modo cruel, então para você ser recolocado no mercado de trabalho e na vida, digo a vida organizada, a vida social organizada, ele te dá oportunidade. Se você quer, eu acho que lá é a porta de saída. Porque há um acompanhamento diferenciado. Você explica a sua situação, as pessoas realmente prestam atenção na sua situação, depois de 90 dias, eles te chamam novamente para saber qual foi a sua dificuldade na entrada, porque você não conseguiu chegar naquele objetivo. Não tem aquela coisa, é o único lugar que não trabalha com prazo determinado, você entra lá, são seis meses entre aspas, porque se você chegar e contar o seu caso, o que você quer da vida, o que você quer planejar para sua vida, isso é reavaliado. No meu caso, foi reavaliado, durante quase dois anos, então eu eliminei o ensino fundamental e médio lá. Você é avaliado pelos profissionais de acordo com seu interesse de ser inserido no mercado financeiro. (S7)

Visando compreender melhor essa atuação diferenciada, S7 esclarece:

Eu acho que pelas condições que há lá dentro. É um lugar enorme, mas desde a dormida, banho, opções de acesso que você tem lá dentro, como acessar a biblioteca, a internet, na hora de dormir, o espaço entre as camas são maiores, e o aspecto higiênico também conta muito, tem uma alimentação diferenciada, não sei se tem nutricionista, mas tem pessoas que você percebe que a alimentação é diferenciada. O café da manhã é diferenciado, é diferenciado lá. Se você não quer ver televisão, você pode pegar um livro, se você não quer o livro, tem uma sala de jogos. Se você tem um trabalho e precisa se ausentar, você pode passar três ou quatro dias fora, trabalhando. E se você precisar desse tempo, você não perde a sua vaga. Você é obrigado a permanecer lá porque, se passar três dias, você perde a sua vaga. Você tem essa garantia. (S7)

Conta ainda sobre a atuação do assistente social que o atendeu nesse serviço:

Ela perguntou: “o que você quer da sua vida?” Eu não posso esquecer disso porque fez toda a diferença. Ela disse assim:

“se você quiser, aqui tem isso, isso, isso”. Ela não falou as regras para depois te acolher. Não, primeiro ela perguntou o que eu queria. E eu não acreditava em nada. Quando ela me perguntou aquilo e eu falei meus objetivos, aconteceu tanta coisa e ela disse que eu não acreditava. Eu, no albergue, falei para ela que eu tinha conseguido um curso de Francês. Ela me perguntou que horário. Eu falei toda quarta das 7 às 11 da noite. Ela falou “tudo bem, está autorizado”. Você chegar em casa 11 da noite. Você ter direito a jantar e depois tomar um banho, isso contou muito. (S7)

S7 explica que:

Os outros albergues avaliam você primeiro e aí decide se você vai ficar ou não. Lá eles conversam com você, você fala a sua necessidade, e eles vão trabalhar em cima disso e dizem assim: “olha, o seu problema é droga, a gente tem uma casa que pode te cuidar, se o seu problema é o álcool, tem o ALC que você tem que participar”. Então é assim, você está com problema de saúde, você vai passar no posto. Então, não dá nem pra acreditar que aquilo acontece no setor público. E é aquilo que você sonha para todo mundo, né? (S7)

Vale lembrar que esse também é o local apontado por S5 como fator importante e decisivo em seu processo de saída da situação de rua. Em função desses dois apontamentos, realizamos uma entrevista com o responsável pelo serviço indicado e questionamos o que o mesmo teria como diferencial dos outros. A responsável nos esclareceu:

O X possui uma linha filosófica muito determinante em suas ações. O fato de ter suas raízes na Europa e uma visão diferente do assistencialismo, com certeza contribui para uma cultura da co-responsabilidade junto a pessoa acolhida, o lema da entidade é “Fazer o Bem, Bem Feito”. É acreditar que a pessoa tem direito de receber um serviço, mas que isso não pode ser utilizado até o final de sua vida, acreditando que o ser humano pode e deve ser trabalhado para autonomia e independência.(C02)

Acrescenta, ainda, que acredita que as pessoas que saíram dessa situação “[...] estavam dispostas e concretizaram seu processo de recuperação e autonomia, elas estavam abertas, foram estimuladas e acreditaram em si, costumam dizer que a casa pode servir ouro em pó, mas se não orientarmos para o bom uso, ele se perde e a dependência continua [...]”. (C02)

Discutir sobre o que é autonomia e a preocupação com o caráter assistencialista de alguns serviços oferecidos às pessoas em situação de rua, também são temas trabalhados por Giorgetti em sua pesquisa.

Na pesquisa de Giorgetti (2006), autonomia é entendida enquanto a capacidade de tomar decisões de acordo com o próprio arbítrio, assumindo todas as responsabilidades de seus atos. Esclarece, ainda, que “autonomia contrapõe-se a idéia de dependência. A fim de exercer plenamente a sua cidadania, o indivíduo não deve depender de nenhuma instituição ou pessoa” (2006:223).

Além disso, acrescenta que algumas instituições que não valorizam a autonomia tornam-se cárceres “ao estimularem a dependência em relação aos serviços sociais e ao adotarem uma metodologia que leve invariavelmente à infantilização, negam ao morador de rua a possibilidade de desenvolver a sua autonomia” (GIORGETTI, 2006:198-199).

Merece destaque a contribuição de S4, quando fala da diversificação das pessoas que estão nos albergues.

Há pessoas lá dentro que têm possibilidades, dentro dos albergues, que têm possibilidades de sair e têm chance de lutar pra sair, mas muitos não querem, outros não sabem como fazer e outros são os que realmente necessitam. Como houve uma reunião com a Secretária A.M.A., ela falou que 50% dos que estão nos albergues são porque querem ficar, e não é isso, ninguém quer ficar, são situações, é o emprego. Uma vez um rapaz me falou que era esperto por ficar em albergue, não pagava luz, não pagava água, tinha tudo de graça, e ele era esperto e a mulher estava na casa dele. Eu falei pra ele tua mulher tá na sua casa e você no albergue, quem é o mais esperto da história? Porque quem está em albergue eles recebem, que eu presenciei vamos assim dizer discriminação dos próprios funcionários de albergues, não todos, mas de alguns funcionários que discriminam. Sofrem discriminação das pessoas que dizem ser da sociedade, sofrem discriminação, desatenção do poder público, mais precisamente da área social e de saúde, e sofrem também da iniciativa privada que, se você se candidatar pra uma vaga e fala que é de albergue, esquece. Tem funcionários que, dentro dos albergues, pelo menos dentro dos que eu passei, que agem da seguinte forma, se eles verem que você tem condições de sair, eles começam tipo uma exploração. (S4)

Com relação aos sofrimentos citados no trecho acima, ou seja, a discriminação por parte da sociedade, dos próprios funcionários dos serviços, S4 exemplifica as formas de exploração que já presenciou:

Se a pessoa tem dia certo de pagamento e o funcionário vê que a pessoa tem algum benefício ou faz algum bico e recebe, você só entra ou permanece na vaga se você pagar alguma coisa pra ele no portão. Eu já presenciei isso em alguns albergues. Posso até citar nomes. No C é assim...

Agora aqueles que não sabem como sair, os funcionários lá também não ensinam como você sair, porque no albergue você não é um nome, você é uma cifra, quanto mais a coordenação do albergue colocar lá dentro, mais verbas ela pode arrancar da secretaria, da prefeitura. E tem aqueles que querem, mas não conseguem, porque não tem o apoio que precisam: primeiro da família, depois não tem apoio do poder público, depois não tem apoio dos amigos, podemos dizer assim. (S4)

O exposto acima demonstra a necessidade de criação de novas práticas para que os serviços possam, de fato, contribuir para a saída da situação de rua.

Destacamos, ainda, do depoimento de S7, a reflexão sobre a saída da rua quando menciona que “[...] está completamente atrelada ao tempo que você fica nela”. (S7). Quando pensamos no tempo em que a pessoa está vivenciando a situação de rua, podemos relacionar às diferentes fases do processo de desqualificação de Paugam, que irá demandar formas diferenciadas de intervenção.

Quanto antes se fizer um trabalho, melhor. Por isso eu te falo do olhar diferenciado dos profissionais que trabalham nos albergues. Eles podem fazer um diferencial na vida das pessoas. (S7)

A saída da situação de rua também está atrelada a um processo, não isolada a um único fator, mas a uma somatória de condições que faz com que a pessoa novamente se reencontre na sociedade e vá em busca de novas necessidades.

Por isso, o papel dos serviços socioassistenciais por onde passam torna-se de grande importância, inclusive Paugam aponta que quem presta atendimento deve

[...] reconhecer a possibilidade de uma negociação da desqualificação social, ou, em outras palavras, a existência de uma margem de autonomia no interior da qual os atores sociais

podem atuar. Eles podem participar da revalorização de sua identidade pessoal – reinterpretando, por exemplo, os traços negativos de seu status social – no contato com grupos que dividem a mesma posição social objetiva, com instituições que lhes assistem e com o resto da sociedade. (PAUGAM, 2003: 86)

Com relação às hipóteses levantadas neste trabalho, podemos afirmar que ambas são verdadeiras, uma vez que os depoimentos analisados permitem-nos afirmar a presença de momentos/fatos/processos que incentivam a saída da situação de rua e ainda que esses momentos poderão ser estimulados segundo a forma do atendimento prestado a essa população.

De acordo com os dados objetivos analisados, que incentivaram a saída da situação de rua, pode ser constatado, como consenso entre os entrevistados, a questão do trabalho e do emprego. Já com relação a questões mais subjetivas apontadas nos depoimentos pelos sujeitos entrevistados, temos o desejo/vontade e o “acreditar” em si na capacidade de sair da situação.

3.4 APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS

Considerando os dados das entrevistas realizadas com alguns profissionais, trabalhados no segundo capítulo, e ainda, a reflexão daqueles que saíram das ruas sobre os serviços socioassistenciais por onde passaram, apontaremos neste item, algumas aproximações metodológicas para o atendimento a essa população.

Neste sentido, também dividimos este item em fatores estruturais e pressupostos para o atendimento, uma vez que não só as mudanças de algumas práticas profissionais tornam-se necessárias, mas a oferta de uma política pública de qualidade deverá ser o fator inicial para mudanças efetivas.

3.4.1 Fatores estruturais

Pudemos perceber, de acordo com o material aqui apresentado e analisado, que, inicialmente, uma mudança na organização da oferta de serviços enquanto política pública torna-se de suma importância. Vale destacar que, embora o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome esteja trabalhando para a implantação da tipificação dos serviços a esse público em todo o território nacional, a

cidade de São Paulo tem uma trajetória nesse atendimento, por isso algumas bases de ação que melhor respondam às necessidades dessa população precisam ser garantidas.

Nesse sentido, tanto nas falas dos profissionais, quanto nos depoimentos daqueles que saíram da rua, bem como na bibliografia estudada, concluímos que os serviços são pensados para um público “homogêneo”, não se garantindo uma oferta de atendimento que contemple a heterogeneidade dessa população, nem tampouco as fases em que se encontram na rua.

Podemos exemplificar essa questão ao pensarmos que o mesmo serviço é oferecido àqueles que acabaram de entrar em situação de rua e àqueles que já possuem mais vínculos rompidos, e que, inclusive, se recusam a frequentar os serviços da rede socioassistencial, permanecendo a maior parte do tempo na rua.

Vale destacar que aqueles que se encontram em situação de rua e não procuram os serviços da rede necessitam de uma intervenção na rua de maneira diferenciada daqueles que aceitam o encaminhamento para os serviços, bem como daqueles que estão nos centros de acolhida e não chegaram a viver nas ruas.

Outro fator importante que devemos pontuar é a ausência de políticas específicas eficientes, eficazes e efetivas que previnam que indivíduos cheguem a viver nessa situação. Inclui-se aqui, como exemplo, a oferta de atendimento adequada a situações que requerem uma intervenção da saúde, —principalmente a saúde mental,— ao tratamento da dependência química, ao fortalecimento da família, à geração de renda após o afastamento do mercado de trabalho, a questão do idoso etc.

Assim como a oferta da política pública deverá ser pensada de uma maneira intersetorial, uma política adequada ao atendimento das necessidades daqueles que se encontram em situação de rua também precisa ser pensada intersetorialmente, já que a oferta apenas da assistência social não efetivará o processo de saída da situação de rua.

Oferta de trabalho, saúde, educação, cultura, lazer e habitação, são apenas alguns exemplos de acesso aos direitos para iniciarmos a discussão da saída e permanência de pessoas fora da situação de rua. Vale ainda esclarecer que para a saída da situação de rua, além de políticas sociais, apenas uma mudança estrutural evitaria que pessoas chegassem a viver nessas condições. Isso também vale para

aqueles que saíram das ruas e retornaram para as mesmas, após não terem conseguido manter-se nas mesmas condições de vida.

Quando citamos a permanência fora da rua, evitando-se a tão comum “recaída”, exemplificamos com a atual situação de nossos entrevistados. Atualmente, S3 retornou ao atendimento da rede socioassistencial, pois o desemprego, novamente, o impossibilitou de arcar com as despesas de aluguel. Apenas S1 e S8 estão há oito e dez anos fora da situação de rua. Já S2, S4, S5, S6 e S7 estão fora da rua entre três e cinco anos.

Vale esclarecer que o acompanhamento realizado a esses sujeitos, durante o período de realização desta pesquisa, constatou a oscilação existente em função do enfrentamento de problemas cotidianos. Nesse sentido, o acompanhamento psicológico e social que alguns desses sujeitos tiveram, mesmo já tendo saído da situação de rua, foi de fundamental importância para se evitar o retorno às ruas.

Pontuamos, também, a hipótese sobre a efetividade do atendimento oferecido a crianças e adolescentes na cidade de São Paulo por algumas organizações sociais como fator importante a ser considerado pelos entrevistados que destacaram esta experiência. Isso se fundamenta pelo depoimento de dois sujeitos que viveram a maior parte do tempo nas ruas enquanto crianças e adolescentes e que indicam que o atendimento oferecido foi fundamental para a saída da rua.

O mesmo não pode ser dito com relação ao atendimento oferecido aos adultos entrevistados, uma vez que apenas dois sujeitos indicam a presença de um serviço socioassistencial que tenha contribuído ao processo de saída da rua.

Finalmente, destacamos a responsabilidade do poder público em oferecer condições adequadas às organizações sociais que atendem essa população, desde locais mais apropriados, capacitação a funcionários, melhor remuneração etc.

3.4.2 Pressupostos ao atendimento

Considerando a necessidade de uma mudança estrutural na oferta das políticas públicas, também pontuamos neste trabalho a importância em possibilitar a contribuição na construção de novas mediações nos atendimentos que são realizados a este segmento. Isto se justifica pela maioria dos depoimentos que

fomentou a reflexão acerca da importância de construção de alguns pressupostos ao atendimento desse público, já que a prática vivenciada não tem contemplado as atuais necessidades vividas por esta população.

Assim, retomamos a necessidade de o trabalhador social possuir um olhar mais ampliado com relação à heterogeneidade desse público, “não colocando todos na mesma peneira”²⁴.

Preocupou-nos, também, algumas falas de profissionais que, além de pontuarem que a dificuldade no trabalho é o próprio atendimento a esse público, não acreditam no trabalho que realizam.

Como pautar uma ação na incredibilidade de seu trabalho? Será que conseguimos propor ações educativas a pessoas adultas? Como efetivamente estimulamos a busca por novos projetos de vida?

A necessidade de sustentação de práticas mais pedagógicas a esse público e ainda a crença que a transformação pode ocorrer na fase adulta, remeteu-nos à busca de autores que pudessem contribuir para essa discussão.

Foi então identificada a contribuição de Reuven Feuerstein, psicólogo romeno, diretor do Hadassah-Wizo-Canada Reserch Institute em Israel, que parte da premissa básica que a inteligência sempre pode ser desenvolvida (inclusive na fase adulta). Feuerstein considera fundamental prover as pessoas de ferramentas cognitivas que lhes possibilitem sentir-se como partes de um processo de transformação que nunca para. A isto denomina Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural.

[...] melhorar as ferramentas que compõem nosso sistema cognitivo. É preciso aprender a pensar, coletar dados, á, resolver problemas, usar raciocínio indutivo e dedutivo, formular hipóteses, testá-las e comunicar-nos. Além disso, é preciso incentivar as pessoas a usar abstrações e conceitos. [...] Temos de saber olhar para dentro de nós mesmos e nos perguntarmos o que fazer para acertar. Precisamos nos mover como pessoas capazes de gerar informações, e não somente de consumi-las. [...] Uma sociedade deve ter a capacidade de não excluir, de fazer cada pessoa sentir-se bem-vinda, porque todos precisam dela. (apud SOUZA, DEPRESBITERIS, MACHADO, 2004)

²⁴ Esta frase foi ouvida várias vezes durante a realização desta pesquisa, citada por pessoas que estão nas ruas como crítica à oferta dos serviços e à forma como os trabalhadores sociais tratam as pessoas em situação de rua.

O princípio norteador dessa teoria é a crença na modificabilidade²⁵, ou seja, todo ser humano é capaz de modificar-se, independentemente de sua idade, condição genética, origem e etnia, sendo capaz de reagir ativamente a estímulos, elaborando ações conscientes e com significado.

Essa modificação deverá ser produto da interação entre pessoas, implicando a presença de um mediador, seja ele pai, mãe, professor ou alguém interessado em selecionar estímulos.

Neste estudo, propomos que o mediador seja o trabalhador social em contato direto com esse público.

O ser humano apresenta alto nível de capacidade de se adaptar para sobreviver, mesmo em situações extremamente desfavoráveis. Experiências realizadas com crianças portadoras de Síndrome de Down, vítimas do holocausto, comprovaram que atividades de natureza cognitiva aumentaram os sinais de vontade de viver, aprendendo a lidar melhor com os fatos e com as relações ao seu redor. No processo cognitivo, ao mexer-se numa parte, todas as outras são influenciadas.

Dessa forma, esse autor apresenta a experiência de aprendizagem mediada, sendo esta uma possibilidade de intervenção com a população adulta em situação de rua.

Assim, pontuamos alguns princípios necessários à ação de profissionais que lidam com esse público, segundo os critérios de mediação estabelecidos por esse autor:

- Intencionalidade e reciprocidade: o processo de aprendizagem deve ser intencional e não incidental, envolvendo troca, permuta e auxílio na compreensão da relação que está sendo proposta. Assim, a construção de vínculos é fundamental na garantia desse processo;

Nesse sentido, as ações oferecidas no atendimento a esse público deverão ser planejadas de acordo com a intenção que se quer obter com o que está sendo

²⁵ Modificabilidade à mudança estrutural que se processa na mente de uma pessoa, mesmo que ela apresente problemas em sua etiologia. A modificabilidade refere-se à capacidade de o organismo mudar um caminho que estaria predeterminado, devido a deficiências genéticas, neurofisiológicas e/ou experienciadas. Assim, o que diferencia uma pessoa da outra é seu potencial, em maior ou menor grau, para se modificar.

oferecido, ou seja, minha ação deverá ser orientada para estimular a reflexão sobre a saída da situação de rua.

- Transcendência: uma interação mediada não se limita a satisfazer as necessidades imediatas ou a resolver problemas, mas em fornecer subsídios que ajudem o mediado a responder a novas experiências e demandas. Esse critério garante a superação da visão episódica da realidade, exigindo um pensamento reflexivo sobre o que está subjacente à situação, de modo a estendê-la para outros contextos.

Podemos perceber que a forma de atendimento atual a esse público não propicia/ estimula que as pessoas consigam resolver seus problemas sozinhas, culpabilizando os outros, e mesmo o Estado, por sua situação; dependendo dos outros, e do Estado, a solução de seus problemas. A transcendência propõe que se veja além da necessidade ou situação aparente e que, ao mesmo tempo, o atendimento realizado não se limite ao momento ou à necessidade emergencial, mas que se estabeleça uma relação com o projeto de vida futuro.

- Significado: o mediador não assume uma atitude neutra. Demonstra interesse e envolvimento emocional, sensibilizando o mediado para a ação realizada.

O levantamento realizado nesta pesquisa permite-nos afirmar que, além da impossibilidade em se estabelecer um vínculo na relação de atendimento, até pelo alto número de pessoas atendidas nos serviços e um número reduzido de profissionais, prejudica a qualidade das ações desenvolvidas. Dessa maneira, a reversão deste quadro proporcionará, além da qualificação do atendimento, novos significados, que poderão ser atribuídos nos serviços prestados.

- Sentimento de Competência: implica envolvimento do mediador no desenvolvimento da autoconfiança do mediado, aumentando sua auto-estima, a crença em suas capacidades, a vontade de realizar e a determinação para continuar buscando novas realizações.

Segundo os depoimentos daqueles que saíram da situação de rua, podemos afirmar que, nos serviços da rede socioassistencial da cidade de São Paulo, algumas ações desenvolvidas apresentam o caráter oposto ao que propõe o sentimento de competência. Isso porque são práticas que reiteram a incapacidade

na mudança da situação, reforçando o estigma e, ainda, diminuindo a auto-estima daqueles que estão sendo atendidos.

Com relação a isso, retomamos os estudos de Snow e Anderson (1998:322-323) que afirmam que, dependendo da forma como o serviço é oferecido, reiteram à lembrança do lugar que ocupam na sociedade.

- Auto-regulação e controle do comportamento: visam a encorajar o mediado a assumir a responsabilidade e participação no pensar, aplicar e, assim, resolver os seus problemas;

Destacamos aqui a reflexão sobre a responsabilidade do indivíduo em participar ativamente do processo de mudança de sua condição, o que se torna inviável se adotarmos práticas assistencialistas e não emancipatórias.

- Compartilhamento: ou promoção da socialização. Compartilhar envolve a escuta atenta e aberta do ponto de vista do outro.

É evidente que a forma atual de organização dos serviços socioassistenciais não otimiza e permite a escuta atenta, ou seja, o processo de socialização, tanto pelo número reduzido dos profissionais como pelo número elevado de pessoas atendidas. No entanto, a escuta e consideração do ponto de vista do outro é fundamental para a participação ativa e autonomia dos indivíduos atendidos.

- Individuação e diferenciação psicológica: o mediado deverá se perceber enquanto ser único, autônomo. A mediação da individuação encoraja a autonomia e a independência em relação aos outros, dando lugar à diversidade das pessoas.

Neste item, deveremos garantir, nos atendimentos, as diferenças, ou seja, é o momento da heterogeneidade, de destacarmos a particularidade e a singularidade de cada um.

- Planejamento para o alcance de objetivos: orientação para o mediado explicitar o que quer e como alcançará o desejado.

Muitas vezes, nos atendimentos, incorremos no erro de sobrepor o nosso desejo à vontade das pessoas que atendemos. No entanto, é papel do trabalhador

social contribuir para que as pessoas atendidas alcancem seus objetivos, por meio de orientação e encaminhamentos adequados.

- Desafio: envolve a motivação para ousar e perseverar em algo difícil, cabendo ao mediador ajudar o mediado a superar o medo do desconhecido e a adquirir resistência para se manter em situações que proporcionam desequilíbrio.

É natural do ser humano o receio a mudanças e o medo do que não conhecemos. Nesse sentido é papel do trabalhador social apresentar este desafio a quem atendemos.

- Automodificação: o mediado deve perceber as transformações pelas quais está passando, reconhecendo que a mudança ocorre de dentro para fora e de que é sempre possível se modificar.

No processo de atendimento, torna-se também necessário e importante que a pessoa atendida perceba o caminho já percorrido e quanto já se modificou e poderá se transformar ainda mais.

- Otimismo: acreditar na possibilidade de resolver problemas, vencer obstáculos, corrigir deficiências. Uma perspectiva otimista induz a pessoa a manter uma visão ampla e a buscar soluções, encarando as coisas de maneira realista, indicando-lhe que problemas podem ocorrer, que fazem parte do desenvolvimento da vida e que, muitas vezes, podem ser suplantados.

Aqui, destacamos que esse otimismo deverá vir, em primeiro lugar, dos trabalhadores sociais, que precisam acreditar na ação educativa que desempenham; caso contrário, não conseguirão que as pessoas atendidas sintam esse otimismo.

- Sentimento de pertencer: implica inclusão. Ao ser excluído de um grupo, o indivíduo busca refúgio em outro por necessidade de sobrevivência das pessoas e de representação social.

Percebemos, neste estudo, que, mesmo não estando mais em situação de rua, a maioria dos aqui entrevistados sentem-se responsáveis pela prestação de algum tipo de atendimento a esse público. Talvez seja um sentimento de pertencimento. Dessa maneira, o sentimento de pertencer é de suma importância

no processo de inclusão, já que, mesmo na rua, os indivíduos buscam formas de novos pertencimentos e de outros vínculos, alternativos aos que foram rompidos.

As diretrizes expostas não poderão ser garantidas sem adequadas condições estruturais, de responsabilidade pública. No entanto, merece espaço neste trabalho, uma vez que ações e posturas profissionais mais adequadas poderão contribuir para a saída da situação de rua.

Finalmente, vale também pontuar, o importante papel do Serviço Social no atendimento a esse público, que, além de também poder pautar suas práticas nos princípios apontados acima, tem papel fundamental em construir novas práticas sociais ou consolidá-las e fortalecê-las quando já existentes, reconhecendo-as, de acordo com Martinelli (2001:147), uma prática social que seja:

- expressão do saber: ou seja, teoria em movimento, articulação de saberes, uma vez que “o saber que decorre da própria prática e que acumulamos na vivência com os sujeitos usuários das instituições é extremamente valioso e, se bem soubermos utilizá-los, teremos aí excelente material para a produção de novas mediações, capazes de nos permitir atingir os objetivos buscados” (MARTINELLI, 2001:147).
- prática educativa: já que toda prática social (deverá) ser uma prática educativa, pois “é a expressão concreta da possibilidade de trabalharmos com os sujeitos sociais na construção de seu real, de seu viver histórico” (MARTINELLI, 2001:147).

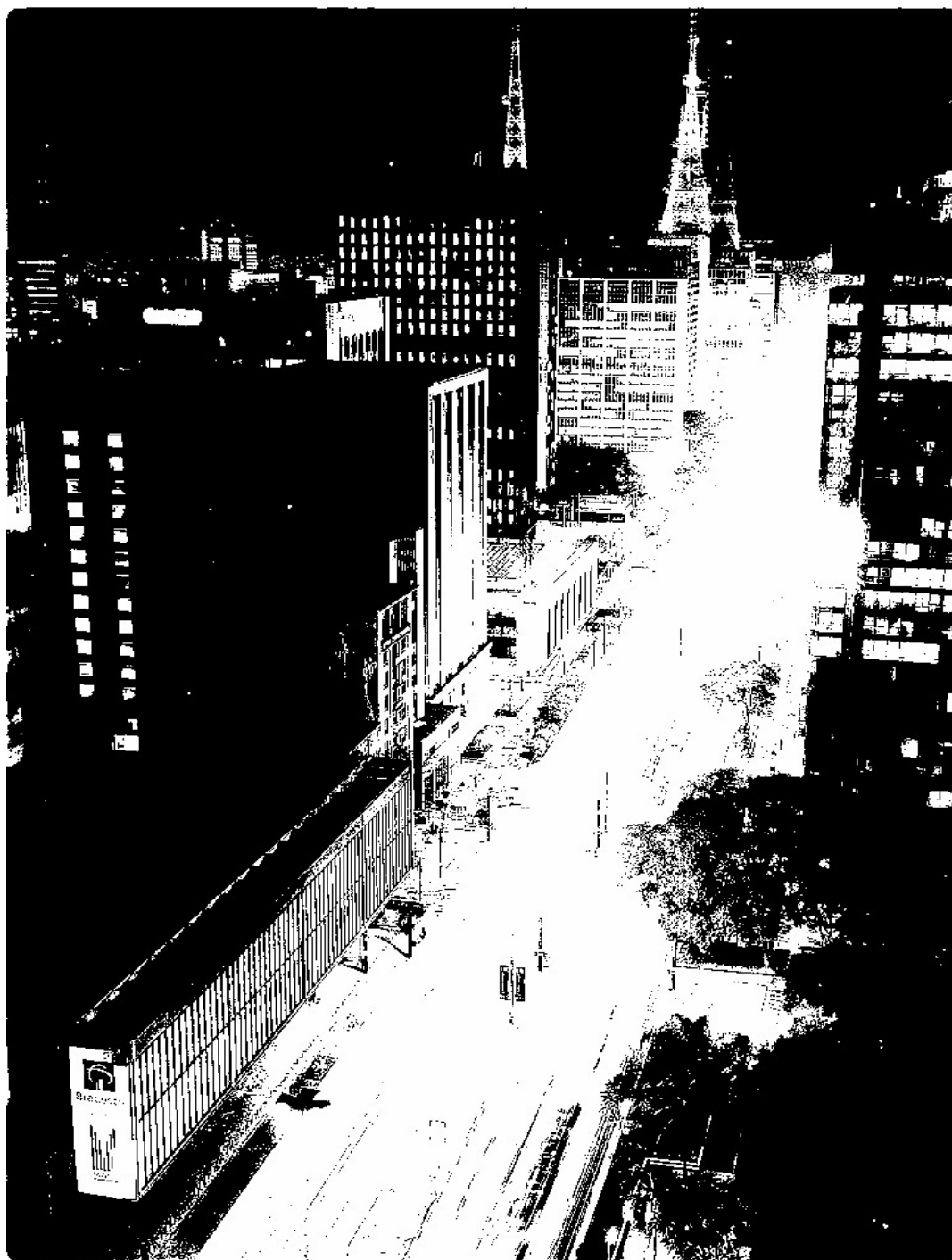
A autora acrescenta, ainda, que essa prática deverá ser despojada da visão assimétrica dos sujeitos cujo posicionamento deverá considerá-los como cidadãos construtores de suas próprias vidas.

- prática política: já que apresenta “a possibilidade de operar com projetos políticos que tenham por horizonte a consolidação da democracia e o fortalecimento da cidadania” (MARTINELLI, 2001:147).

Encerramos com o apontado por Abreu (2002:197), que trata da dimensão pedagógica do trabalho do assistente social:

É possível, pois, admitir possibilidades concretas de redimensionamento da função pedagógica da prática profissional do assistente social num sentido emancipatório, no contexto da prestação de serviços e benefícios sociais, mediante construção de estratégias de efetivação de direitos, a

partir da incorporação das necessidades dos usuários como parte das dinâmicas dos serviços institucionais, sejam públicos estatais, privados filantrópicos etc., mediante participação dos mesmos na gestão desses serviços e politização de problemáticas e relações usuários/instituições. (ABREU, 2002:197)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu, que nada mais amo
Do que a insatisfação com o que se pode mudar
Nada mais detesto
Do que a insatisfação com o que não se pode mudar.

Bertolt Brecht

Pensar o que motivou o início de um processo para a saída da situação de rua, foi um dos desafios do presente trabalho.

Inicialmente, salientamos a relevância deste estudo, uma vez que a maioria da bibliografia pesquisada apresenta informações principalmente do momento de chegada à situação de rua e ainda o perfil daqueles que se encontram nessa condição, ou seja, poucas produções discutem o processo de saída da rua.

Assim, o objetivo geral deste trabalho consistiu em identificar quais fatores contribuem para a saída da rua. Por essa razão, foi estudado o significado apontado pelos entrevistados sobre a experiência de saída da condição de rua, além de também relacionar em que medida a política de assistência social da cidade de São Paulo, voltada a esse público, tem contribuído para isso.

Alguns pressupostos embasaram o referencial teórico desta pesquisa. O primeiro deles é que a situação de rua é resultado de um processo excludente que apresenta como consequência a ruptura de vínculos sociais.

Dessa maneira, a contribuição de Paugam foi fundamental para o embasamento desta pesquisa. Um dos exemplos dessa contribuição é a tipificação dos usuários da assistência social na França, que nos remete à reflexão da diversidade — não podemos olhar as pessoas em situação de rua uniformemente, uma vez que cada uma pode estar vivenciando essa situação em estágios completamente diferenciados.

Vale destacar, ainda, que, além de estágios diferenciados, cada pessoa, em sua singularidade, possui uma história de vida e necessidades diversas.

Consequentemente, a forma de intervenção também não poderá ser a mesma e dependerá do momento — situação vivida pela pessoa atendida e, principalmente, do tempo em que está na rua e a forma como se relaciona com os serviços socioassistenciais.

Frisamos, ainda, que a pobreza não diz respeito apenas à ausência de bens ou a aspectos de ordem econômica. Logo, se existem outros fatores a serem considerados na concepção de pobreza aqui adotada e não apenas ausência de renda, não será apenas uma questão econômica que tirará uma pessoa da situação de rua, já que a oferta econômica não necessariamente garantirá a permanência fora dela.

Martins (2003), quando pontua os processos de exclusão e nos dá pistas para refletir sobre essa questão, inspira-nos a estabelecer uma analogia ao que chamaremos aqui de “processos de inclusão”, pois, se existe um processo que leva à exclusão, certamente também haverá um processo para que haja novamente a inclusão.

Pensando nesses processos, algumas informações trazidas na bibliografia estudada e nos depoimentos dos entrevistados, tanto daqueles que saíram da rua como de profissionais que atuam com esse público, podem contribuir para algumas reflexões.

A primeira delas é o entendimento da multidimensionalidade da situação de pobreza, a diversidade de situações que podem dela decorrer, as vulnerabilidades, mas, igualmente, os desafios e potencialidades que se emaranham na complexidade dessas situações, são fundamentais para a orientação de uma política pública que se aproxime às reais necessidades da população atendida.

Considerando a cidade de São Paulo, os dados apresentados no primeiro capítulo indicam extrema desigualdade na oferta de bens e serviços na garantia de direitos, o que, conseqüentemente, aumenta a vulnerabilidade e exposição à ruptura de vínculos em determinadas regiões da cidade, por exemplo, e ainda a escolha de regiões com maior oferta de atendimento para “se morar”, mesmo na rua.

Pensar na trajetória da assistência social no país e compreender a evolução do atendimento prestado às pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, mesmo com avanços e retrocessos, remete-nos ao reconhecimento da necessidade de atendimento a esse público como uma responsabilidade da política pública. O avanço legal já existe, como pudemos apontar no capítulo 2, tanto no que tange à política nacional de assistência social, como na criação e implantação de um atendimento para esse público no país. Resta-nos trabalhar no aperfeiçoamento de metodologias, ou seja, formas de atendimento que contemplem as reais demandas dessa população.

Práticas assistencialistas, discriminatórias e incipientes, ainda são encontradas, mesmo com todo o esforço das equipes que atuam junto a esse público. O que pode ser explicado por diversos problemas estruturais da rede socioassistencial, dentre eles a do atendimento e a falta de qualificação especializada aos profissionais.

Nesse sentido, o levantamento realizado junto a uma pequena amostragem de trabalhadores sociais pode legitimar a relevância de aperfeiçoamento técnico que a complexidade da situação de rua exige de seus profissionais para que haja resultado mais efetivo.

Validando a análise já feita pelos trabalhadores sociais entrevistados, os sujeitos que saíram da situação de rua também apresentaram, em seus depoimentos, uma crítica ao trabalho desenvolvido pelos serviços socioassistenciais, principalmente a atuação dos assistentes sociais e educadores, o que reforça a necessidade de qualificação para os que atuam com esse segmento.

Atualmente, o termo casas de acolhida renomeou os antigos albergues, no entanto, de fato, pouco acolhem. Não se trata, aqui, de culpabilizar os trabalhadores sociais, mas, sim, de alerta para a reflexão da necessidade e importância de se requalificar essas práticas cujo norte seja o fortalecimento do processo de saída da situação de rua.

Dessa maneira, convém lembrarmos que, assim como existe um processo vivido pelas pessoas que culmina na situação de rua, apenas um processo pode ser o responsável pela saída dela.

Neste sentido, a análise dos depoimentos daqueles que saíram da situação de rua, indicam como principal fator objetivo que contribuiu para este processo a inserção no mercado de trabalho e como fatores subjetivos: a retomada de vínculos, principalmente familiares e ainda a crença nas potencialidades de cada um. Merece destacarmos que mesmo indicando um fator de contribuição ao processo de saída da rua, todos sustentam uma trama de acontecimentos, ou seja, um caminho percorrido e não um episódio único.

Assim, este processo não se restringe apenas à oferta de mecanismos geradores de renda, ou seja, a oferta e garantia do emprego formal ou informal, mas à requalificação mais ampla, englobando a retomada de vínculos ou restabelecimento de outros, novos.

Requalificação que pode ser estimulada por ações educativas que visem à reflexão e à reconstrução de novos projetos de vida, pautados principalmente no desejo do outro, respeitando suas particularidades e sua história de vida.

Essas mudanças dependerão de todos nós, ou seja, uma mudança de mentalidade da sociedade no tratamento dessa situação atrelada à oferta de políticas públicas mais adequadas. Quem sabe, assim, a tão sonhada “porta de saída” da situação de rua não seja tão estreita e as ruas sirvam para a circulação de pessoas e não como moradia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

AMADO, L. Cervo; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5ªed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

ARREGUI, Carola Carbajal; WANDERLEY, Mariângela Belfiore. A vulnerabilidade social é atributo da Pobreza? **Serviço Social e Sociedade**. n.97. São Paulo: Cortez, 2009. p.143-166.

BORIN, Marisa do Espírito Santo. **Desigualdades e Rupturas Sociais na Metrópole moradores de rua em São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

BRECHT, Bertolt. **Poemas 1913-1956**. Seleção e tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Ed.34, 2000.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore; BÓGUS, Lúcia; YASBEK, Maria Carmelita (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. 3ªed. São Paulo: EDUC, 2008.

CHIAVERINI, Tomás. **Cama de cimento: uma reportagem sobre o povo das ruas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

CORRÊA, Jéssica Kobayashi. **O psicólogo de instituição socioeducativa para pessoas em situação de rua: um estudo sobre sua identidade**. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p.15-41.

FERREIRA, Maria Paula; DINI, Nádia Pinheiro; FERREIRA, Sinésio Pires. Espaços e Dimensões da Pobreza nos Municípios do Estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**. Vol.20, n.1. São Paulo: Fundação Seade, jan.-mar. 2006. p.5-17.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ªed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua: uma questão social?** São Paulo: Fapesp, Educ, 2006.

HESS, Remi. **Produzir sua obra - O momento da tese**. Apresentação de Christine Delory-Momberger; tradução de Dr. Sérgio da Costa Borba e Dr. Davi Gonçalves. Brasília: Liber Livro editora, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 12ªed. São Paulo: Celats/ Cortez, 1998.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

LANDIM, Leilah. **Para além do mercado e do Estado?** Filantropia e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, junho 1993.

LAVINAS, Lena. **Documento de Base URB-AL 10**. Rede URB-AL 10 Luta Contra a Pobreza Urbana / Documento de Guia. 2003.

MARQUES, Eduardo. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (Orgs.). **São Paulo:**

segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

_____. Uma abordagem socioeducacional. In: MARTINELLI, Maria Lúcia; RODRIGUES, Maria Lúcia; MUCHAIL, Salma (Orgs.). **O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 2ªed. São Paulo: Paulus, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Moraes, 1987.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de L. Cláudio de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MOVIMENTO NOSSA SÃO PAULO. **Indicadores de Percepção da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Ibope Inteligência, jan. 2009.

OLHAR SÃO PAULO, CONTRASTES URBANOS. São Paulo: Secretaria de Planejamento - Departamento de Estatística e Produção de Informação, outubro de 2007.

PARRA FILHO, Domingos Santos; ALMEIDA, João Almeida. **Apresentação de trabalho científico**. 10ªed. São Paulo: TCC, Teses e dissertações, 1996.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. Tradução de Camila Giorgetti e Tereza Lourenço; prefácio e revisão de Maura Pardini Vêras. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

_____. O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 7ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PEREIRA, Márcia Aparecida Accorsi. **A População de rua, as políticas assistenciais públicas e os direitos de cidadania: uma equação possível?** Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. **Caminhos em construção: encontro entre população em situação de rua e o MST** - São Paulo, 1999-2003. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

POCHMANN, Marcio (Org.). **Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 2003.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações Sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

ROJAS, Juana Eugenia Arias. O indizível e o dizível na história oral. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei (Org.). **População de rua: Brasil e Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec: Associação Rede Rua, 2005.

SÃO PAULO (Município). **Mapa da Vulnerabilidade Social**. São Paulo: CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento; SESC - Serviço Social do Comércio; Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS-PMSP, 2004.

SAWAIA, Bader. Introdução: Exclusão ou Inclusão Perversa? In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 7ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22ªed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situações de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. Biblioteca Básica. São Paulo: Cortez, 2007.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua**. Tradução de Sandra Vasconcelos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SOUZA, Ana Maria Martins de Souza; DEPRESBITERIS, Léa; MACHADO, Osny T. M. **A Mediação como princípio educacional**. Bases Teóricas das Abordagens de Reuven Feuerstein. São Paulo: SENAC, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. **Globalização da economia e processos de exclusão social**. Brasília: CEAD, 1999. p.61-76.

STROBEL, P. De la pauvreté à l' exclusion: société salariale ou société des droits de l' homme? **Revue Internationale des Sciences Sociales**. n. 148. Paris, 1996.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua: quem é, como vive e como é vista**. São Paulo: Hucitec, 2004.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 7ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. São Paulo, cidade global emergente? In: WANDERLEY, Luiz Eduardo; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). **A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública**. São Paulo: EDUC, 2009.

YASBEK, Carmelita. **Questão social**: desigualdade, pobreza e vulnerabilidade social. Março 2008 (mimeo).

DOCUMENTOS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, 2008.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº. 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.

CERU - CENTRO DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS DA USP; SADS - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Pesquisa Sócio-antropológica Trajetória de Vida da População atendida nos serviços de acolhimento para adultos em situação de rua no município de São Paulo**. São Paulo, 2009/2010.

FIPE - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Relatório 2003**. São Paulo, 2003.

FIPE - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Relatório Censo/ FIPE 2009**. São Paulo, 2009.

FIPE - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Relatório Caracterização socioeconômica das pessoas que vivem na região central**. São Paulo, 2009.

O TRECHEIRO. Notícias do Povo da Rua. Jornal (mensal) publicado pela Rede Rua de Comunicação. São Paulo, out. 2005.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Assistência Social. **Subsídio para padrões de qualidade dos serviços de assistência social**. São Paulo, 2003.

SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL. **A clientela da CETREN**. São Paulo, 1978.

SITES

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 03/04/2010.

BRUM, Eliane. Tião e os sonhos. **Época**. n.437. São Paulo: Editora Globo, 02/10/2006. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI55377-15245,00-TIAO+E+OS+SONHOS.html>>. Acesso em: 08/04/2010.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Assistência Social. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social>. Acesso em: 04/06/2010.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Planejamento. Infocidade. Disponível em: <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/infocidade/>>. Acesso em: 03/04/2010.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 03/04/2010.

TIBIABR.COM. Fórum: Você mataria um mendigo por 1 milhão de reais? Disponível em: <<http://forums.tibiabr.com/showthread.php?t=300549>>. Acesso em: 11/04/2010.